



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

E D I T A L

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

(Contratação com utilização de DGBM – Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3.362, de 2022, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.007186/2024-57, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinada à **contratação de serviços contínuos de apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização exercidas pela Coordenação de Engenharia de Manutenção da Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal.

DATA: 03/02/2025

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9h30min

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para a **contratação de serviços contínuos de apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização da Coordenação de Engenharia de Manutenção (COEMANT)**, de acordo com as quantidades, periodicidade, especificações, obrigações e demais condições deste edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e/ou CATMAT e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.2.1. Considerando que os serviços objeto da presente licitação demandam dedicação exclusiva de mão de obra que pressupõe a subordinação, pessoalidade e habitualidade por parte dos empregados a serem contratados em relação à futura prestadora do serviço e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 12.690/2012, bem como o entendimento do Tribunal de Contas da União consubstanciado no enunciado da Súmula nº 281 e no Acórdão nº 610/2021-Plenário, não será admitida a participação neste certame de cooperativas de mão de obra.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas que, por qualquer motivo:



SENADO FEDERAL

2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.3.8. empresas que possuam contratos vigentes cuja Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal e suas respectivas Coordenações e serviços atuem como fiscais técnicos.

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

2.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.



SENADO FEDERAL

2.5. A consulta às bases de dados elencadas no item 2.4 será realizada em nome da licitante e de seu sócio majoritário.

2.6. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo e referidas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.7. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

CAPÍTULO III - DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITOS EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO - DGBM

3.1. Esta contratação adotará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, 1/3 constitucional de férias, 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários, da multa sobre FGTS, e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da Contratada nos termos do Ato da Diretoria-Geral nº 11, de 2017 (Anexo 12).

3.1.1. As verbas mencionadas no item 3.1 serão deduzidas do valor mensal a ser pago pelo SENADO, mensalmente, à Contratada.

3.1.2. A última fatura apresentada pela Contratada relativa ao contrato a ser firmado será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no item 3.1.

3.1.3. Os depósitos de que trata o item 3.1 serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

3.1.4. As quantias que serão retidas para o atendimento deste Capítulo serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da Contratada.

a. Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à Contratada após a comprovação dos respectivos pagamentos.

b. O percentual a ser retido relativamente à rubrica “Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado” da planilha de custos e formação de preços da proposta da Contratada será fixo e corresponderá a 3,82% (três inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) da remuneração do empregado.

3.1.5. A retenção prevista no item 3.1, bem como a sua liberação à contratada, dar-se-á de acordo com o previsto no Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017 – Anexo 12.



SENADO FEDERAL

3.2. A celebração do contrato será realizada antes dos seguintes atos:

3.2.1. Solicitação do Senado Federal à Instituição Financeira, mediante ofício, de implementação de DGBM;

3.2.2. A assinatura, pela empresa a ser contratada, do ato da regularização do DGBM perante a Instituição Financeira, a qual implicará expressa outorga de poderes ao Senado Federal para:

- a.** ter acesso aos saldos e aos extratos;
- b.** efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e/ou previdenciárias e de penalidades administrativas.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o preço total anual do item para 12 (doze) meses**, observadas as especificações constantes dos anexos deste edital, expressos em algarismo arábico, na moeda corrente nacional, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto do contrato, em especial observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e o Acordo Coletivo de Trabalho ou a Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos do subitem 11.1.1 subalínea a.1.1.

4.3. O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta.

4.4. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

4.4.1. de condições de participação:

- a)** sobre ciência do edital;
- b)** sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

4.4.2. para fins de habilitação:

- a)** sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
- b)** sobre inexistência de impedimento à habilitação;
- c)** sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
- d)** sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;



SENADO FEDERAL

e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

4.4.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.5. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.6. A licitante que seja beneficiada pela desoneração tributária prevista na Lei nº 12.546/2011, incluindo suas alterações posteriores, deverá observar os valores máximos aceitáveis específicos para empresas com desoneração, constantes dos Anexos 1 e 5 deste edital.

4.6.1. Considerando a propositura de ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei nº 14.784/2023, que estendeu até 31 de dezembro de 2027 os prazos para opção pelo regime tributário de desoneração da folha de pagamento previsto na Lei nº 12.546/2011, e o disposto na Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, que definiu um regime de transição para a contribuição substitutiva prevista na Lei nº 12.546/2011, a licitante beneficiada por esse regime tributário diferenciado deverá certificar-se da plena eficácia das normas por ocasião da elaboração da planilha de custo e da apresentação de sua proposta, especialmente em razão de decisões vigentes ou futuras prolatadas pelo STF na ADI 7633 ou em outra ação pertinente à matéria.

4.6.2. A manutenção de proposta cadastrada que contemple o cálculo da contribuição previdenciária patronal incidente sobre o faturamento e não sobre a folha de pagamento, em desconformidade com a legislação vigente ou com o teor das decisões exaradas pelo STF na ADI 7633, após a abertura da sessão pública deste pregão, implicará na desclassificação da proposta durante a fase de julgamento, mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos.

4.7. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, a licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional não poderá se utilizar dos benefícios do regime tributário diferenciado em sua proposta de preços e, caso venha a ser contratada, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória a contar do mês seguinte ao da contratação, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, excetuadas as situações previstas pelos arts. 17, § 1º, e 18, § 5º-H, da referida lei.



SENADO FEDERAL

4.8. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.10. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.11. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.3.

6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.3.2. proposta com preços os valores ofertados configurarem preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade

6.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.

CAPÍTULO VII– DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4. Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, o critério de desempate previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133/2021.



SENADO FEDERAL

7.4.1. Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

7.4.2. Persistindo o empate nominal após a aplicação do item 7.4 e diante do exposto no item 7.4.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36/2023.

7.4.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

7.4.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto nos subitens anteriores.

7.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.6. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

7.7. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

CAPÍTULO VIII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 45 da Lei nº Complementar nº 123/2006.

8.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.



SENADO FEDERAL

8.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances, nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a. a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b. não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

8.4. A fim de aferir a pertinência e adequação do enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4.1. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

8.4.2. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração



SENADO FEDERAL

Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IX– DO JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item.

CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 9 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1. A proposta de preços deverá, ainda, estar acompanhada dos seguintes anexos:

a. Em relação ao Item 1: Planilha de composição de custos e formação de preços, conforme modelo constante do Anexo 6, com especificação da categoria profissional, carga horária diária, preço mensal unitário por categoria, preço total mensal por categoria, preço global mensal e global total da proposta para os 12 (doze) meses de execução contratual;

a.1. A composição dos custos da proposta será realizada a partir do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos da subalínea a.1.1, devendo ser observado, como valor mínimo, os salários-base informados no Anexo 3.

a.1.1. É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de



SENADO FEDERAL

trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

a.1.2. Deverá ser considerado o auxílio-alimentação no valor de R\$ 44,07 (quarenta e quatro reais e sete centavos), por dia útil de trabalho, conforme definido pelo Ato do Presidente nº 13, de 2022, ou valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho ou na Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos da subalínea a.1.1, caso este seja superior àquele.

a.1.3. Deverá ser apresentado memorial de cálculo para os itens da planilha de formação de custos por categoria, conforme Anexo 6, especialmente os variáveis, cujo cálculo dependa de dados estatísticos e que não sejam decorrentes de obrigação legal. Tal memorial será avaliado pelo Pregoeiro, com o suporte técnico da Equipe de Apoio com formação profissional na área contábil, havendo a possibilidade de diligências e complementação de informações, caso se entenda necessário.

a.1.4. Será considerada indevida a inclusão, na planilha de custos e formação de preços, de benefícios estabelecidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho que:

- i.** atribuam exclusivamente ao tomador de serviços a responsabilidade pelo seu custeio;
- ii.** estabeleçam distinções entre os trabalhadores alocados nos postos de trabalho do tomador de serviços e os demais trabalhadores da empresa;
- iii.** condicionem o benefício à liberalidade do tomador de serviços; e
- iv.** sejam aplicáveis apenas aos contratos com a Administração Pública.

a.1.5. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DAFON) ou Escrituração Fiscal Digital (EFD), comprovando que as alíquotas dos referidos tributos constantes da planilha de custos correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nºs. 10.637/2002 e 10.833/2003, com base nos quatro últimos demonstrativos ou, quando estes forem em número inferior a quatro, nos demonstrativos apresentados após o enquadramento da empresa no regime de tributação lucro real.

b. Declaração expressa de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo de **até 90 (noventa dias corridos) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato, quando será emitida a Ordem de Serviço para Início das Atividades



SENADO FEDERAL

c. Declaração de que tomou conhecimento da retenção mensal das provisões por meio de DGBM a ser realizada pelo Senado Federal, na forma do Capítulo III e do Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017 (Anexo 12).

d. Instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

11.1.2. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.1.3. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

11.1.4. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.1.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.1.6. Todos os valores constantes da proposta de preços e planilhas anexas deverão ser expressos em algarismo arábico e na moeda corrente nacional, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho adotada;

11.1.7. Caso venha a ser contratada, a licitante não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem posteriormente necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Senado Federal.

a. A licitante assume integral responsabilidade acerca das alíquotas e bases de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias que compõem a proposta, em especial àqueles influenciados por seu regime de tributação (PIS e COFINS); por incidência de desoneração (INSS e CRPB) e/ou diferenciação de alíquota/base de cálculo em decorrência da atividade desempenhada (ISS).

a.1. A aceitação da proposta por parte do Senado Federal não gera para a futura contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando a modificação superveniente da alíquota e/ou base de cálculo dos tributos e contribuições



SENADO FEDERAL

previdenciárias for decorrente de ato voluntário da empresa ou em face de erro inescusável quanto à interpretação de seu regime de tributação.

11.1.8. Caso a licitante, em razão de sua condição jurídica, entenda ser beneficiária de alguma espécie de imunidade e/ou isenção tributária que represente repercussão em relação à sua planilha de composição de custos, deverá apresentar a comprovação da adequação de tais benefícios em conformidade com a legislação tributária de regência.

11.1.9. Considerando o dever de a Administração buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, favorecendo os princípios da proteção da livre concorrência e da economicidade na gestão dos recursos públicos; considerando que a dinâmica de execução do objeto pressupõe a intermediação da mão de obra por parte do prestador para a consecução das atividades sob orientação do tomador de serviços (Senado Federal), ainda que os funcionários integrem os quadros da entidade; considerando a inviabilidade da realização da equalização tributária para as entidades sem fins lucrativos como medida alternativa para assegurar a isonomia na disputa; considerando o disposto no parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017, serão desclassificadas as propostas que apresentem em suas composições de custos itens relativos a tributos e contribuições em geral com valores “zerados” ou fictícios decorrentes de eventuais imunidades e isenções incidentes exclusivamente em razão da condição de tais licitantes como entidades sem fins lucrativos.

11.2. Caso haja erros ou omissões sanáveis no conteúdo da proposta e da planilha de composição de custos, será oportunizado à licitante realizar os devidos ajustes e complementações desde que não haja a majoração do preço total ofertado durante a fase de lances.

11.2.1. Respeitado o preço global ofertado durante a fase de lances e observado os valores unitários máximos fixados em edital, admitir-se-á a redistribuição dos valores totais unitários.

11.2.2. Para a realização dos ajustes na proposta e na planilha, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação formal do Pregoeiro via “chat”, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.2.3. Diante da ocorrência de novos erros resultantes das correções e complementações realizadas nos termos do item 11.2, poderá o Pregoeiro oportunizar a realização de novos ajustes, desde que mantido o valor total ofertado durante a fase de lances.

a. O prazo para a realização dos novos ajustes será fixado motivadamente pelo Pregoeiro, tendo em vista a complexidade das correções.

11.3. A proposta será desclassificada quando:



SENADO FEDERAL

- a. conter vícios insanáveis;
- b. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.3.1. O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

11.4. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência Resumido (Anexo 1).

11.4.1. Os valores unitários não poderão ser superiores aos constantes nos Anexos 4 e 5.

11.4.2. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

11.4.3. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

11.4.4. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

12.1.1 Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.



SENADO FEDERAL

12.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

12.3. Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF:

12.3.1. CAPACIDADE TÉCNICA:

Capacidade Técnico-Operacional

a. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante;

a.1. No caso de a empresa licitante não ser registrada ou inscrita no CREA do Distrito Federal, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA-DF na ocasião da assinatura do Contrato.

b. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante já executou serviços compatíveis com as características, o vulto e a complexidade do objeto licitado nos seguintes termos.

b.1. Prestação de serviços de *gerenciamento de mão de obra* técnico operacional, por período não inferior a 12 (doze) meses, com, no mínimo, 8 (oito) empregados, em contexto de manutenção de sistemas prediais e construtivos em complexo administrativo, comercial ou industrial compatível com o objeto deste contrato, com equipe residente, comprovados em atestados que somem, pelo menos 20.000 m² de área construída.

b.1.1. O somatório de atestados não será aceito com o intuito de demonstrar o atendimento à área construída;

b.1.2. Para fins comprovação de serviços de gerenciamento de mão de obra técnico operacional e/ou de manutenção de sistemas prediais e construtivos em complexo administrativo, comercial ou industrial, serão aceitos contratos em qualquer uma das seguintes áreas: apoio à fiscalização, apoio a projetos, elaboração de projetos, manutenção predial nas áreas de sistemas civis (revestimentos, impermeabilizações etc.), sistemas hidrossanitários, sistemas de climatização e ar-condicionado, sistemas de elevadores, sistemas elétricos e sistemas de automação;



SENADO FEDERAL

b.1.3. Para a comprovação do lapso temporal mencionado na alínea “b” (12 meses), será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, contínuos ou não, mas não concomitantes;

b.1.4. Para comprovação do número mínimo empregados, mencionado na alínea “b.1”, será aceito o somatório de atestados, desde que contemplados no mesmo período mínimo de 12 (doze) meses previsto na alínea “b”;

b.1.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

b.2. Caso seja solicitado pelo pregoeiro, a título de diligência, a licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como: cópia do contrato que deu suporte à contratação; documentos fiscais e dados relativos à execução e ao local em que foram prestados os serviços.

Capacidade Técnico-Profissional

c. A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF e número do **registro** no CREA ou CAU dos Responsáveis Técnicos que acompanharão a execução dos serviços de que trata o objeto desta contratação, devendo referir-se a profissionais de nível superior com formação em Arquitetura ou Engenharia, e que tenham vínculo com a empresa licitante.

c.1. A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

c.2. Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro junto ao CREA ou CAU dos profissionais listados acima.

d. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado de cópia da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o profissional indicado pela empresa licitante na forma da alínea “c” atuou como responsável técnico na execução de serviços compatíveis em quantidade e características com o objeto licitado, nos seguintes termos:



SENADO FEDERAL

d.1. Prestação de serviços de *gerenciamento de mão de obra* técnico operacional, por período não inferior a **12 (doze) meses**, com, no mínimo, 8 (oito) empregados, em contexto de manutenção de sistemas prediais e construtivos em complexo administrativo, comercial ou industrial compatível com o objeto deste contrato, com equipe residente, comprovados em atestados que somem, pelo menos 20.000 m² de área construída.

d.1.1. O somatório de atestados não será aceito com o intuito de demonstrar o atendimento à área construída;

d.1.2. Para fins comprovação de serviços de gerenciamento de mão de obra técnico operacional e/ou de manutenção de sistemas prediais e construtivos em complexo administrativo, comercial ou industrial, serão aceitos contratos em qualquer uma das seguintes áreas: apoio à fiscalização, apoio a projetos, elaboração de projetos, manutenção predial nas áreas de sistemas civis (revestimentos, impermeabilizações etc.), sistemas hidrossanitários, sistemas de climatização e ar-condicionado, sistemas de elevadores, sistemas elétricos e sistemas de automação;

d.1.3. Para a comprovação do lapso temporal mencionado na alínea “d”, será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, contínuos ou não, mas não concomitantes;

d.1.4. Para comprovação do número mínimo empregados, mencionado na alínea “d.1”, será aceito o somatório de atestados, desde que contemplados no mesmo período mínimo de 12 (doze) meses previsto na alínea “d”;

d.1.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

d.2. Caso seja solicitado pelo Pregoeiro, a título de diligência, a licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.



SENADO FEDERAL

12.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a. balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios, cumulativamente:

a.1. todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.1.1. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.1.2. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

a.1.3. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

a.2. Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor total da proposta, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, na forma exigida na alínea “a” deste subitem.

a.3. Patrimônio Líquido - PL mínimo de 10% (dez por cento) do valor total da proposta, devendo a comprovação ser feita através do balanço exigido na alínea “a”.

a.4. declaração, conforme modelo constante do Anexo 8, que contenha Relação de Compromissos Assumidos, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura do certame, excluídas parcelas já executadas, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido.

a.4.1. com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas em atendimento ao estabelecido na alínea “a.4”, a licitante deverá apresentar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital.

a.4.2. caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados na declaração de que trata a alínea “a.4” correspondente a uma variação de 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a licitante



SENADO FEDERAL

deverá apresentar os devidos esclarecimentos, a serem apreciados pela Equipe de Apoio com formação na área contábil.

b. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

c. A documentação constante no SICAF poderá ser considerada para fins de comprovação da documentação exigida na alínea “a” (balanço patrimonial) e subalínea “a.4.1” (Demonstração de Resultado do Exercício – DRE).

12.3.2. OUTROS DOCUMENTOS:

a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 4.4.2 deste edital.

12.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

12.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 12.4 é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.4.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.4.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

12.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

a. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.



SENADO FEDERAL

12.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

12.6.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.6.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

12.6.4. suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.6.5. A apresentação de documentos de que trata o subitem 12.6 será realizada em observância ao disposto no subitem 12.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.7. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

12.7.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

12.7.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.7.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.7.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 12.6 e 12.7 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

12.8. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

12.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.8.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

12.9. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.10. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.10.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.10.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.11. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.11.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.



SENADO FEDERAL

12.12. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12.12.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a. identidade dos sócios;
- b. atuação no mesmo ramo de atividades;
- c. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

12.12.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

12.12.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

13.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV– DO RECURSO

14.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

14.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

14.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 14.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

14.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 14.1.2.

14.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

14.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

14.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

15.2. A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo **menor preço anual por item** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 16.1.

16.1.3. O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 16.1.

16.1.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES

17.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 16.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.



SENADO FEDERAL

17.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 0, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

17.3. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV do art. 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

17.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1. Até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

18.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

18.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

18.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

18.4.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

18.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, em campo próprio, na plataforma Compras.gov.br.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2. Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência Resumido;

Anexo 2 – Disposições gerais, diretrizes para execução dos serviços e especificações técnicas;

- Subanexo A – Planilha de Composição de Custos;
- Subanexo B – Caderno de Especificações Técnicas;
- Subanexo C – Especificações Técnicas Consolidadas
- Subanexo D – Relação dos Itens da contratação e categorias profissionais;
- Subanexo E – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS;
- Subanexo F - Pranchas Gráficas e Fotos Ilustrativas dos Locais de Execução dos Serviços no Senado Federal;
- Subanexo G – Modelo de Designação de Preposto.

Anexo 3 – Descrição da Categoria, Quantidade, Jornada de Trabalho e Salário Base;

Anexo 4 – Planilha de Composição de Custos com Preços Máximos aceitáveis;

Anexo 5 – Planilha de Composição de Custos para Empresas Beneficiadas pela Desoneração Tributária Prevista na Lei nº 13.161/2015 com Preços Máximos aceitáveis;

Anexo 6 – Planilha de preços de 1 (um) profissional nos termos da Instrução Normativa nº 05/2017 do MPOG/SLTI;

Anexo 7 – Minuta de Contrato;

Anexo 8 – Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública;

Anexo 9 – Modelo de Apresentação de Proposta;

Anexo 10 – Modelo de Autorização;

Anexo 11 – Acordo entre o MPU e AGU;

Anexo 12 – Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017;

Anexo 13 – Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o SENADO e o Banco do Brasil, para operacionalização do DGBM;

Anexo 14 – Modelo de Autorização Para Utilização do Sistema de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM; e



SENADO FEDERAL

Anexo 17 – Ato do 1º Secretário nº 8/2018.

19.3. Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

19.4. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

19.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.6. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.7. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

19.8. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Senado Federal, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

19.9. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XX – DO FORO

20.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, ____ de _____ de 20__.

NOME DO PREGOEIRO

Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA RESUMIDO												
OBJETO	Contratação de serviços contínuos de apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização exercidas pela Coordenação de Engenharia de Manutenção da Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal.											
ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO	Conforme Anexos 2 e 3.											
CATSER/CATMAT	Item 1 - 24597											
JUSTIFICATIVA	Esta contratação visa atender a demanda da Coordenação de Engenharia de Manutenção (COEMANT) por profissionais para realizar atividades de apoio à fiscalização de contratos, buscando maximizar a capacidade de acompanhamento dos fiscais técnicos que atuam na referida Coordenação.											
ADJUDICAÇÃO	Menor preço por item.											
QUANTIDADE E PREÇOS ESTIMADOS	<table><tr><th>Item 1</th><th>Unidade</th><th>Quantidade</th><th>Valor Anual Estimado (R\$)</th></tr><tr><td>Serviços contínuos de apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização exercidas pela COEMANT</td><td>Unidade</td><td>1</td><td>2.677.808,04</td></tr></table>				Item 1	Unidade	Quantidade	Valor Anual Estimado (R\$)	Serviços contínuos de apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização exercidas pela COEMANT	Unidade	1	2.677.808,04
	Item 1	Unidade	Quantidade	Valor Anual Estimado (R\$)								
	Serviços contínuos de apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização exercidas pela COEMANT	Unidade	1	2.677.808,04								
<u>Observações:</u> 1) O valor total a ser cadastrado para o item 1 deverá incluir a soma dos subitens 1.1 a 1.5 e 2.0 conforme planilha de composição de custos elaborada para cada uma das categorias. 2) Para as licitantes que sejam beneficiadas pela desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011, o valor máximo aceitável para esta licitação é de R\$ 2.535.328,56 , conforme Anexo 5).												
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Sexta da minuta de contrato (Anexo 7 do edital).											



SENADO FEDERAL

FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusulas Sétima e Oitava da minuta de contrato (Anexo 7 do edital). <u>Observação:</u> A contratação será feita com retenção de provisões trabalhistas e/ou previdenciárias, nos termos do Capítulo III e do Anexo 12 do edital.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 167456 Natureza do Serviço: 339037, 339039
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	A prestação dos serviços será realizada no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, Residências Oficiais e áreas comuns do Congresso Nacional, localizado em Brasília – DF.
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Terceira da minuta de contrato (Anexo 7 do edital).

Brasília, 10 de janeiro de 2025.

PAULA PARENTE CANTUÁRIA RAMOS
Pregoeira



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

ANEXO 2

DISPOSIÇÕES GERAIS, DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Prestação de serviços de apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização exercidas pela Coordenação de Engenharia de Manutenção da Secretaria de Infraestrutura.

SUBANEXO A PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

A. DIRETRIZES

1. Este anexo traz as Planilhas de Composição de Custos, bem como as instruções e orientações necessárias para fins de apresentação da proposta comercial.
2. Para os licitantes, o orçamento elaborado pelo Senado Federal serve como referência para elaboração de sua proposta.
3. As Planilhas de Composição de Custos deverão ser preenchidas pelas licitantes conforme os modelos a seguir, de acordo com o conteúdo de cada coluna.
4. As especificações detalhadas de cada item estão no **Subanexo C do Anexo 2 do edital**. Contudo, o preenchimento das planilhas deverá levar em consideração todas as informações contidas neste Edital e em seus anexos.
5. Os valores unitários e totais para cada item adotados nas Planilhas 1, 2 e 3 representam os valores máximos a serem praticados (valores de referência). Os valores a serem adotados pelos licitantes em suas Planilhas de Composição de Custos deverão ser menores ou iguais aos valores indicados pelo Senado Federal.
 - 5.1. Os valores de referência já consideram a incidência do BDI, conforme o caso.
6. Os seguintes valores não podem ser alterados pelas licitantes:
 - 6.1. As estimativas de quantitativos adotados nas Planilhas;
 - 6.2. A vida útil dos itens da Planilha 2.
7. Para a Planilha 1 - Resumo de Composição de Custos para a Equipe de Dedicção Exclusiva, é importante observar que:



SENADO FEDERAL

- 7.1. Os valores de salário-base indicados na planilha são os mínimos a serem praticados no âmbito desta contratação. Caberá a licitante adotar um valor maior ou igual ao valor indicado em sua proposta comercial, conforme cada caso.
- 7.2. Os adicionais de periculosidade indicados na Planilha 1, conforme o **Subanexo B do Anexo 2 do edital – Caderno de Especificações Técnicas**, são obrigatórios.
- 7.3. Não há previsão de reposição em caso de férias e de afastamentos de até 15 (quinze) dias corridos, conforme especificado no item G.5 do **Subanexo B do Anexo 2 do edital**.
8. Além de preencher todas as planilhas apresentadas neste Anexo, as licitantes deverão apresentar as seguintes informações adicionais:

O detalhamento das Planilhas de Preços de Mão de Obra para cada cargo da Planilha 1 - Resumo de Composição de Custos para a Equipe de Dedicação Exclusiva, tomando por base o modelo apresentado no **Anexo 6 do edital**. Deve-se ainda contemplar nessas planilhas os custos referentes a materiais de consumo (conforme Seção H.1 do **Subanexo B do Anexo 2 do edital**), além de uniformes e EPIs conforme seções específicas do **Subanexo B do Anexo 2 do edital** (Seções G.13 e J). Ressalta-se que para uniformes e EPIs, a estimativa de quantidade e de itens necessários ficará a cargo de cada licitante, e o fornecimento ocorrerá sempre que necessário conforme especificado no **Subanexo B do Anexo 2 do edital**. As estimativas utilizadas pelo Senado Federal para pesquisa de preços foram incluídas como referência após a Planilha 1.

9. Para a Planilha 2 – Depreciação de Ferramental, o cálculo do valor mensal de depreciação para cada item deverá seguir a seguinte fórmula:

$$V_{\text{mensal}} = \frac{(V_{\text{aquisição}} \times Quant)}{(T_{\text{depreciação}} \times 12)}$$

Onde:

- 9.1. *Quant* é a quantidade de ferramentas a serem disponibilizadas no âmbito da contratação, correspondente a coluna “A” da Planilha 2;
- 9.2. *T_{depreciação}* é o tempo de depreciação da ferramenta, em anos, correspondente a coluna “B” da Planilha 2;
- 9.3. *V_{aquisição}* é o valor unitário de aquisição da ferramenta, em reais, correspondente a coluna “C” da Planilha 2;
- 9.4. *V_{mensal}* é o valor mensal, em reais, correspondente a parcela de depreciação referente ao quantitativo total da ferramenta em questão, correspondente a coluna “E” da Planilha 2. O valor deve ser arredondado para duas casas decimais após a vírgula.



SENADO FEDERAL

A.1 Equipe de Dedicação Exclusiva (estimativa normal)

Planilha 1 - Resumo de Composição de Custos para a Equipe de Dedicação Exclusiva

Item 1 – Equipe de Dedicação Exclusiva (Subitem 1)									
Subitem	Especificação	Categoria (cargo)	Nº de profissionais (A)	Salário Base (R\$)	Adicion. de Periculosidade	Adicion. Noturno	Valor Unitário Mensal (R\$) (B)	Valor Total Mensal (R\$) (C)=(A)*(B)	Valor Total Para 12 (Doze) Meses (R\$) (D)=(C)*12
1.1	SF-04678	Supervisor Técnico – Apoio a Fiscalização e Segurança do Trabalho	1	10.800,00	30%	-	28.567,87	28.567,87	342.814,44
1.2	SF-04679	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Edificações	5	4.193,29	30%	-	12.140,03	60.700,15	728.401,80
1.3	SF-01035	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Mecânica e Eletromecânica	6	4.193,29	30%	-	12.140,03	72.840,18	874.082,16
1.4	SF-01036	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Eletrotécnica e Automação	4	4.193,29	30%	-	12.140,03	48.560,12	582.721,44
1.5	SF-01041	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Segurança do Trabalho	1	4.193,29	30%	-	12.140,03	12.140,03	145.680,36
Total			17						
1	Subtotal de Equipe de Dedicação Exclusiva para 12 Meses (R\$)								2.673.700,20

Obs. 1: Para cada categoria deve ser adicionalmente apresentada uma planilha de formação de custos.

Obs. 2: Para as licitantes que sejam beneficiadas pela desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011, o valor máximo aceitável para esta licitação é de R\$ 2.535.328,56, conforme Anexo 5).

Obs. 3: Jornada de trabalho e previsão de substituição/ferista conforme especificações do **Subanexo B do Anexo 2 do edital – Caderno de Especificações Técnicas**.

Obs. 4: O custo referente a uniformes, EPIs e materiais consumíveis deverá ser proporcionalmente diluído na composição de custos das categorias profissionais. As quantidades de EPIs e uniformes consideradas para fins de pesquisa de preços encontram-se detalhadas a seguir.

Especificação	Descrição	Unidade de medida	Quantidade Estimada p/ 12 (doze) Meses (A)	Preço Unitário (R\$) (B)	Preço Total (R\$) (C)=(A)*(B)
SF-00827	Calçado isolante elétrico	par	17	172,76	2.936,92
SF-00829	Capa de chuva	Unidade	17	20,80	353,60
SF-00830	Capacete de segurança	Unidade	17	49,06	834,02
SF-02587	Luva pigmentada	Par	17	3,48	59,16
SF-02573	Luva isolante classe 2	Par	4	617,00	2.468,00
SF-02574	Luva de cobertura para luva isolante	Par	4	33,28	133,12
SF-02576	Vestimenta antichama classe 2	Unidade	17	344,85	5.862,45



SENADO FEDERAL

SF-00835	Máscara de proteção respiratória com válvula e com película de carbono FFP2	Unidade	34	1,59	54,06
SF-00836	Óculos de segurança	Unidade	34	9,70	329,80
SF-02580	Protetor auricular tipo abafador dielétrico	Unidade	4	54,11	216,44
SF-00837	Protetor auricular de inserção	Par	17	3,22	54,74
SF-03120	Creme protetor para as mãos	Unidade	10	11,34	113,40
SF-00833	Lanterna para capacete	Unidade	17	69,58	1.182,86
SF-02588	Protetor solar	L	20	136,00	2.720,00
SF-02363	Placa de sinalização em PVC 2mm	Unidade	30	739,64	22.189,35
SF-03118	Colete refletivo	Unidade	20	26,59	531,80
SF-00831	Cinto de segurança tipo paraquedista	Unidade	4	313,75	1.255,00
SF-00841	Travaquedas Deslizante Para Corda	Unidade	4	188,00	752,00
SF-00842	Travaquedas Deslizante Para Cabo de Aço	Unidade	4	329,31	1.317,24
SF-00839	Talabarte de Posicionamento (Restrição de Movimento)	Unidade	4	233,06	932,24
SF-00840	Talabarte em Y	Unidade	4	214,00	856,00
SF-03121	Fita zebra	Unidade	20	7,94	158,80
SF-00838	Protetor facial	Unidade	4	259,01	1.036,04
SF-03076	Descensor evacuador automático	Unidade	2	1.545,60	3.091,20
SF-00832	Lanterna profissional	Unidade	6	174,47	1.046,82
Subtotal de EPIs para 12 meses (R\$)¹					50.485,06

Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quantidade Estimada p/ 12 (Doze) Meses (A)	Preço Unitário (R\$) (B)	Preço Total (R\$) (C)=(A)*(B)
SF-04600	Camisa social manga longa	un	68	98,80	6.718,40
SF-00825	Calça de material resistente e cor escura	un	68	47,90	3.257,20
SF-03119	Crachá de identificação	un	17	5,78	98,26
Subtotal de uniformes para 12 meses (R\$)¹					10.073,86

¹ Conforme indicado no item 0, a lista de EPIs e uniformes, bem como as suas respectivas quantidades, ficará a cargo de cada licitante. O fornecimento deverá ocorrer conforme especificado no **Subanexo B do Anexo 2 do edital**, respeitando as especificações dos materiais quando necessário. Se necessário, as licitantes poderão introduzir outros EPIs ou uniformes que entendam que sejam necessários para execução contratual. O valor deverá ser diluído nas respectivas planilhas de mão de obra. Os dados indicados na planilha mostram o que foi considerado pelo Senado Federal para fins de pesquisa de preços.



SENADO FEDERAL

A.2 Depreciação de Ferramental

Planilha 2 – Depreciação de Ferramental

ITEM 1 – DEPRECIÇÃO DE FERRAMENTAL (Subitem 2)								
Subitem 2	Especi- ficação	Descrição	Quant. Total ² (A)	Vida Útil (anos) (B)	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (C)	Valor Total de Aquisição (R\$) (D)=(A)*(C)	Valor Mensal de Depreciação (R\$) (E)=(D)/(12*B)	Valor Total Depreciação em 12 meses (R\$) (F)=12*(E)
2.1	SF-00738	Escada tipo tesoura duplo acesso de fibra com 2m	2	5	816,45	1.632,90	27,22	326,64
2.2	SF-00739	Escada tipo tesoura e singela de fibra com 2 m	2	5	741,00	1.482,00	24,70	296,40
2.3	SF-00746	Esquadro de metal de 300 mm	2	5	42,82	85,64	1,43	17,16
2.4	SF-00761	Nível manual de alumínio com base magnética	1	5	56,65	56,65	0,94	11,28
2.5	SF-00777	Trena de 5m	17	5	21,92	372,64	6,21	74,52
2.6	SF-01043	Trena de 100m	2	5	701,70	1.403,40	23,39	280,68
2.7	SF-01051	Prancheta portátil A3	17	5	53,19	904,23	15,07	180,84
2.8	SF-00731	Chave de fenda de 1/4"	17	5	10,42	177,14	2,95	35,40
2.9	SF-00733	Chave Philips PH2 1/4" x 6"	17	5	15,04	255,68	4,26	51,12
2.10	SF-02454	Alicate bico reto isolado 160 mm	17	5	148,45	2.523,65	42,06	504,72
2.11	SF-02380	Chave de abertura de painéis	10	5	301,93	3.019,30	50,32	603,84
2.12	SF-04601	Cinto porta ferramentas, com alça de perna (cartucheira)	17	5	144,90	2.463,30	41,06	492,72
2.13	SF-01044	Paquímetro digital	1	10	1.072,46	1.072,46	8,94	107,28
2.14	SF-01045	Nível laser	1	10	749,00	749,00	6,24	74,88
2.15	SF-01046	Trena Laser (curto alcance)	1	10	1.542,29	1.542,29	12,85	154,20
2.16	SF-01047	Trena Laser (longo alcance)	1	10	2.507,49	2.507,49	20,90	250,80
2.17	SF-01048	Tripé para trena laser	1	10	370,51	370,51	3,09	37,08
2.18	SF-01049	Suporte universal para trena laser	1	10	379,86	379,86	3,17	38,04
2.19	SF-02541	Alicate amperímetro 400 A	4	10	661,41	2.645,64	22,05	264,60
2.20	SF-02390	Detector de tensão sem contato de baixa tensão	17	10	130,51	2.218,67	18,49	221,88
2.21	SF-02543	Termômetro infravermelho	2	10	419,00	838,00	6,98	83,76
Subtotal de Depreciação de Ferramental para 12 Meses (Subitem 2) (R\$)								4.107,84

² Todas as quantidades são medidas em “unidades”, com exceção do item SF-02411 (corda semi-estática 11 mm), que é medido em “metros”.



SENADO FEDERAL

SUBANEXO B

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A. Disposições Gerais

1. Este documento contém as especificações técnicas de serviços continuados de apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização de contratos exercidas pela Coordenação de Engenharia de Manutenção – COEMANT/SINFRA, incluindo o suprimento de ferramental e insumos necessários à execução dos serviços.
2. Os padrões de desempenho e qualidade do serviço estão objetivamente definidos neste documento, de forma que o objeto da contratação pode ser considerado um serviço comum de engenharia.

B. Escopo da contratação

3. Resumo da contratação:
 - 3.1. Apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização de contratos exercidas pela Coordenação de Engenharia de Manutenção – COEMANT/SINFRA, com fornecimento de mão de obra e ferramental.
4. Fazem parte do escopo da contratação:
 - 4.1. Atividades de apoio técnico e operacional à fiscalização de contratos, buscando aumentar a capilaridade da atuação da fiscalização;
 - 4.2. Atuação de forma continuada, realizando acompanhamento e verificações antes, durante e depois das intervenções, serviços e atividades;
 - 4.3. Verificação continuada do funcionamento e situação das edificações, sistemas e equipamentos do Senado Federal sob responsabilidade da COEMANT e da SINFRA, buscando aferir a conformidade de execução das ações de manutenção preventiva e preditiva, a vida útil das instalações e em última instância, a efetividade final das ações de manutenção.
 - 4.4. Realização da engenharia de acompanhamento de atividades (Engenharia de Apoio à Fiscalização), montando um plano para maximizar a efetividade das ações previstas no contrato, incluindo:
 - 4.4.1. Estabelecimento de uma rotina de acompanhamento, identificando previamente o que deve ser acompanhado, conforme critérios de engenharia;
 - 4.4.2. Definição critérios de amostragem (com base em estatísticas) para acompanhamento de cada tipo de atividade;
 - 4.4.3. Distribuição das atividades de acompanhamento conforme a especialidade da equipe;
 - 4.4.4. Elaboração de metodologia para registro efetivo dos achados e passagem das informações para a Fiscalização;



SENADO FEDERAL

- 4.4.5. A engenharia de acompanhamento de atividades é dinâmica, e deve ser continuamente monitorada e ajustadas conforme a realidade do Senado Federal;
- 4.5. Acompanhamento das atividades de campo realizadas nas edificações, sistemas e equipamentos sob responsabilidade da COEMANT e da SINFRA, incluindo:
 - 4.5.1. Operação dos equipamentos e sistemas;
 - 4.5.2. Manutenções corretivas;
 - 4.5.3. Manutenções preventivas;
 - 4.5.4. Manutenções preditivas;
 - 4.5.5. Rotinas e atividades das equipes de plantão;
 - 4.5.6. Instalações, remoções, remanejamentos e demolições;
 - 4.5.7. Eventuais obras e intervenções de maior monta;
 - 4.5.8. Comissionamentos, ensaios, testes e parametrizações;
 - 4.5.9. Movimentação de carga, transporte, içamentos;
 - 4.5.10. Outras atividades técnicas realizadas que precisem de acompanhamento conforme estabelecido pelo Senado.
- 4.6. Acompanhamento presencial, durante a execução dos serviços, incluindo:
 - 4.6.1. Situação geral da atividade (local de execução, horário de início e fim das atividades, equipe que executou a intervenção etc.);
 - 4.6.2. Qualidade do serviço executado;
 - 4.6.3. Qualidade da equipe técnica responsável pela execução do serviço;
 - 4.6.4. Material utilizado para execução dos serviços (quantidade, especificação, qualidade etc.)
 - 4.6.5. Limpeza do local antes, durante e depois da intervenção;
 - 4.6.6. Resultados de medições/testes/ensaios/inspeções realizados;
 - 4.6.7. Parametrizações e configurações utilizadas nas atividades;
 - 4.6.8. Procedimentos adotados para execução;
 - 4.6.9. Ferramental utilizado para as atividades;
 - 4.6.10. Aspectos relacionados a segurança do trabalho das atividades (uso adequado de EPIs;
 - 4.6.11. Demais aspectos específicos a serem observados durante a execução de um serviço específico, conforme estabelecido pelo Senado.
- 4.7. Verificação de solicitações de serviços (demanda) feitas por usuários, incluindo:
 - 4.7.1. Análise do escopo solicitado pelo usuário;
 - 4.7.2. Identificar a urgência real associada a demanda;



SENADO FEDERAL

- 4.7.3. Se necessário, realizar verificações em campo e/ou contato com o usuário para confirmar a demanda e buscar informações complementares (ou seja, entender o problema relatado);
- 4.7.4. Análise de viabilidade de solução por meio dos contratos disponíveis (avaliando capacidade contratual, saldos, prazos etc.);
- 4.7.5. Propor soluções técnicas para a Fiscalização;
- 4.7.6. Sugerir e analisar prazos para realizações das atividades, com base na urgência, complexidade técnica e limitações contratuais;
- 4.7.7. Encaminhar para as empresas contratadas as respectivas Ordens de Serviço, conforme autorizado pela Fiscalização;
- 4.7.8. Demais aspectos específicos a serem analisados/observados em relação as solicitações de serviço, conforme estabelecido pelo Senado.
- 4.8. Verificação prévia de serviços (planejados, de rotina, ou emergenciais), incluindo:
 - 4.8.1. Confirmar com a Contratada o planejamento e detalhamento da atividade a ser executada;
 - 4.8.2. Verificações de eventuais dificuldades e cuidados a serem contornadas previamente (problemas de acesso, restrições de horário, restrições de limpeza, restrições de ruído, necessidade de desligamento elétrico etc.);
 - 4.8.3. Analisar o impacto do serviço nas demais atividades do Senado Federal;
 - 4.8.4. Analisar a efetiva viabilidade do serviço;
 - 4.8.5. Analisar a efetividade do serviço para solucionar o problema identificado;
 - 4.8.6. Verificar se os aspectos de segurança da atividade foram corretamente analisados;
 - 4.8.7. Verificar se a quantidade e especificação do material previsto é compatível com a intervenção;
 - 4.8.8. Verificar se os materiais e ferramentas necessários para execução da atividade estão disponíveis antes do início da intervenção;
 - 4.8.9. Demais aspectos específicos a serem analisados/observados em relação ao planejamento prévio de atividades, conforme estabelecido pelo Senado.
- 4.9. Verificação após execução dos serviços, incluindo:
 - 4.9.1. Avaliar a qualidade técnica do serviço executado;
 - 4.9.2. Avaliar a qualidade do acabamento do serviço executado;
 - 4.9.3. Se necessário, contato com o usuário para obter mais detalhes sobre a execução dos serviços e averiguar nível geral de satisfação;
 - 4.9.4. Verificar se a quantidade e especificação do material efetivamente utilizado na intervenção corresponde com o que foi relatado pela responsável pela execução;



SENADO FEDERAL

- 4.9.5. Verificar se o local foi limpo e o lixo/sucata foi devidamente recolhido pelo responsável pela execução;
- 4.9.6. Verificar se o material em bom estado de conservação foi devolvido para o Senado;
- 4.9.7. Verificar se as informações referentes a execução do serviço foram adequadamente registradas no sistema de controle de ordem de serviços do Senado Federal;
- 4.9.8. Verificar se há necessidade de acionamento de outras contratadas para dar continuidade ao serviço;
- 4.9.9. Demais aspectos específicos a serem analisados/observados após a execução das atividades, conforme estabelecido pelo Senado.
- 4.10. Monitoramento de funcionamento e situação da infraestrutura predial (edificações, sistemas, subsistemas e equipamentos);
- 4.11. Realizar testes e acompanhar o funcionamento de sistemas e equipamentos;
- 4.12. Apoio no controle patrimonial, incluindo verificando plaquetas de patrimônio e localização de sistemas e equipamentos;
- 4.13. Apoio na coordenação de atividades com múltiplas contratadas/equipes;
- 4.14. Apoio no agendamento de atividades, coordenando com demais áreas do Senado Federal;
- 4.15. Facilitar o acesso a ambientes controlados (incluindo a abertura/fechamento de locais com controle especial e organização de solicitações de acesso);
- 4.16. Apoio técnico relação ao atendimento ao usuário da SINFRA do Senado Federal, quando necessário;
- 4.17. Acompanhamento e verificação continuada de edificações, sistemas, e equipamentos, incluindo inspeções periódicas, buscando aferir o funcionamento de sistemas, o estado de conservação, a necessidade de modificação/atualização/substituição e a efetividade das atividades de manutenção;
- 4.18. Monitoramento, tanto por meio de inspeções periódicas como por meio de rondas e sistemas de monitoramento remoto e automático, das diversas edificações, sistemas e equipamentos do Senado Federal;
- 4.19. Acompanhamento e verificação da execução e efetividade dos planos de manutenção e atividades de operação de equipamento das contratadas, buscando verificar se as rotinas estão sendo realizadas adequadamente, e se elas são de fato efetivas;
- 4.20. Documentação das atividades acompanhadas, por meio de fotos, vídeos, planilhas e/ou relato textual, conforme o caso.
- 4.21. Auxílio para Fiscalização no preparo de documentos, ofícios, notas técnicas, laudos e outras atividades complementares relacionados a fiscalização de contratos;



SENADO FEDERAL

- 4.22. Acompanhamento e verificação de ordens de serviços por meio do sistema de controle de manutenção do Senado Federal, realizando o monitoramento das demandas, conferindo atrasos, comentários das contratadas, entre outros.
- 4.23. Encaminhamento e registro de comentários nas ordens de serviços por meio do sistema de controle de manutenção do Senado Federal;
- 4.24. Sob orientação da Fiscalização, encaminhamento de ordens de serviços para as contratadas, aprovações/rejeições de orçamentos, e aprovações de prazos e datas de execução de serviços;
- 4.25. Auxílio a Fiscalização em caso de emergências e outras situações atípicas, fazendo a verificação do ocorrido (*in loco*, se necessário) e mediante autorização da Fiscalização realizando as ações imediatas se necessário e acionando as contratadas responsáveis;
- 4.26. Acompanhamento de orçamentos de serviços e materiais apresentados pelas contratadas para execução dos serviços
 - 4.26.1. Antes da execução (ou seja, para aprovação prévia), verificando se a proposta realizada pela contratada é coerente;
 - 4.26.2. Durante a execução, confirmando se o que foi apresentado previamente corresponde com o que está sendo utilizado;
 - 4.26.3. Após a execução, verificando se o que foi efetivamente apresentado como utilizado pela contratada corresponde com a realidade.
- 4.27. Acompanhamento continuado de aspectos de segurança do trabalho das contratadas, verificando de forma periódica o uso adequado de EPIs, dos procedimentos de segurança, entre outros;
- 4.28. Verificação de procedimentos operacionais, analisando os documentos elaborados pelas contratadas e confirmando a sua utilização e adesão nas atividades de campo;
- 4.29. Verificação de ferramental disponibilizado pelas contratadas para as suas equipes, confirmando se corresponde com o que contratado pelo Senado Federal e aferindo o seu estado de conservação, funcionamento etc.
- 4.30. Verificação de documentos, levantamentos, relatórios e laudos elaborados pelas contratadas, opinando em relação ao seu conteúdo quando necessário;
- 4.31. Verificação de plano de manutenção, confirmando se a proposta pela empresa é coerente com os equipamentos e sistemas existentes no Senado Federal e se as atividades estão coerentes com a necessidade do Senado Federal;
- 4.32. Verificação do cadastro de equipamentos e ativos no Sistema de Controle de Manutenção do Senado Federal, conferindo se o que foi efetivamente cadastrado corresponde a realidade e adere aos padrões estabelecidos pelo Senado Federal;
- 4.33. Quando necessário, realização de diagnósticos independentes em sistemas/equipamentos (dentro das possibilidades do contrato), buscando uma opinião independente sobre um defeito ou outra anomalia encontrada;
- 4.34. Levantamentos e controle de material existente nos estoques do Senado Federal;



SENADO FEDERAL

- 4.35. Levantamentos de campo de edificações, sistemas e equipamentos do Senado Federal, conforme a necessidade da Fiscalização;
- 4.36. Consulta e verificação de projetos para complementar as informações disponíveis para as contratadas;
- 4.37. Apoio de campo para auxílio de atividades de projetos elaborados no âmbito da Coordenação de Engenharia de Manutenção e Secretaria de Infraestrutura, como levantamentos e verificações de edificações, sistemas e equipamentos;
- 4.38. Realização de análise inicial de viabilidade de projetos propostos, buscando verificar a coerência com as instalações existentes do Senado Federal (existência de conflitos e outras incompatibilidades) e os padrões adotados no Senado Federal;
- 4.39. Levantamento e consulta de manuais técnicos de sistemas e equipamentos, buscando complementar as informações
- 4.40. Elaboração de documentos auxiliares para fins de faturamento das atividades previstas neste contrato;
- 4.41. Elaboração de relatórios, documentando as atividades realizadas;
- 4.42. Realização de reuniões com a equipe do Senado Federal, conforme a necessidade;
- 4.43. Comunicação continuada com a Fiscalização Técnica do Senado Federal, trabalhando de forma sinérgica para garantir que todas as informações relevantes sejam transmitidas de forma ágil, viabilizando a tomada de decisão e permitindo que serviços sejam autorizados com a velocidade necessária;
- 4.44. Realização dos serviços de engenharia de segurança do trabalho necessários para realização das atividades previstas no escopo contratual, incluindo o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e monitoramento ativo dos trabalhadores e de suas atividades, viabilizando que as atividades sejam realizadas de forma segura conforme a realidade do Senado Federal;
 - 4.44.1. Neste documento, o termo EPI é empregado em contexto amplo, abrangendo também Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e demais ferramentas e equipamentos de segurança.
- 4.45. Elaboração de manuais, Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e outros documentos semelhantes necessários para otimização das atividades da contratada;
- 4.46. Realização de gestão ativa das equipes, organizando-as de forma dinâmica, buscando atender as necessidades do Senado Federal levando em consideração o tipo de atendimento, a especialidade de cada profissional, a complexidade das intervenções e eventuais demandas sazonais ou especiais.
- 4.47. Realização de treinamento continuado da equipe, buscando padronizar e otimizar os atendimentos, identificar, solucionar de forma precoce e agilizar atendimentos de emergência, bem como difundir as orientações passadas pela Fiscalização;
- 4.48. Disponibilização de ferramentas, equipamentos e instrumentos necessários à execução das atividades de apoio à fiscalização;



SENADO FEDERAL

4.48.1. Doravante, esses itens serão referenciados resumidamente como “ferramental”.

5. Não faz parte do escopo da contratação:

5.1. Fiscalização direta das contratadas da COEMANT e da SINFRA;

5.1.1. A contratação tem como o objetivo prestar apoio a equipe de Fiscalização da COEMANT. Ou seja, de forma resumida, o objetivo é acompanhar e relatar o que tem sido observado e repassar essa informação para a Fiscalização.

5.2. Tomada de decisões, autorizações, e emissão de ordens e instruções para as contratadas da COEMANT e da SINFRA;

5.2.1. As atividades listadas acima são de atribuição exclusiva da Fiscalização do contrato. Contudo, com autorização da Fiscalização, a equipe de apoio à fiscalização poderá repassar o que foi decidido, auxiliando no fluxo da informação e na operação do sistema informatizado de controle de ordens de serviço.

5.3. Elaboração de projetos, estudos, procedimentos, planos de manutenção e outros documentos técnicos.

5.3.1. A contratação tem como objetivo avaliar os documentos já produzidos e verificar a sua efetividade como um todo – ou seja, conferir se eles são viáveis, se as rotinas têm sido executadas, se as ações tem surtido o efeito desejado e se existem erros ou outras dificuldades operacionais que possam levar a necessidade de modificação. Nesses casos, a função da contratada é relatar o observado para a Fiscalização.

5.3.2. Cabe ressaltar que a exceção é a elaboração desse tipo de documentação para atividades da própria contratada (por exemplo, procedimentos e projetos de segurança do trabalho para viabilizar o acompanhamento de atividades específicas, por exemplo).

6. Os contratos a serem acompanhados no âmbito da COEMANT e SINFRA tem como objeto:

- 6.1. Manutenção civil;
- 6.2. Manutenção hidrossanitária;
- 6.3. Manutenção elétrica;
- 6.4. Manutenção de elevadores;
- 6.5. Manutenção de sistemas de ar-condicionado, ventilação e climatização;
- 6.6. Análise de qualidade do ar;
- 6.7. Manutenção de grupos motores-geradores;
- 6.8. Manutenção de sistemas de energia ininterrupta (*nobreaks*);
- 6.9. Manutenção de sistemas de detecção e combate a incêndio;
- 6.10. Manutenção de sistemas de geração de energia fotovoltaica;
- 6.11. Fornecimento de energia elétrica;



SENADO FEDERAL

6.12. Fornecimento de água e tratamento de esgoto;

C. Lógica operacional

7. O objetivo principal da contratação é dar apoio a equipe de Fiscalização da Coordenação de Engenharia de Manutenção e da Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal, atuando de forma a aumentar a sua capacidade de acompanhamento das atividades de sua responsabilidade.
8. Em outras palavras, o contrato busca estabelecer um acompanhamento sistêmico das atividades, realizando uma análise continuada do que está acontecendo e relatando o que está ocorrendo para a Fiscalização.
9. A abordagem proposta é atuar antes, durante e depois de cada intervenção a ser executado pelas Contratadas, ou seja, avaliando o que vai ser feito nas etapas de planejamento, execução e após a conclusão (auditoria).
10. Outro eixo de atuação da contratação é no acompanhamento da efetividade da manutenção como um todo. Assim, por meio de atividades periódicas e continuadas (vistorias, testes etc.), deve-se avaliar a situação das edificações, sistemas e equipamentos do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, buscando identificar problemas (ou seja, locais onde há necessidade de manutenção). Esse mesmo processo pode ser utilizado para aferir a execução dos Planos de Manutenção, a avaliar de forma objetiva a sua efetividade.
 - 10.1. Ressalta-se que o objetivo é verificar e acompanhar, repassando os achados para a Fiscalização, deixando as ações corretivas a serem executadas pelas contratadas responsáveis pela manutenção.
11. Outro ponto relevante é que dada a enorme quantidade de atividades, edificações, sistemas e equipamentos do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, torna-se inviável um acompanhamento integral continuado de tudo que está ocorrendo. Assim, torna-se importante utilizar estratégias para maximizar a efetividade do acompanhamento a ser executado. A contratação busca esse objetivo por meio de uma Engenharia de Acompanhamento de Atividades (Engenharia de Apoio à Fiscalização), a ser descrito abaixo.
 - 11.1. O Engenharia de Acompanhamento de Atividades (ou Engenharia de Apoio à Fiscalização) deve estabelecer uma abordagem sistêmica para o efetivo acompanhamento das atividades de manutenção predial do Senado Federal, buscando otimizar os recursos disponível para realização desse acompanhamento.
 - 11.2. Assim, a lógica deve ser analisar a situação como um todo, levando em consideração as demandas abertas pelos usuários, as rotinas estabelecidas nos Planos de Manutenção dos diversos contratos e a documentação técnica disponível como normas, manuais de equipamentos e boas práticas de engenharia.
 - 11.3. A forma de operação de sistemas e equipamentos, bem como as atividades das equipes de plantão das contratadas também fazem parte do escopo a ser monitorado pela Engenharia de Acompanhamento de Atividades.
 - 11.4. Ou seja, a atuação da Engenharia de Acompanhamento de Atividades deve focar tanto na manutenção preventiva, preditiva e corretiva, acrescida as demandas encaminhadas pela Fiscalização e usuários do complexo.



SENADO FEDERAL

- 11.5. Outros pontos a serem monitorados são as questões relacionadas à segurança do trabalho das contratadas – ou seja, verificar de forma ampla se o que tem sido feito é de fato seguro, além da disponibilidade e condição do ferramental utilizado pelas contratadas, verificando se de fato estão em boas condições de uso e correspondem ao exigido contratualmente pelo Senado Federal.
- 11.6. Somado a essa análise, considerados uma abordagem estatística, definindo critérios para acompanhamento, que deve levar em consideração fatores como custo da intervenção, criticidade da intervenção no contexto do Senado Federal, complexidade, prazo e outros critérios relevantes, tentando amostrar de forma fidedigna o que de fato tem ocorrido na execução das atividades das responsáveis pela manutenção.
- 11.7. Assim, deve essencialmente ser montado um plano dinâmico que define o que será efetivamente acompanhado, com base nos recursos limitados disponíveis no contrato. Nesse plano devem ser acrescentadas vistorias e testes periódicos, que buscam avaliar a situação do ponto de vista global.
- 11.8. Além das atividades definidas pela Engenharia de Acompanhamento de Atividades, devem ser realizadas as atividades especificamente definidas pela Fiscalização.
- 11.9. Por fim, a Engenharia de Acompanhamento de Atividades também deve buscar estabelecer padrões de execução de atividades (ou seja, padrões de acompanhamento) e documentar o que tem sido acompanhado, gerando relatórios que permitam inclusive acompanhar o desempenho da manutenção ao longo do tempo.
- 11.10. Pode-se traçar uma analogia a um processo de auditoria, onde é feito um acompanhamento independente da execução, visando facilitar as atividades de Fiscalização, identificar falhas (reais e em potencial) e mirando em um processo de melhoria contínua dos contratos e das ações de manutenção. Ao mesmo tempo, diferente de uma auditoria típica, o processo envolve uma análise técnica continuada, com adequações dinâmicas no que é acompanhado e monitorado.
- 11.11. Ressalta-se que a Engenharia de Acompanhamento de Atividades deve ser completamente alinhada com as expectativas e necessidades do Senado Federal, sendo necessário discussões e ajustes continuados para que o apoio a fiscalização ocorra onde o Senado entenda que é realmente necessário.
12. Dessa forma, a prioridade de acompanhamento de tarefas e atividades passa a ser o que é indicado pela Fiscalização, seguido das atividades de Engenharia de Acompanhamento de Atividades.
13. Em última instância, o objetivo final é garantir a efetividade da Fiscalização dos contratos sob responsabilidade da COEMANT e da SINFRA. Busca-se da contratada uma atuação proativa, baseada em uma abordagem híbrida de atuações, misturando não só as demandas diretamente indicadas pelo Senado Federal mas também com as demandas oriundas do processo de Engenharia de Acompanhamento de Atividades.
14. Cabe ressaltar que buscando a uma atuação plena da contratada, ela deverá criar rotinas, procedimentos e protocolos para garantir a qualidade e documentação adequada das atividades de apoio a fiscalização. Treinamentos da equipe também fazem parte do escopo dessa contratação.



SENADO FEDERAL

15. Da mesma forma, a segurança do trabalho nas atividades de apoio a fiscalização deve ser sempre observada e priorizada. Assim, é de responsabilidade da contratada realizar toda a engenharia de segurança do trabalho necessária para viabilizar que o apoio à fiscalização.
16. Conforme exposto acima, a contratada não deverá atuar como fiscais diretos das demais contratadas, e sim reportar o encontrado para a Fiscalização.
 - 16.1. A repassagem de informações para as contratadas, quando necessário, ocorrerá com autorização da Fiscalização, buscando facilitar a comunicação entre as partes e melhorar a atuação das equipes como um todo.
17. Ressalta-se que essa abordagem exige uma alocação dinâmica dos recursos contratuais, com base nas necessidades e nas restrições impostas pelo próprio funcionamento do Senado Federal. Dessa forma, é de se esperar que a ênfase dada a cada eixo se modifique ao longo da execução contratual. Ressalta-se que, nesse aspecto, a comunicação constante com a Fiscalização é fundamental, buscando sempre alinhar as necessidades do Senado Federal e a expectativa de execução com o que de fato é executado no âmbito do contrato.

D. Parque de equipamentos e escopo operacional

18. A infraestrutura predial sob responsabilidade da COEMANT e da SINFRA é um formado por um conjunto extenso e complexo, composto por diversos subsistemas, equipamentos e infraestruturas. Visando facilitar a leitura do texto, é mais simples se referir a esse conjunto como “infraestrutura predial”.
19. É importante frisar que a infraestrutura predial é dinâmica, ou seja, ele está em constante evolução, buscando atender às necessidades da Instituição. Assim, é natural que subsistemas sejam substituídos, modificados, acrescentados ou desativados. Isso pode ocorrer tanto por ação da manutenção, como por ações do próprio Senado (contratações, obras e reformas).
20. Na mesma linha, as contratações responsáveis pela manutenção da infraestrutura predial também são dinâmicas, com atuação evoluindo no tempo.
21. Essa dinâmica se traduz em uma mudança orgânica e continuada nas atividades de fiscalização, e conseqüentemente, nas atividades de apoio a fiscalização. Assim, na medida que a infraestrutura predial e seus respectivos contratos de manutenção são modificados, a abrangência do contrato de apoio à fiscalização é modificada, abarcando novos elementos e abandonando elementos desativados. Contudo, ressalta-se que pela natureza do contrato de postos de trabalho e princípio de alocação dinâmica de recursos contratuais (exposto no § 17), essa lógica não traz prejuízo para nenhuma das partes. A execução contratual estará sempre limitada pela capacidade operacional da mão de obra, pela documentação técnica disponível, pela atuação das contratadas sendo fiscalizadas e pelo ferramental disponibilizado pelo contrato.

E. Local de execução dos serviços

22. Os serviços serão executados em todo o Complexo Arquitetônico do Senado Federal e em todas as instalações do Senado Federal localizadas no Distrito Federal.
23. Dentre as principais instalações, destacam-se:



SENADO FEDERAL

- 23.1. O Complexo Arquitetônico do Senado Federal, incluindo todas as edificações localizados nas imediações da Praça dos Três Poderes;
- 23.2. As edificações do Serviço de Transporte - SETRAN e suas imediações;
- 23.3. As residências oficiais na SQS 309 Blocos C, D e G, bem como outros apartamentos funcionais de uso do Senado Federal;
- 23.4. A residência oficial na QL 12 do Lago Sul;
- 23.5. As instalações do Centro Cultural dos Poderes da União (CCPU), localizado no Setor de Clubes Esportivos Norte (antigo Clube do Servidor);
- 23.6. As instalações do Senado Federal na Torre de TV;
- 23.7. As instalações do Senado Federal no Centro de Transmissão do Colorado, localizado em Sobradinho - DF;
- 23.8. As instalações do Senado Federal no Centro de Transmissão localizado no Gama – DF;
- 23.9. As instalações do Senado Federal no Edifício Palácio do Comércio, no Setor Comercial Sul;
- 23.10. As instalações do Senado Federal no Aeroporto de Brasília.
24. O **Subanexo F do Anexo 2 do edital** contém plantas e fotos das principais edificações e instalações onde serão realizados os serviços.
25. A grande maioria das instalações está situada nas imediações da Praça dos Três Poderes.
26. É de responsabilidade da Contratada a execução dos serviços em todos esses locais. Contudo, o Senado Federal irá fornecer serviços de transporte para os locais que não se situam no seu complexo principal (ou seja, nas imediações da Praça dos Três Poderes).
27. Eventualmente, tendo em vista a dinâmica do Senado Federal, novas instalações poderão ser acrescentadas ou removidas. Porém, somente as instalações localizadas no Distrito Federal serão do escopo da contratação.
28. O Senado Federal disponibilizará espaços para a Contratada executar as suas atividades.
29. Os espaços deverão ser utilizados para montagem de postos operacionais, oficinas, almoxarifados, armazenagem de materiais e ferramentas, e outras atividades correlatas.
30. Os espaços deverão ser utilizados exclusivamente para os fins do contrato.
31. A locação dos espaços poderá ser modificada a qualquer momento, tendo em vista a dinâmica do Senado Federal. Contudo, o espaço necessário para execução das atividades sempre estará garantido.
32. Os espaços poderão ser distribuídos ao longo do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, buscando inclusive viabilizar o atendimento mais ágil em casos de emergência.
33. Os espaços contam com as principais infraestrutura de apoio (mesas, cadeiras etc.) necessários para execução das atividades. Contudo, equipamentos e infraestrutura complementares que a Contratada julgar necessária para execução de suas atividades serão de sua responsabilidade, sem ônus para o Senado Federal.



SENADO FEDERAL

34. O Senado Federal fornecerá os equipamentos de informática e acesso à internet.
35. É de responsabilidade da Contratada manter os espaços em bom estado de conservação. O Senado Federal providenciará os serviços de manutenção predial regular dos espaços.
36. Não haverá cobrança pelo espaço cedido para a Contratada, nem cobrança de água/energia e outros serviços semelhantes, desde que não haja uso abusivo por parte da Contratada.
37. Caso o espaço seja de uso exclusivo da Contratada, a gestão desses espaços será de responsabilidade da Contratada, cabendo a ela alocar as equipes, materiais e ferramentas de forma eficiente. Contudo, em caso de uso compartilhado, caberá ao Senado Federal definir o limite de responsabilidade da Contratada.
38. O controle de acesso, se necessário, será de responsabilidade da Contratada. Porém, a Contratada não poderá negar o acesso à Fiscalização, realizando o devido acompanhamento se entender necessário.
39. Caso a Contratada entenda que necessário haver modificação nos espaços físicos, ela deverá submeter um projeto para aprovação prévia da Fiscalização. O custeio total dessas modificações deverá ser da Contratada. Eventuais modificações, melhorias e reformas não serão ressarcidas pelo Senado Federal.

F. Prazos de atendimento

40. Para situações emergenciais, atípicas, anormais, excepcionais, que envolvam mau funcionamento ou interrupção no funcionamento de sistemas críticos, a Fiscalização deverá ser comunicada pela Contratada de imediato sobre a situação, quando a Contratada tomar conhecimento da ocorrência.
41. Avaliar e dar resposta à Fiscalização em até 01 (uma) hora corrida após ser acionada para verificação de solicitações de serviços (demanda) feitas por usuários para identificação da urgência real associada à demanda.
42. Realizar em até 01 (um) dia útil vistorias solicitadas pela Fiscalização referentes a assuntos não emergenciais como análise do escopo de solicitações não críticas de usuário, realizar verificações em campo e/ou contato com o usuário para confirmar demandas e buscar informações complementares (ou seja, entender o problema relatado), analisar viabilidade de solução por meio dos contratos disponíveis, propor soluções técnicas para a Fiscalização, verificar adequação de quantidade e especificação de serviços e materiais, avaliar limpeza de locais após intervenções das contratadas, verificar se materiais em bom estado de conservação foram devolvido ao Senado, verificar se há necessidade de acionamento de outras contratadas para dar continuidade a serviços executados ou em andamento, verificar aspectos específicos a serem analisados/observados após a execução de atividades pela contratada, realizar levantamentos, testes, acompanhamento de funcionamento de sistemas e equipamentos, dentre outras atividades.
43. Após executar vistorias a pedido da Fiscalização para acompanhamento de atividades de campo não emergenciais realizadas por meio dos contratos de manutenção nas edificações, sistemas e equipamentos sob responsabilidade da COEMANT e da SINFRA, incluindo, operação de equipamentos e sistemas, manutenções corretivas, manutenções preventivas, manutenções preditivas, rotinas e atividades das equipes de plantão, instalações, remoções, remanejamentos e demolições, eventuais obras e intervenções de maior monta,



SENADO FEDERAL

comissionamentos, ensaios, testes e parametrizações, movimentação de carga, transporte, içamentos, dentre outras atividades técnicas que precisem de acompanhamento por parte da equipe de apoio à fiscalização, conforme estabelecido pelo Senado, a Contratada disporá de 01 (um) dia útil para repassar à Fiscalização as informações e registros solicitados (por meio de fotos, vídeos, planilhas e/ou relato textual, conforme o caso).

44. A Contratada deverá se atentar para os respectivos prazos de atendimento e entrega de materiais previstos nos contratos de manutenção referentes às demandas que estiver acompanhando, de forma a reportar à Fiscalização os atrasos de execução de serviços e entregas de materiais no âmbito dos diferentes contratos de manutenção sob fiscalização da COEMANT.
45. A Fiscalização poderá alterar os prazos conforme cada caso, concedendo dilatações de prazo para serviços mais complexos e outros casos devidamente justificados, bem como reduzir o prazo de atendimento para serviços mais críticos e urgentes, e ainda suspender, reprogramar ou cancelar o serviço.
 - 45.1. As reduções de prazo só ocorrerão de forma excepcional, em casos de necessidade de atendimento prioritário, conforme orientação da Fiscalização.
 - 45.2. Solicitações de dilatação de prazo ou postergação do serviço de apoio à fiscalização devem ser formalmente solicitadas pela Contratada para a Fiscalização, informando o novo prazo e as justificativas associadas. A Fiscalização analisará cada caso de forma individualizada.
 - 45.3. A seu critério, a Fiscalização também poderá alterar os prazos em função de situações específicas, tais como: implementação de medidas de segurança, impedimento de acesso aos locais de execução, necessidade de intervenção de equipes de outros contratos, execução de outras atividades técnicas no mesmo local, determinação superior, situações de força maior.
 - 45.4. A mudança do prazo deverá ser formalizada pela Fiscalização, seja por sistema específico ou outra forma de comunicação usual entre a Fiscalização e a Contratada.
46. A contagem do prazo de execução será iniciada a partir do recebimento da solicitação de serviço pela Contratada, seja por sistema específico ou outra forma de comunicação usual entre a Fiscalização e a Contratada.
47. A contagem do prazo de execução será encerrada quando o serviço de apoio à fiscalização for efetivamente concluído.
 - 47.1. A Contratada deverá informar a data e hora da conclusão do serviço, no mesmo meio utilizado para a abertura da solicitação de serviço.
 - 47.2. Situações excepcionais, como problemas intermitentes ou que necessitem de soluções temporárias, devem ser informadas para que sejam analisadas caso a caso pela Fiscalização.
48. Caso a Contratada não conclua o atendimento nem solicite a dilatação de prazo dentro de um período de 10 (dez) dias úteis a contar da data prevista para sua conclusão, a Fiscalização poderá considerar abandono do serviço.



SENADO FEDERAL

49. A Fiscalização poderá acompanhar e/ou auditar os serviços. Caso seja identificado um serviço pendente, incompleto, incorreto ou insuficiente que tenha sido registrado como concluído, o serviço não será considerado como concluído, cabendo a Contratada concluir o serviço de forma definitiva dentro do prazo previsto originalmente, ou apresentando as justificativas para dilatação de prazo.
50. Os casos de atrasos, abandonos, bem como execuções parciais, incompletas e incorretas estarão sujeitos a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR ou de penalidades, conforme disposto neste edital e seus anexos.
51. Para fins de cálculo do IMR, serão calculados mensalmente os totais de ocorrências, além de horas e dias de atraso das ordens de serviço do respectivo mês, conforme Cláusula Sexta da minuta de contrato (Anexo 7 do edital). Limite de 30 pontos por período de apuração. Após 30 pontos, glosa referente aos 30 pontos somada a aplicação da penalidade estabelecida na Cláusula Décima Quarta da minuta de contrato (Anexo 7 do edital)

G. Equipe para execução contratual

52. Para realização das atividades previstas no escopo contratual, a Contratada deverá contar com uma equipe residente no Senado Federal. A equipe deverá ser formada por profissionais especializados e ter dedicação exclusiva às atividades do contrato durante o horário de trabalho.
53. A Contratada deverá contar com a equipe listada na Tabela 1, apresentada abaixo. As especificações detalhadas de cada cargo encontram-se no **Subanexo C do Anexo 2 do edital**.

Tabela 1 – Equipe de Dedicação Exclusiva

Ref.	Categoria (cargo)	Nº de profissionais	Adicional de Periculosidade	Adicional Noturno	Ferista Substituto	Carga horária
1.1	Supervisor Técnico – Apoio a Fiscalização e Segurança do Trabalho	1	Sim	Não	Não	44h semanais (horário flexível)
1.2	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Edificações	5	Sim	Não	Não	
1.3	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Mecânica e Eletromecânica	6	Sim	Não	Não	
1.4	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Eletrotécnica e Automação	4	Sim	Não	Não	
1.5	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Segurança do Trabalho	1	Sim	Não	Não	
Total		17				

54. A equipe da Tabela 1 é a equipe mínima residente no Senado Federal.
55. As especificações do referido **Subanexo C do Anexo 2 do edital** listam as qualificações mínimas e atribuições para cada cargo. A equipe técnica deverá atender as qualificações listadas e desempenhar as atividades listadas nas respectivas atribuições.
56. A equipe residente será responsável pela execução das atividades previstas no escopo da contratação. Contudo, a Contratada deverá fornecer os recursos necessários para maximizar a eficiência e eficácia dessa equipe, conforme diretrizes deste Caderno de Especificações Técnicas, além de garantir a qualidade dos serviços prestados.



SENADO FEDERAL

57. A equipe residente deverá sempre observar as normas técnicas, as boas práticas de engenharia, além de eventuais orientações e determinações específicas da Fiscalização, bem como legislação vigente e os normativos internos do Senado Federal.
58. A Contratada deverá cumprir com as obrigações legais e trabalhistas vigentes, além das obrigações e orientações adicionais previstas neste edital e seus anexos.
59. Adicionalmente, caberá a Contratada observar o disposto nas Convenções Coletivas aplicáveis a cada caso. Eventuais custos associados a benefícios deverão ser observados e incluídos nas respectivas planilhas orçamentárias. O Senado Federal não será realizará pagamentos adicionais devido a erros, omissões ou desconhecimento da Contratada.
60. Ressalta-se que existem atividades complementares (não relacionadas diretamente ao contrato) que devem ser executadas pela equipe centralizada da Contratada (exemplo: pagamentos de salários, RH, medicina do trabalho etc.). A equipe residente só poderá trabalhar em atividades relacionadas diretamente a contratação em tela. As atividades dos outros profissionais da Contratada (que não fazem parte da equipe residente) não serão alvo de faturamento específico no âmbito do contrato, mesmo que desempenhem parte de suas funções no âmbito dessa contratação.
61. Todos os custos trabalhistas referentes a equipe residente serão de responsabilidade da Contratada, não havendo pagamento adicional por parte do Senado Federal, exceto nos casos previstos em legislação específica ou no Edital. Dessa forma, é de responsabilidade das licitantes apresentarem propostas comerciais compatíveis com o Edital, incluindo de forma adequada eventuais custos extras (adicionais, cobertura de férias, EPIs, uniformes, seguros, planos de saúde etc.). Não serão aceitas alegações de desconhecimento, erros ou omissões nos valores contratados com o Senado Federal.

G.1 Atribuições, gestão de mão de obra e alocação de equipes

62. A responsabilidade pela gestão e organização da equipe residente é inteiramente da Contratada. Ela é responsável não só pela contratação dessa equipe, mas também pela distribuição e gestão das atividades de cada membro da equipe. Em última instância, a Contratada é a responsável pela qualidade dos serviços prestados por meio da equipe técnica residente.
63. É responsabilidade da Contratada montar uma estrutura que permita o funcionamento eficiente, atendendo plenamente o escopo da contratação. A gestão da mão de obra – incluindo eventual organização de equipes e distribuição de tarefas – é de responsabilidade da Contratada, especialmente por meio dos cargos de supervisores, conforme especificado no **Subanexo C do Anexo 2 do edital**.
 - 63.1. A Contratada poderá utilizar a organização que achar mais adequada, mantendo a equipe residente listada na Tabela 1.
 - 63.2. A organização das equipes e distribuição das atividades deverá respeitar as atribuições técnicas e especialidade de cada profissional, observando as atribuições de cada cargo, conforme especificado no referido **Subanexo C do Anexo 2 do edital**.
 - 63.3. A Fiscalização deverá ser informada sobre o modelo de organização e especialização adotado.



SENADO FEDERAL

- 63.4. Atualmente, utiliza-se um modelo com equipes divididas por especialidade (ou seja, cada uma é responsável por uma atividade específica no Senado Federal). Não há obrigação de se seguir esse modelo específico, desde que os resultados esperados pela contratação sejam obtidos.
64. Adicionalmente, conforme exposto na Seção C, as atividades do contrato são dinâmicas, o que exige um preparo adicional não só da Contratada, mas também das equipes e profissionais. É importante frisar que se busca sempre a alocação integral da mão de obra disponível, com gestão ativa desses recursos pela Contratada. Dessa forma, se houver mais demanda do que a equipe é capaz de atender, é responsabilidade da Contratada discutir tecnicamente com a Fiscalização para determinar o que é prioritário. Da mesma forma, deve-se evitar a ociosidade de equipes e profissionais, buscando em última instância aumentar a confiabilidade e a qualidade das atividades de fiscalização técnica de infraestrutura predial Senado Federal.
65. A Contratada também será responsável pela qualidade no sentido amplo da execução Contratual. Assim, deverão ser tomadas ações para garantir que as atividades realizadas no escopo do contrato sejam tecnicamente adequadas, que sejam executadas de forma correta e segura, além de serem realizadas de forma tempestiva e eficiente. Todos os aspectos de qualidade de prestação de serviços devem ser geridos de forma ativa pela Contratada e sua equipe.
- 65.1. A qualidade dos serviços envolve todo o ciclo de execução e acompanhamento, incluindo aspectos como pontualidade, conhecimento técnico da equipe, comunicação com a fiscalização e com a contratada, precisão nos registros, técnica de execução, segurança na atividade, qualidade da documentação produzida e outros aspectos relacionados.
- 65.2. As interações com os usuários, se necessários, devem prezar pelo respeito e urbanidade, e devem ater-se ao essencial para a boa execução dos serviços. Questões de ordem técnica, como sugestões e recomendações, devem ser tratadas somente no âmbito interno da própria Contratada ou com a Fiscalização.
- 65.3. Sempre que necessário, a Contratada deve implementar rotinas de verificação e controle de qualidade, de tal forma que eventuais problemas sejam identificados e corrigidos assim que possível.
66. No quesito qualidade, a Fiscalização atuará de forma auxiliar, monitorando os serviços executados (ou seja, o acompanhamento técnico realizado), conforme o necessário, e rejeitando serviços que não foram realizados adequadamente. Contudo, mesmo com a presença da Fiscalização, a responsabilidade sobre a execução dos serviços é integralmente da Contratada.
67. Além das atividades técnicas, é obrigação da Contratada, por intermédio de sua equipe técnica residente:
- 67.1. Manter a disciplina da equipe, garantindo que os serviços sejam feitos conforme a melhor técnica de engenharia;
- 67.2. Garantir que as normas de segurança sejam seguidas, incluindo o uso adequado de EPIs;
- 67.3. Manter limpeza dos locais de trabalho;



SENADO FEDERAL

- 67.4. Manter a higiene pessoal;
 - 67.5. Manter as ferramentas limpas, organizadas e em bom estado de conservação;
 - 67.6. Manter as instalações do Senado Federal em bom estado de conservação;
 - 67.7. Realizar demais atividades, mesmo que não técnicas, buscando garantir a qualidade dos serviços prestados, o atendimento às necessidades do Senado Federal e o bem estar e a satisfação da equipe.
68. Por fim, a Contratada também deverá buscar que a equipe residente seja coesa e que se encaixe bem na cultura organizacional do Senado Federal. O relacionamento da equipe – seja ele interno, com a Fiscalização, com a Gestão, com os usuários do Senado Federal ou com outras contratadas do Senado Federal – deve ser sempre cortês e profissional.
69. A Contratada deverá providenciar meios para viabilizar a comunicação entre a Fiscalização e a equipe técnica da Contratada, conforme previsto no tópico N.
70. A responsabilidade sobre escolha e a gestão dos membros da equipe técnica será da Contratada. Assim, a escolha de quem será contratado, bem como eventuais demissões, substituições, promoções, mudanças de função e semelhantes são de total responsabilidade da Contratada, observando as quantidades de cada cargo, as qualificações necessárias e as exigências específicas desta contratação, constante do edital e seus anexos. Da mesma forma, a responsabilidade pela execução contratual é inteiramente da Contratada, não podendo alegar dificuldades com a equipe para justificar problemas de execução. O envolvimento do Senado Federal e da Fiscalização ocorrerá somente nos casos previstos no edital e seus anexos.
71. Reforçando o exposto acima, a Contratada será a única responsável pelo controle da mão de obra, inclusive quanto à:
- 71.1. Contratação e dispensa de funcionários;
 - 71.2. Delegação de responsabilidades;
 - 71.3. Definição de equipes; e
 - 71.4. Distribuição de tarefas.

G.2 Controle de frequência

72. O controle de frequência da equipe técnica residente será realizado de forma eletrônica, por meio de Sistemas de Registro Eletrônico de Ponto.
73. Não haverá remuneração específica pelo Senado Federal referente ao Sistema de Registro Eletrônico de Ponto. Caberá à Contratada prever o valor necessário dentro de suas planilhas de mão de obra.
74. O controle eletrônico de frequência deverá seguir a legislação vigente, incluindo a Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021, do antigo Ministério do Trabalho e Emprego. Os equipamentos e softwares utilizados devem ser devidamente homologados.
- 74.1. Eventuais conflitos entre a legislação vigente e o previsto neste Caderno de Especificação Técnica deverão ser discutidos com a Fiscalização. Os procedimentos específicos poderão ser modificados, buscando atendimento à legislação e à dinâmica contratual.



SENADO FEDERAL

75. A Contratada será responsável por garantir que a equipe técnica residente utilize o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto de forma adequada. A Contratada deverá orientar a equipe a realizar os registros conforme a legislação vigente.
76. Caso sejam utilizados Registradores Eletrônico de Ponto por meio de equipamento específico:
 - 76.1. Os equipamentos deverão ser instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal. O local de instalação de cada equipamento será definido em acordo com a Fiscalização.
 - 76.2. A Contratada deverá sugerir os locais de instalação, buscando otimizar a localização dos Registradores Eletrônico de Ponto para que as atividades de controle de frequência sejam rápidas e eficientes.
 - 76.3. Em casos excepcionais, a Fiscalização poderá solicitar mudança dos locais de instalação. O remanejamento ocorrerá por conta a Contratada.
 - 76.4. A forma preferencial de registro de presença será a biometria (impressão digital). Casos excepcionais que tornem impossível o uso da biometria devem ser informados a Fiscalização para que seja determinada a forma de registro adequada para cada caso.
77. Caso seja utilizado o Sistema de registro eletrônico de ponto via programa (REP-P):
 - 77.1. O sistema deverá implementar controle para garantir que o registro está ocorrendo no local de trabalho (ou seja, Complexo Arquitetônico do Senado Federal). Assim, é obrigatório o uso de restrição geográfica ou tecnologia semelhante.
 - 77.2. O sistema deverá implementar controle para garantir que o ponto foi de fato registrado pelo colaborador, e não por um terceiro. Isso inclui o uso de biometria, reconhecimento facial ou outras tecnologias necessárias para efetuar esse controle de forma efetiva.
 - 77.3. Caso o sistema dependa do aparelho celular, a Contratada deverá disponibilizar algum equipamento compatível instalado no Senado Federal para viabilizar o registro de ponto por membros da equipe que eventualmente não queiram utilizar seus aparelhos pessoais e/ou tiveram problemas técnicos com o aparelho, viabilizando o registro independente do celular.
78. A Contratada terá 30 (trinta) dias corridos a partir do início das atividades contratuais para finalizar a implementação do sistema de controle de frequência.
79. Conforme a legislação vigente, deverão ser feitos registros no início e fim da jornada de trabalho, além dos intervalos intrajornadas.
80. Eventualmente, serão necessárias marcações manuais no sistema de controle de frequência.
 - 80.1. A marcação manual poderá ocorrer quando o empregado se esquecer de realizar a marcação, ou, eventualmente, estiver realizando alguma atividade que não permita que o registro seja feito de forma razoável (exemplo: serviço externo, em local sem Registrador Eletrônico de Ponto).
 - 80.2. As marcações manuais devem ser excepcionais e devem ser devidamente justificadas.
 - 80.3. As marcações manuais deverão ser realizadas por um gestor de ponto, conforme a legislação vigente. Os detalhes específicos do procedimento a ser adotado deverão



SENADO FEDERAL

ser determinados pela Contratada. Contudo, a Fiscalização poderá solicitar que seja avisada sempre que houver marcações manuais.

81. Ressalta-se que a atividade-fim do contrato está claramente definida na Seção B deste documento. Assim, o registro de frequência deverá ser eficiente e não poderá interferir nas atividades-fim do contrato.
 - 81.1. A título de exemplo, não será admitido obrigar que uma equipe realizando um atendimento externo retorne ao Senado Federal somente para registrar o intervalo intrajornada. Da mesma forma, não será admitido que uma equipe seja obrigada a atravessar todo o Complexo Arquitetônico do Senado Federal para registrar o ponto em um Registrador Eletrônico de Ponto específico.
82. Os equipamentos devem ser configurados de forma adequada, seguindo a realidade do contrato.
 - 82.1. O sistema de gestão de ponto deve ser capaz de controlar o banco de horas, informando os saldos sempre que necessário.
 - 82.2. O sistema também deverá permitir que o registro de presença possa ser feito em mais de um dos Registradores Eletrônico de Ponto, minimizando a eventual necessidade de deslocamento da equipe para registro e aumentando a robustez do sistema em caso de falha de um equipamento.
 - 82.3. O sistema de controle de frequência deve operar de forma contínua, 24 horas por dia e 7 dias por semana, incluindo noites e feriados. Ele deve estar configurado para permitir a presença das equipes de plantão e eventuais equipes adicionais necessárias para serviços noturnos ou nos finais de semana.
83. O cadastro da biometria será realizado conforme a legislação vigente. A Fiscalização deve ser informada sempre que houver atividades de cadastro ou recadastro da biometria, e pode optar por acompanhar pessoalmente os procedimentos em horário acordado entre as partes. Os cadastros não poderão ocorrer sem autorização da Fiscalização.
84. Ressalta-se que a equipe residente, em especial os supervisores, não têm atribuição de gestão de ponto. Essa atividade deverá ser realizada pelo escritório da Contratada. A equipe residente poderá auxiliar em pontos específicos da gestão de ponto, desde que isso não interfira nas atividades técnicas a serem executadas no âmbito do contrato.
85. Em situações excepcionais, a Contratada poderá utilizar o controle de ponto manual.
 - 85.1. O controle manual só poderá ser utilizado em caso de indisponibilidade do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto.
 - 85.2. A Contratada deverá tomar as medidas necessárias para evitar o uso do controle de ponto manual. Deverá haver possibilidade de realizar o registro em diversos equipamentos, de forma que a indisponibilidade de um aparelho Registrador Eletrônico de Ponto não impossibilite o controle eletrônico de frequência dos empregados.
 - 85.3. A Fiscalização deverá ser informada em até 1 (um) dia útil sempre que for necessário utilizar o controle de ponto manual.



SENADO FEDERAL

- 85.4. O controle manual deve ser diário, não sendo admitido o preenchimento posterior da folha de ponto.
- 85.5. A folha de ponto deve realizar os mesmos registros do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto.
- 85.6. Caso seja utilizado o controle manual de ponto, não haverá possibilidade de acúmulo ou uso do banco de horas.
- 85.7. Assim que o sistema seja reestabelecido, as informações registradas manualmente devem ser inseridas manualmente no sistema de controle de frequência, de tal forma que as informações fiquem consolidadas em um único local.
- 85.8. As folhas manuais de ponto deverão ser apresentadas em caso de uso do controle de ponto manual, devidamente assinadas pelos responsáveis pelo preenchimento, mesmo que as informações já constem no sistema. As folhas de ponto devem ser apresentadas em conjunto com o relatório de frequência a ser gerado para o pagamento de cada mês.
- 86. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar obrigatoriamente a cada mês um relatório discriminado de frequência da equipe residente.
 - 86.1. O objetivo do relatório é demonstrar que a equipe cumpriu a sua jornada de trabalho nos termos do contrato.
 - 86.2. O relatório deverá ser gerado automaticamente pelo Sistema de Registro Eletrônico de Ponto.
 - 86.3. Os softwares utilizados para geração do relatório devem atender às Portarias vigentes do Ministério do Trabalho e Emprego.
 - 86.4. O relatório deve indicar de forma clara os membros da equipe residente, os dias e horários de registro (entrada, saída e intrajornada), e deve calcular o saldo do banco de horas automaticamente. Ele também deve indicar acúmulo e utilização do banco de horas. O relatório também deve incluir as marcações manuais e as justificativas associadas.
 - 86.5. Eventualmente, o relatório deve ser acompanhado de folhas de ponto manuais, caso elas sejam utilizadas.
 - 86.6. Detalhes específicos do relatório serão acordados com a Fiscalização e com o Órgão Gestor do Contrato.

G.3 Jornada e horário de trabalho

- 87. É responsabilidade da Contratada gerenciar os horários de trabalho da equipe residente, buscando otimizar o atendimento a demanda do Senado Federal.
- 88. O horário será flexível, podendo ser distribuído entre as 7h e as 22h. Caberá a Contratada estabelecer horários específicos ou não para cada membro equipe, notadamente para proporcionar maior período de cobertura de atendimento. As equipes trabalharão sempre que houver expediente regular no Senado Federal.
 - 88.1. A jornada trabalho será de 44h semanais.



SENADO FEDERAL

- 88.2. Eventualmente, caso a flexibilização de horário não atenda à demanda do Senado Federal, a Fiscalização poderá fixar os horários de trabalho e as tolerâncias de entrada e saída.
- 88.3. As jornadas poderão ser modificadas em razão de determinação superior ou por motivo de força maior.
- 89. As jornadas de trabalho devem respeitar a legislação vigente. É responsabilidade da Contratada garantir que os intervalos intrajornada e de descanso sejam respeitados.

G.4 Banco de horas e horas extras

- 90. A dinâmica de funcionamento do Senado Federal não permite a realização de diversas manutenções durante seu expediente regular, período no qual também pode haver restrições de acesso a determinados ambientes e de execução de atividades que interfiram no funcionamento dos órgãos internos (exemplo: atividades que emitam ruídos elevados, que produzam poeira ou restrinjam a passagem de pessoas). Assim, buscando minimizar o impacto das atividades de manutenção, haverá a necessidade recorrente de se realizar atividades fora do horário regular de funcionamento do Senado Federal. Emergências também poderão ocorrer a qualquer momento. Assim, muitas atividades técnicas deverão ser realizadas durante os finais de semana, feriados e durante as noites e madrugadas.
- 91. A prioridade será de evitar a utilização de acompanhamento continuado durante essas atividades, focando no acompanhamento prévio e após a conclusão das atividades. Contudo, a depender da complexidade e escopo do serviço a ser realizado, será necessário a presença da equipe técnica residente. É responsabilidade da Contratada monitorar as atividades a serem realizadas e agendar com as equipes de forma adequada.
- 92. No intuito de permitir a realização de atividades fora da jornada prevista na Seção G.3, a contratação contará com o recurso de banco de horas.
- 93. É responsabilidade da Contratada utilizar tanto o horário de trabalho flexível, previsto na Seção G.3, como o banco de horas, de modo a viabilizar as atividades do contrato conforme a necessidade do Senado Federal.
- 94. Para efeito de banco de horas, cada hora adicional trabalhada em dias de expediente normal será considerada como 1 (uma) hora, cada hora adicional trabalhada aos sábados será considerada como 1,5 hora (uma hora e meia) e cada hora adicional trabalhada aos domingos e feriados será considerada como 2 (duas) horas.
- 95. Não haverá acúmulo de banco de horas quando houver utilização de controle manual de ponto (folha de ponto).
- 96. O saldo máximo, positivo ou negativo, será de 32 (trinta e duas) horas para cada funcionário, a ser aferido ao final de cada mês.
- 97. A contabilização de saldo, bem como eventuais glosas, será efetuada de forma individualizada para cada funcionário.
- 98. A Contratada deverá gerenciar de forma ativa o saldo de banco de horas de cada funcionário, não permitindo que ele ultrapasse o limite de 32 (trinta e duas) horas, seja ele positivo ou negativo, tendo em vista que nenhuma hora ou fração poderá ser computada além desses limites.



SENADO FEDERAL

99. Da mesma forma, a Contratada deverá gerenciar o saldo do banco de horas de tal forma que eles estejam todos nulos ao final do contrato. Contudo, caso eles não estejam, observa-se que:
 - 99.1. Não haverá pagamento, por parte do Senado Federal, de saldo positivo remanescente no banco de horas ao final do contrato;
 - 99.2. Haverá glosa do saldo negativo remanescente no banco de horas ao final do contrato.
100. Não haverá pagamento de horas extras ou adicionais noturnos por parte do Senado Federal. É responsabilidade da Contratada gerenciar o horário de trabalho da equipe e os bancos de horas.
101. Ressalta-se que a Contratada deverá sempre observar a legislação trabalhista vigente, além do estabelecido nas convenções coletivas aplicáveis. Limites máximos de trabalho e intervalos devem ser respeitados. Eventuais conflitos entre o previsto neste edital e seus anexos e nas convenções coletivas aplicáveis devem ser informados à Fiscalização e ao Órgão Gestor do Contrato, prevalecendo o previsto nas convenções coletivas.
102. A critério da Fiscalização, a Contratada deverá informar quando houver previsão de acúmulo ou utilização do banco de horas de qualquer funcionário.
 - 102.1. Os casos que deverão ser informados serão acordados com a Fiscalização.
 - 102.2. A Fiscalização poderá autorizar ou desautorizar o uso de banco de horas, conforme o caso.
103. Os relatórios mensais referentes ao controle de frequência deverão conter as informações referentes ao banco de horas de todos os funcionários. Deverão ser informados, de forma individualizada, os saldos, os acúmulos e as utilizações de banco de horas.

G.5 Férias e afastamentos

104. A gestão de férias e eventuais afastamentos programados será da Contratada.
105. É responsabilidade da Contratada garantir que as férias e outros afastamentos programados não afetem o andamento das atividades do contrato. Ressalta-se que as atividades serão realizadas ao longo de todo ano, com planejamento de manutenções de grande porte durante os recessos parlamentares em julho, dezembro e janeiro.
 - 105.1. Não será permitido que todos os profissionais de um mesmo cargo tirem férias ou tenham afastamentos programados simultaneamente, salvo nos casos em que só há previsão de 1 (um) profissional na equipe residente.
 - 105.2. A Fiscalização poderá solicitar o planejamento de férias e afastamento.
 - 105.3. A Fiscalização poderá solicitar alterações no planejamento de férias e afastamentos, conforme as necessidades do Senado Federal.
106. A planejamento de férias e outros afastamentos programados deve ser feito com antecedência, limitando os afastamentos em até 10% do total de funcionários da equipe residente.
 - 106.1. Adicionalmente, somente 1 (um) Responsável Técnico poderá gozar férias ou outros afastamentos programados a cada vez.
107. Não haverá previsão de substituição em caso de férias e de afastamentos de até 15 (quinze) dias corridos.



SENADO FEDERAL

- 107.1. A Contratada deverá providenciar substitutos quando os afastamentos forem superiores a 15 (quinze) dias corridos.
- 107.2. Não há necessidade de providenciar substitutos em caso de férias.
- 108. Eventuais substitutos deverão atender às exigências previstas para o cargo, conforme especificado no **Subanexo C do Anexo 2 do edital**.
- 109. Os custos associados a eventuais férias, coberturas e outros casos previstos nessa Seção deverão estar devidamente contabilizados na proposta comercial da Contratada. Não haverá pagamento adicional referente a contratações de substitutos, funcionários temporários ou outros casos semelhantes.
- 110. As férias e outros afastamentos devem ser informados ao Órgão Gestor do Contrato.

G.6 Adicional noturno

- 111. É de responsabilidade da Contratada realizar o pagamento dos encargos trabalhistas previstos na legislação vigente, incluindo o adicional noturno para os casos aplicáveis.
- 112. Não há previsão de adicional noturno. Contudo, caberá a cada licitante analisar as condições específicas e eventualmente incluir os respectivos adicionais, caso julgue necessário.
- 113. Os custos referentes aos adicionais noturnos deverão ser devidamente contabilizados na proposta comercial da Contratada e indicados no momento da licitação. O valor do adicional deverá ser calculado pela Contratada e deverá seguir o previsto na legislação vigente.
 - 113.1. Só haverá pagamento de adicional noturno por parte do Senado Federal para os casos indicados na proposta comercial da Contratada. Demais custos, se existentes, serão de responsabilidade da Contratada e não serão objeto de ressarcimento por parte do Senado Federal.
- 114. Serviços pontuais podem exigir trabalhos durante a noite madrugada, mas essas são situações excepcionais e atípicas. Contudo, a Contratada deverá estar preparada para atender essas situações atípicas e realizar esses serviços, priorizando a execução pela equipe de plantão e eventualmente complementando com a equipe regular. Não haverá pagamento adicional por parte do Senado para esses casos.

G.7 Adicional de periculosidade

- 115. A infraestrutura predial do Senado Federal é ampla e complexa, contando inclusive com instalações elétricas de alta potência e média tensão. Assim, parte das atividades previstas no escopo da contratação exigem o trabalho em situações classificadas como perigosas nos termos da legislação vigente.
- 116. Dessa forma, com base no Anexo 4 da Norma Regulamentadora 16 do antigo Ministério do Trabalho e em laudos especializados, haverá pagamento de adicional de periculosidade para parte da equipe residente.
- 117. A Tabela 1 indica as categorias para as quais o pagamento do adicional de periculosidade será obrigatório, pautado nas especificações detalhadas de cada cargo conforme o **Subanexo C do Anexo 2 do edital**.



SENADO FEDERAL

118. Para cargos em que não haja previsão de adicional de periculosidade por laudo, caberá a cada licitante analisar as condições específicas e eventualmente incluir os respectivos adicionais, caso julgue necessário.
119. Os custos referentes aos adicionais de periculosidade deverão ser devidamente contabilizados na proposta comercial da Contratada e indicados no momento da licitação. O valor do adicional deverá ser calculado pela Contratada e deverá seguir o previsto na legislação vigente.
 - 119.1. Só haverá pagamento de adicional de periculosidade por parte do Senado Federal para os casos indicados na proposta comercial da Contratada. Demais custos, se existentes, serão de responsabilidade da Contratada e não serão objeto de ressarcimento por parte do Senado Federal.
120. Caberá a equipe de segurança do trabalho da Contratada classificar a periculosidade associada a cada atividade e a cada local.
 - 120.1. Os locais com periculosidade deverão ser devidamente sinalizados. A equipe deverá ser devidamente orientada em relação ao acesso a esses locais, de tal forma que somente equipes autorizadas realizem o acesso, obrigatoriamente com o uso dos EPIs adequados.
 - 120.2. Eventualmente, medidas de controle de acesso também poderão ser implementadas, em comum acordo com a Fiscalização.
 - 120.3. Adicionalmente, a Fiscalização poderá indicar condições, locais e atividades com acesso restrito a equipes com periculosidade.
 - 120.4. Sob demanda da Fiscalização, a Contratada deverá indicar em documentação específica os locais e atividades restritas aos funcionários que recebam adicional de periculosidade.
121. A Contratada será responsável por controlar o acesso de sua equipe a locais considerados perigosos.
122. É obrigação da Contratada garantir que as atividades perigosas sejam realizadas somente por trabalhadores que recebam o respectivo adicional. Da mesma forma, o pagamento de adicional de periculosidade não significa que as atividades possam ser feitas sem a devida segurança. A elaboração de procedimentos de trabalho especializados, o treinamento específico e o uso de equipamentos de segurança continuam sendo obrigatórios. Da mesma forma, toda legislação vigente deverá ser seguida. A integridade e segurança dos trabalhadores deverá ser sempre priorizada, independente do pagamento de adicionais.
123. Eventualmente, serviços de maior complexidade exigirão a adoção de procedimentos de segurança específicos, de tal forma que as instalações se tornem adequadas do ponto de vista normativo mesmo para profissionais que não recebem o adicional de periculosidade.
 - 123.1. Nesses casos, é de responsabilidade da Contratada gerenciar o serviço, de tal forma que a equipe sem periculosidade não seja exposta a uma situação perigosa do ponto de vista normativo.
 - 123.2. Os procedimentos dependerão de cada caso, a serem avaliados pelos Responsáveis Técnicos da Contratada.



SENADO FEDERAL

124. Complementarmente, a legislação trabalhista específica e as melhores práticas de segurança do trabalho deverão ser sempre observadas.
125. É obrigação da Contratada gerenciar a alocação das atividades das equipes, levando em consideração se a atividade exige ou não equipes com adicional de periculosidade. Independente da classificação de periculosidade da atividade, os prazos previstos neste edital e seus anexos se aplicam.

G.8 Substituição de funcionários – por parte da Contratada

126. A Contratada deverá informar com antecedência à Fiscalização sempre que houver mudanças (promoções, desligamentos ou contratações) de funcionários que farão parte da equipe residente.
 - 126.1. A Contratada deve informar os dados dos funcionários e o cargo.
 - 126.2. A Contratada também deverá informar quando houver necessidade de substitutos eventuais (volantes, folguistas, feristas etc.).
127. Sempre que necessário, a Fiscalização fará a avaliação das qualificações dos funcionários, conforme previsto na Seção G.10.
128. Os cargos referentes aos Supervisores (Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços do contrato) não poderão ficar vagos, sendo responsabilidade da Contratada garantir que os postos estejam devidamente preenchidos durante toda a execução contratual.
 - 128.1. Férias e outros afastamentos legais não serão considerados como vacância do cargo. Contudo, a Contratada deverá providenciar a substituição sempre que exigido, conforme previsão neste edital e seus anexos.
129. Para os demais cargos, a Contratada terá até 30 (trinta) dias corridos após a saída do funcionário para preencher novamente a vaga na equipe residente.
130. Na eventual ocorrência de faltas, a própria Contratada deverá suprimir os dias não trabalhados do faturamento correspondente, caso contrário o órgão Gestor do Contrato efetuará a glosa dos valores indevidos.
131. A Contratada poderá alterar a equipe residente sempre que achar necessário. É de responsabilidade da Contratada manter a equipe eficiente, atendendo as necessidades contratuais e se relacionando de forma eficaz com a equipe do Senado Federal.

G.9 Substituição de funcionários – por parte do Senado

132. Em casos excepcionais, o Senado Federal poderá solicitar a substituição de um membro da equipe residente.
 - 132.1. A substituição deverá ser feita por outro profissional que atenda às exigências do Edital.
 - 132.2. Após notificação formal de substituição, a Contratada terá 2 (dois) dias úteis para afastar o profissional da equipe residente.
 - 132.3. A Contratada terá até 30 (trinta) dias corridos após a saída do funcionário para preencher novamente a vaga na equipe residente.



SENADO FEDERAL

- 132.4. Não haverá pagamento do valor do posto de trabalho pelo período que ele ficar a descoberto.
133. A Contratada deverá realizar a substituição nos casos descritos abaixo:
- 133.1. Por solicitação do Órgão Gestor do Contrato ou da Fiscalização, no caso de falta grave devidamente documentada;
 - 133.2. Automaticamente, após três advertências formais;
 - 133.3. Quando não possuir a qualificação mínima exigida;
 - 133.4. Sempre que, justificadamente, seus serviços ou conduta forem julgados insatisfatórios ou inconvenientes ao Senado Federal.
134. Por solicitação da Senado Federal, os membros da equipe residente poderão ser formalmente advertidos. As advertências serão complementares às advertências realizadas pela Contratada, que deverá atuar de forma a orientar e disciplinar a sua equipe sempre que necessário.
135. A título exemplificativo, os seguintes comportamentos são considerados indevidos, e poderão ensejar a aplicação e penalidades contratuais ou solicitação de substituição por parte do Senado Federal:
- 135.1. Prática de crimes;
 - 135.2. Prática de assédio;
 - 135.3. Desrespeito à legislação e aos normativos internos do Senado Federal;
 - 135.4. Descumprimento de orientações e determinações da Fiscalização;
 - 135.5. Indisciplina;
 - 135.6. Desrespeito a outras pessoas no Senado Federal;
 - 135.7. Excesso de faltas e atrasos injustificados;
 - 135.8. Falta de conhecimento técnico adequado, independente de qualificações formais;
 - 135.9. Execução de serviços de forma tecnicamente inadequada ou grosseira;
 - 135.10. Execução de serviços de forma perigosa, desrespeitando as normas de segurança;
 - 135.11. Execução de serviços de forma tecnicamente inadequada, que gere riscos à segurança ou ao patrimônio;
 - 135.12. Execução de serviços sem cumprir os fluxos de trabalho adequado;
 - 135.13. Falta de cuidado com a propriedade do Senado Federal.

G.10 Qualificação

136. A Contratada deverá apresentar a documentação que comprove a qualificação dos membros da equipe residente, conforme especificação do **Subanexo C do Anexo 2 do edital**.
137. A documentação inclui certificados de conclusão de cursos, certificados de treinamentos, registros nos conselhos de classe, carteiras de trabalho, entre outros. A documentação de qualificação deverá ser acompanhada pelo currículo de cada profissional. Documentos adicionais poderão ser solicitados pela Fiscalização, conforme cada caso.



SENADO FEDERAL

138. Adicionalmente, deverão ser apresentados os laudos médicos e outra documentação complementar para os trabalhadores que realizarão trabalho em altura e trabalho em espaços confinados, conforme estabelecido na Seção G.11.
139. A Contratada deve controlar a validade dos cursos e certificações obrigatórios pela legislação vigente e pela regulamentação da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, além das qualificações especificadas no referido **Subanexo C do Anexo 2 do edital**, providenciando renovações sempre que necessário. É obrigação da Contratada monitorar a validade e providenciar as renovações. A Contratada deverá apresentar os novos certificados sempre que eles forem renovados.
- 139.1. Dentre os certificados a serem monitorados estão os cursos de NR-10, NR-10 SEP e NR-35, conforme as atribuições de cada membro da equipe.
140. A Contratada deverá monitorar também a situação perante o Conselho de Classe de cada membro da equipe residente. Caso algum profissional fique em situação irregular, a Contratada deverá notificar tanto o funcionário para regularização da situação ou eventual substituição, bem como informar à Fiscalização a esse respeito.
141. A documentação referente à qualificação deverá ser apresentada antes do início efetivo das atividades do profissional. A Fiscalização irá analisar a documentação apresentada para determinar se a qualificação mínima foi atendida para o caso.
- 141.1. Sempre que houver uma nova contratação ou substituição, a Fiscalização deverá aprovar previamente a documentação de qualificação dos membros da equipe residente.
- 141.2. Para as capacitações previstas nas normas do antigo Ministério do Trabalho (NR-10, NR-10 SEP, NR-35, etc.), a Contratada terá 30 (trinta) dias corridos após o início das atividades do profissional para concluir os treinamentos e apresentar da documentação.
- 141.3. A documentação de substitutos eventuais também deverá ser apresentada e aprovada previamente. Ressalta-se que os substitutos deverão ter a qualificação exigida no referido **Subanexo C do Anexo 2 do edital**, conforme exigência de cada cargo.
142. Excepcionalmente, no início da contratação, tendo em vista a grande quantidade de documentos a serem analisados em um curto período, a Fiscalização poderá adotar um procedimento alternativo. Nesse caso, a Contratada terá 10 (dez) dias úteis após o início das atividades para apresentar a documentação da equipe residente, sendo permitidas as atividades do profissional mesmo sem a análise prévia da Fiscalização. Contudo, caso a Fiscalização constate que o profissional não atende às exigências do Edital, a Contratada deverá providenciar sua substituição. Não haverá pagamento pela ocupação do posto por profissional que não atenda às exigências do Edital.
143. Para fins de avaliação de tempo de experiência conforme a especificação do referido **Subanexo C do Anexo 2 do edital**, a Fiscalização poderá, caso a caso, considerar experiência em atividades semelhantes, correlacionadas e tecnicamente equivalentes. Da mesma forma, a critério da Fiscalização, poderão ser aceitas atividades cujo nome do cargo não seja exatamente o mesmo da exigência do Edital.



SENADO FEDERAL

144. A Fiscalização poderá solicitar que a documentação de qualificação seja reapresentada a qualquer momento, estando sujeita a nova análise ou auditoria.

G.11 Trabalho em altura e trabalho em espaços confinados

145. O escopo da contratação inclui atividades que são categorizados como trabalho em altura conforme a legislação vigente. Dessa forma, é obrigação da Contratada garantir que parte da equipe residente esteja apta a realizar esses tipos de atividade.
146. O escopo da contratação não inclui atividades que são categorizados como trabalho em espaços confinados conforme a legislação vigente. Dessa forma, não será obrigação da Contratada garantir que sua equipe esteja apta a fazer esse tipo de atividade.
147. A equipe técnica residente deverá contar com pelo menos 5 (cinco) membros da equipe residente aptos a realizar o trabalho em altura.
- 147.1. A distribuição entre os cargos ficará por conta da Contratada, tendo em vista a realidade operacional do Senado Federal e do contrato.
- 147.2. Pelo menos 1 (um) profissional de cada especialidade deve estar apto a realizar esse tipo de atividade.
148. A distribuição de tarefas no âmbito da Contratada deverá observar também as questões relacionadas a trabalho em altura, de tal forma que a alocação seja feita de forma adequada. A Contratada será responsável pela segurança de sua equipe e deverá garantir que esse tipo de atividade, quando executado, seja feita conforme a norma e por equipe devidamente qualificada.
149. É de responsabilidade da Contratada observar toda a legislação vigente para garantir que a equipe esteja apta a realização de trabalho em altura, em especial a Norma Regulamentadora 35 do antigo Ministério do Trabalho.
- 149.1. Os profissionais aptos para realização dessas atividades deverão passar por avaliação médica e capacitação específica, nos termos das normas vigentes.
- 149.2. A Contratada terá 30 (trinta) dias corridos a partir do início das atividades do profissional para apresentar à Fiscalização a documentação comprovando ele está apto a realização de trabalho em altura e trabalho em espaços confinados.
150. Ressalta-se que o ferramental mínimo previsto na Seção I já prevê o aparato necessário para realização desse tipo de atividade.
151. Não haverá pagamento adicional pelo Senado Federal referente a equipe apta para trabalho em altura e espaços confinados.

G.12 Capacitações, treinamentos e certificações

152. É obrigação da Contratada garantir que a equipe residente tenha as capacitações e os treinamentos necessários, conforme a legislação vigente, as normas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, a natureza das atividades realizadas no âmbito do contrato e as especificações deste edital e seus anexos.
153. A Contratada será responsável pelas capacitações iniciais, além de renovações, cursos de reciclagem e cursos complementares, conforme previsto na legislação vigente.



SENADO FEDERAL

154. A Contratada não poderá cobrar o valor de capacitações, cursos e treinamentos obrigatórios da equipe residente. Não haverá pagamento por parte do Senado Federal referente a capacitações, treinamentos, cursos, certificações e outras atividades semelhantes.
155. Os cursos deverão ser específicos para a infraestrutura do Senado Federal e pautados na realidade do contrato. A Contratada deverá fornecer treinamento adicional nos casos previstos na legislação vigente e quando entender necessário.
- 155.1. Ressalta-se que o item 10.8.3.1 da norma NR-10 estabelece condições de validade das capacitações obrigatórias para trabalho em instalações elétricas.
156. A equipe técnica residente deverá contar com as seguintes capacitações mínimas:
- 156.1. Para o trabalho em instalações elétricas (NR-10, NR-10 SEP e NR-10 Reciclagem): conforme as atribuições de cada membro da equipe;
- 156.2. Para o trabalho em altura (NR-35): conforme a necessidade do contrato, observando o disposto na Seção G.11.
157. Buscando o aprimoramento constante da equipe, a Contratada deverá promover atividades complementares de qualificação e orientação, como palestras, cursos, treinamentos e outras atividades semelhantes. Essas atividades devem ser prioritariamente técnicas, e pautadas na realidade do contrato e nas instalações elétricas do Senado Federal.
158. A critério da Fiscalização, as instalações do Senado Federal poderão ser utilizadas para capacitações, treinamentos, cursos de qualificação e outros eventos semelhantes, desde que sejam exclusivos para a equipe residente, sejam agendadas previamente, as instalações estejam disponíveis, não interfiram com outras atividades do Senado Federal e não prejudiquem a execução das atividades do contrato.
159. A critério da Fiscalização, capacitações, treinamentos, cursos de qualificação e outros eventos semelhantes podem ser realizados durante a jornada regular de trabalho no Senado Federal, desde que sejam agendadas previamente, não prejudiquem a execução das atividades do contrato e sejam de interesse do Senado Federal.

G.13 Uniformes

160. A Contratada deverá fornecer uniformes e outros itens de vestuário necessários para execução das atividades do contrato.
161. Buscando maior transparência em relação ao que deverá ser fornecido, bem como isonomia entre as licitantes, os uniformes listados na Tabela 2 deverão ser obrigatoriamente fornecidos no âmbito do contrato. As especificações detalhadas de cada item encontram-se no **Subanexo C do Anexo 2 do edital**.

Tabela 2 – Uniformes

Código	Descrição	Quant. estimada p/ 12 meses
SF-04600	Camisa social manga longa	68
SF-00825	Calça de material resistente e cor escura	68
SF-03119	Crachá de identificação	17



SENADO FEDERAL

162. A Tabela 2 traz uma lista mínima de uniformes a serem disponibilizados no âmbito da contratação. Da mesma forma, as especificações são as mínimas a serem seguidas para aquele tipo de uniforme, não sendo possível a substituição por uniformes de qualidade inferior.
163. Alguns EPIs também atuam como uniforme e/ou vestuário, como as vestimentas antichamas e os calçados de segurança. Dessa forma, aplicam-se complementarmente as informações e especificações previstas na Seção J.
164. O quantitativo da Tabela 2 é meramente estimativo. A Contratada deverá garantir que os funcionários tenham sempre uma quantidade suficiente de uniformes e vestimentas para realizar as atividades do contrato com o devido conforto e higiene. A Contratada deverá fornecer, no mínimo, para cada profissional:
 - 164.1. Três conjuntos de uniforme (calça e camisa) no início das atividades de cada profissional, e outro conjunto adicional a cada 6 (seis) meses;
 - 164.2. Um conjunto antichama classe 2 no início das atividades de cada profissional, e outro conjunto adicional a cada 12 (doze) meses;
 - 164.3. Um par de calçados com proteção contra choques elétricos no início das atividades de cada profissional, e um par adicional a cada 12 (doze) meses;
 - 164.4. Um capacete de segurança novo no início das atividades de cada profissional, e outro capacete adicional a cada 12 (doze) meses;
 - 164.5. Uns óculos de segurança novo no início das atividades de cada profissional, e outro óculos de segurança adicional a cada 6 (seis) meses;
 - 164.6. Um par de luvas isolantes (com luva de cobertura) nova no início das atividades de cada profissional;
 - 164.7. Um protetor auricular tipo abafador novo no início das atividades de cada profissional;
 - 164.8. Um colete reflexivo novo no início das atividades de cada profissional.
165. Para fins de licitação, caberá a cada licitante estimar a quantidade que julgar adequada para cada item da Tabela 2. Contudo, a execução contratual ditará o número exato de uniformes a serem fornecidos, podendo inclusive ser superiores ou inferiores as estimativas realizadas pelo Senado Federal ou pelas licitantes. Os uniformes sempre devem ser prontamente fornecidos quando necessários, independente de quantidade prevista na estimativa.
166. É de responsabilidade das licitantes analisar as atividades do contrato, bem como a legislação vigente e prever o fornecimento de uniformes (e/ou EPIs) adicionais se julgar necessário.
167. Os custos associados aos uniformes e demais equipamentos de segurança deverão estar devidamente estimados nas planilhas de mão de obra apresentadas na licitação. O Senado Federal não realizará pagamentos adicionais devido a desconhecimento, erros e omissões da Contratada.
168. Buscando manter a aparência profissional da equipe e proporcionar boas condições de trabalho, a Contratada deverá fornecer novos uniformes sempre que os em uso apresentarem desgaste, independente de quando a última leva de uniformes foi fornecida.



SENADO FEDERAL

169. Os uniformes fornecidos devem identificar claramente a equipe como funcionários da Contratada.
 - 169.1. Os uniformes devem necessariamente ser confortáveis e próprios para uso diário, priorizando a ergonomia dos funcionários.
 - 169.2. Detalhes como modelo, cor, logotipos etc. serão acordados entre a Contratada e a Fiscalização.
170. Buscando facilitar a identificação e os procedimentos de segurança do Senado Federal, o uso dos uniformes será obrigatório para as equipes residentes.
 - 170.1. Para o restante da equipe (apoio administrativo, responsáveis técnicos etc.), a obrigatoriedade do uso do uniforme ficará a critério da Contratada.

G.14 Crachás

171. A fim de facilitar o controle de acesso às dependências do Senado Federal, os membros da equipe residente receberão crachás de acesso específicos.
172. O fornecimento dos crachás de acesso ao Senado será de responsabilidade do Senado Federal.
173. O uso dos crachás será obrigatório dentro das dependências do Senado Federal, conforme política de segurança vigente.
174. A Contratada deverá enviar as informações necessárias ao Órgão Gestor do Contrato para que os crachás sejam emitidos.
175. A Contratada terá 30 (trinta) dias corridos após o início das atividades de cada profissional para entregar a documentação necessária para confecção dos crachás.
176. É responsabilidade da Contratada providenciar tempestivamente a documentação necessária quando houver substituição definitiva de algum membro da equipe residente, de forma que os procedimentos de acesso não afetem a jornada prevista.
177. É responsabilidade da Contratada garantir que a equipe utilize de forma correta os crachás, portando-os sempre que necessário.
178. A critério do Senado, poderão ser emitidos crachás a funcionários da Contratada que não fazem parte da equipe residente, bem como substitutos, volantes, feristas e semelhantes. A análise será realizada caso a caso.

G.15 Autorizações de acesso

179. O acesso às dependências do Senado Federal seguirá as normativas internas e a política de segurança e controle de acesso. Assim, a dinâmica de acesso poderá mudar a depender do contexto.
180. É de responsabilidade da Contratada solicitar a Fiscalização as autorizações de acesso sempre que necessário. Os pedidos de autorização de acesso devem ser feitos com antecedência, permitindo que elas sejam devidamente registradas e processadas pela equipe de segurança do Senado Federal.
 - 180.1. As autorizações de acesso devem ser solicitadas com antecedência mínima de 1 (um) dia útil e antes das 17h, exceto em casos excepcionais autorizados pela Fiscalização;



SENADO FEDERAL

- 180.2. As solicitações deverão ser preferencialmente encaminhadas pelo sistema específico de controle de acesso do Senado Federal.
181. As solicitações de autorização de acesso devem conter os dados pessoais da equipe e os dados dos veículos que farão o acesso, se for o caso, além de informações como os locais a serem acessados e as devidas justificativas.
182. As autorizações de acesso são obrigatórias em diversas situações, tais como:
 - 182.1. Acesso de fornecedores externos e subcontratados;
 - 182.2. Acesso os membros da equipe residente sem crachá ou em processo de obtenção de crachá, incluindo feristas, volantes e substitutos, conforme o caso;
 - 182.3. Acesso de outros funcionários da Contratada sem crachá;
 - 182.4. Acesso à noite ou madrugada e durante finais de semana e feriados, mesmo com crachá, exceto para os funcionários em regime de plantão.
183. Adicionalmente, as autorizações de acesso são necessárias para os veículos que precisarem acessar o Senado no âmbito do contrato.
184. Alguns locais específicos exigirão autorizações de acesso adicionais, e eventualmente o acompanhamento das atividades por equipe específica. Essas situações serão resolvidas caso a caso.
185. A Fiscalização deverá ser informada sempre que houver dificuldades de acesso ou necessidade de que ela autorize o acesso.

G.16 Métrica de pagamento

186. A métrica de pagamento, por parte do Senado Federal, será a disponibilidade da equipe residente, nos termos especificados no edital e seus anexos, incluindo o presente Caderno de Especificações Técnicas.
187. O Senado Federal poderá aplicar glosas ao faturamento apresentado, em razão de eventuais desconformidades apuradas, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais correspondentes em caso de descumprimento das disposições contratuais.
188. Demais diretivas para o pagamento da equipe residente estão nas seções correspondentes dos anexos do edital, bem como na minuta de contrato.

H. Materiais

H.1 Consumíveis

189. A Contratada deverá fornecer todos os materiais consumíveis necessários para execução contratual.
190. São considerados consumíveis os itens de pequeno valor consumidos durante a execução dos serviços, tais como:
 - 190.1. Abraçadeiras; ácidos; acessórios para fixação, montagem e acabamento de eletrocalhas, eletrodutos, leitos e perfilados; adesivos de sinalização e avisos; água sanitária; álcoois (incluindo etílico e isopropílico); anéis e borrachas de vedação;



SENADO FEDERAL

anilhas para identificação de cabos; arames; areia; arruelas; bases para lâmpadas; brocas para metal, madeira e alvenaria (inclusive SDS); buchas; caixas de papelão; chumbadores (parabolts); cimento; colas e adesivos; combustível; conectores; desengraxantes; desengripante; desentupidor; detergentes; discos de corte e desbaste; espuma de poliuretano expansiva de alta performance; estopa; etiquetas (impressa e de acrílico, inclusive para rotuladoras); filtros; fita de isolamento preta e amarela; fita teflon veda-rosca; fita vinílica de proteção; fitas adesivas; fitas isolantes; fusíveis; gesso em pó; gás acetileno; gás nitrogênio; gás oxigênio industrial; gasolina; gaxetas; grampos; graxas; ilhoses; lâminas de estilete; lâminas de serra e de segueta; lâmpadas sinalizadoras e de iluminação de painéis; limpa contato; lixas; lonas; lubrificantes; lubrificantes para cabos elétricos; luvas de compressão; luvas de procedimentos nitrílicas; mangueiras; mantas para filtro; materiais de escritório; óleos; o-rings; palha de aço; panos; papelão ondulado; parafina; parafusos; pasta para solda; pequenas conexões; pilhas e baterias; pincéis e rolos para pintura; pistolas aplicadoras de silicone; placas de identificação; placas de sinalização e avisos; plugues; porcas; presilhas; produtos antiferrugem; querosene; rebites; rebolos; relés; resinas; resistências; sabão; serra copo; serragem e outros elementos para contenção e limpeza de vazamentos de óleos e combustível; sílica gel; silicone; solução limpadora de tubulação; solventes; soquetes para diversas bases de lâmpadas; suportes; talco; talhadeira SDS; telas; terminais inclusive pré-isolados; terminais de compressão de pequeno porte; tinta para reparo de pinturas; tubos isolantes termo retráteis; turbinas plásticas; utensílios, materiais e produtos para limpeza (incluindo rodos, vassouras, sabão, detergente, panos, estopas e semelhantes); vaselina.

191. Os consumíveis devem sempre estar à disposição da equipe técnica da Contratada, e devem ser utilizados sempre que necessário. Não serão admitidos serviços improvisados, atrasos e outros problemas por falta de materiais consumíveis.
192. Não haverá pagamento adicional pelos consumíveis utilizados. O custo dos consumíveis deve estar incluso nas demais parcelas da contratação.
193. Ressalta-se que pela experiência de contratações anteriores, a quantidade de consumíveis efetivamente utilizada na contratação é muito pequena.

I. Ferramental

194. Conforme exposto na Seção C, a produtividade, a eficiência e a qualidade da execução contratual são fundamentais para atender às necessidades do Senado Federal. Contudo, é inviável exigir um nível elevado de prestação de serviços se a equipe residente não tiver à sua disposição as ferramentas, os instrumentos, os equipamentos e os EPIs necessários para realizar as intervenções de forma adequada e precisa.
195. Dessa forma, o ferramental detalhadamente especificado no **Subanexo C do Anexo 2 do edital** deverá ser obrigatoriamente fornecido no âmbito do contrato.
196. As especificações listam as exigências mínimas. A Contratada poderá fornecer ferramental equivalente ou superior. Se eventualmente as circunstâncias ou as condições locais tornarem tecnicamente necessária a substituição de algum ferramental especificado, a Fiscalização poderá autorizar o uso de itens tecnicamente equivalentes, desde que a funcionalidade e a



SENADO FEDERAL

qualidade sejam compatíveis com as especificações originais. Não haverá pagamento adicional em caso de fornecimento de ferramental equivalente ou superior.

197. A indicação de marca e modelo configura mera referência comercial, uma vez que sem tal indicação alguns itens se tornam de difícil descrição. Essa referência comercial será indicada quando for fundamental para a fixação do nível de qualidade necessário para o ferramental em questão. A Contratada somente poderá aplicar o ferramental de fabricantes, marcas, especificações e modelos que possuam qualidade igual ou superior às dos itens referenciados, não sendo aceitos itens de qualidade inferior ou incompatíveis com as especificações. Contudo, não há obrigação de a Contratada fornecer exclusivamente as referências comerciais listadas.
198. Ressalta-se que a lista acima inclui ferramentas manuais, ferramentas elétricas, equipamentos, veículos, EPIs, instrumentos de medição e outros itens semelhantes. Todos os itens são bens de uso permanente (ou seja, não consumíveis) que têm por objetivo facilitar e viabilizar as atividades a serem executadas no contrato.
199. O ferramental listado no **Subanexo A do Anexo 2 do edital** forma uma relação mínima a ser disponibilizada para uso no âmbito do contrato. Contudo, eventualmente ferramental adicional deverá ser fornecido, conforme a necessidade de cada serviço e a legislação vigente, observando sempre o princípio da razoabilidade.
200. Haverá pagamento mensal pela disponibilidade do ferramental listado no referido **Subanexo A do Anexo 2 do edital**, tomando por base o valor da depreciação de cada item. Os detalhes dessa forma de pagamento serão expostos no § 213. Contudo, não haverá pagamento adicional para o ferramental que não faz parte da tabela correspondente do referido **Subanexo A do Anexo 2 do edital**.
201. O ferramental a ser disponibilizado não será de propriedade do Senado Federal, e sim da Contratada. A forma de disponibilizar o ferramental ficará a critério da Contratada (compra, aluguel etc.), desde que sejam cumpridas as exigências deste Caderno de Especificações Técnicas.
202. O ferramental a ser obrigatoriamente fornecido destina-se ao uso exclusivo nas atividades previstas no contrato. Ele não poderá ser cedido, ainda que temporariamente, para outras atividades da Contratada durante o período de execução contratual, de forma que deve permanecer sempre disponível (inclusive para serviços imprevistos e emergenciais).
203. Da mesma forma, o ferramental deverá ser mantido no Complexo Arquitetônico do Senado Federal. Não será aceito que itens do ferramental venham a ser armazenados em outros locais, como na sede da empresa, por exemplo.
204. A responsabilidade pelo ferramental será da Contratada, que deve sempre ser mantido em boas condições de uso, limpo, organizado e com a manutenção em dia. Itens com defeitos e danos devem ser reparados pela Contratada ou eventualmente substituídos.
205. A responsabilidade patrimonial sobre o ferramental é da Contratada. Assim, itens que eventualmente forem extraviados deverão ser repostos pela Contratada. Portanto, é de responsabilidade da Contratada estabelecer um sistema que permita o controle adequado de todo o ferramental, mantendo-o em condições adequadas e ao mesmo tempo disponível. Não serão aceitos sistemas que inviabilize o uso do ferramental pelos profissionais da Contratada.



SENADO FEDERAL

206. Ressalta-se que o ferramental exigido deve ser disponibilizado pela Contratada para efetivo uso nas atividades da contratação, e não para guarda, visando ao mero atendimento de requisito contratual. Assim, a Contratada não poderá optar por fornecer um conjunto de ferramentas mais simples para a equipe, objetivando manter armazenado e seguro o ferramental listado na Planilha 2 – Depreciação de Ferramental do referido **Subanexo A do Anexo 2 do edital**. Contudo, ferramentas adicionais poderão ser fornecidas caso a Contratada entenda que seja necessário.
207. É de responsabilidade da Contratada fornecer os insumos que eventualmente serão necessários para o uso do ferramental. Não haverá pagamento adicional pelos insumos. São considerados insumos itens como pilhas, baterias, brocas, discos de corte e desbaste, serras, serras-copo, lixas, fitas para rotuladoras, gases, combustível e lubrificantes, entre outros.
208. Os itens do ferramental que não estiverem aptos para uso, seja por falta de insumo, dano, falta de manutenção, extravio ou situação semelhante, serão considerados indisponíveis.
209. Para os instrumentos com necessidade de ensaios, calibração, aferição e manutenção periódica, é obrigação da Contratada manter essas rotinas em dia.
- 209.1. A periodicidade das manutenções, calibrações e aferições devem seguir as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e/ou a periodicidade acordada com a Fiscalização, conforme cada caso.
- 209.2. No caso de ensaios e testes obrigatórios por legislação ou norma (exemplo: teste de resistência de isolamento), a metodologia de ensaio e periodicidade deverá seguir o que está previsto na referida legislação ou norma.
- 209.3. Os custos das atividades listadas acima são considerados custos intrínsecos da contratação e não serão pagos pelo Senado Federal.
- 209.4. A Contratada deverá informar sempre que for necessário retirar um ferramental do Senado Federal para manutenção ou rotina semelhante, informando o período que o item ficará indisponível. A Fiscalização deve autorizar a previamente indisponibilidade de algum item do ferramental.
210. O ferramental deve sempre estar apto e disponível para uso da equipe técnica.
- 210.1. O acesso deverá estar disponível inclusive para as equipes noturnas, para os atendimentos emergenciais e para os serviços realizados fora do horário comercial, viabilizando que os serviços sejam executados com a agilidade necessária e mesmo sem agendamento ou aviso prévio.
- 210.2. Por outro lado, o acesso ao ferramental deve ser devidamente controlado, a fim de evitar que itens sejam extraviados ou danificados por mau uso.
- 210.3. A Contratada deverá fornecer treinamento para as equipes, de tal forma que o uso do ferramental seja feito de forma adequada e segura.
- 210.4. Ressalta-se que existem itens mais simples, de uso diário, e outros mais sofisticados, de uso eventual. Espera-se bom senso da Contratada, escalonando o acesso ao ferramental conforme a real necessidade. Assim, é de se esperar que parte dos itens seja distribuída diretamente para as equipes (ferramental básico), itens de uso menos frequentes sejam distribuídos pelos postos, enquanto aqueles de uso apenas ocasional



SENADO FEDERAL

sejam centralizados e disponibilizados conforme a demanda. Por outro lado, não será aceito que itens do ferramental tenham uso tão extremamente restrito, a ponto de a maior parte da equipe não ter acesso a eles quando necessário.

211. A Fiscalização poderá realizar auditorias no ferramental sempre que entender necessário, verificando o atendimento ao Edital.
212. Os Registradores Eletrônico de Ponto não fazem parte do ferramental e seu pagamento será realizado conforme previsto na seção específica.
213. O pagamento pela disponibilidade de cada item do ferramental será feito com base no valor da respectiva depreciação.
 - 213.1. O pagamento pela disponibilidade do ferramental ocorrerá de forma mensal, em conjunto com o pagamento da mão de obra e demais atividades do contrato;
 - 213.2. Para cada tipo, o valor a ser pago mensalmente será dado pelo valor de aquisição do respectivo item dividido por sua vida útil em meses;
 - 213.3. O pagamento de cada item do ferramental, individualmente considerado, só será devido a partir de sua respectiva disponibilidade. Assim, será aplicado o critério *pro rata die*, de forma a considerar somente a fração do mês em que cada item passou a ficar disponível.
 - 213.3.1. A disponibilidade será calculada de forma individualizada para cada item do ferramental, conforme a respectiva data de entrega.
 - 213.4. A vida útil de cada tipo de ferramental está previamente definida na Planilha 2 – Depreciação de Ferramental do **Subanexo A do Anexo 2 do edital**;
 - 213.5. As licitantes deverão apresentar o valor de aquisição de cada tipo de ferramental em conjunto com sua proposta comercial, incluindo o cálculo do valor mensal a ser pago para cada um. Também deverão ser calculados os valores mensais totais e o valor global pago a título de depreciação;
 - 213.6. Não haverá reajuste nos valores mensais de depreciação.
214. Não há necessidade de que todos os itens do ferramental estejam disponíveis desde o início da contratação. Contudo, a integralidade da lista mínima de EPIs da **Tabela 3** deve ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos, enquanto todo o ferramental deverá ser disponibilizado em até 90 (noventa) dias corridos.
215. Cada vez que algum ferramental ficar disponível, a Contratada deverá informar à Fiscalização, detalhando a data e os quantitativos de cada tipo.
 - 215.1. Não será considerado disponível o ferramental entregue em desacordo com as especificações, salvo mediante justificativa técnica aceita pela Fiscalização.
216. Mensalmente, o controle da depreciação do ferramental deverá ser feito por intermédio de uma planilha semelhante ao modelo mostrado abaixo:



SENADO FEDERAL

Subitem	Descrição Resumida	Quant. Total (A)	Vida Útil (anos) (B)	Percent. de Depreciação Mensal (%) (C)=(B) ⁻¹ /12	Valor Unitário de Aquisição (R\$) (D)	Valor Total de Aquisição (R\$) (E)=(A)*(D)	Total Mensal de Depreciação (R\$) (F)=(C)*(E)	Quant. Entregues	Datas de Entrega	Pro rata (G)	Total de Depreciação no Mês (R\$) (H)=(F)*(G)	Valor Acumul. Entrega (R\$) (I)=(E)*(G)
4.1	Chave de abertura de painéis	100	5	1,67%	260,00	26.000,00	433,33	50 08 12	15/09/2021 05/10/2021 18/10/2021	0,61	266,36	15.981,33
4.2	Caixa de ferramentas 40 cm	30	10	0,83%	50,00	1.500,00	6,11	25	03/09/2021	1,00	6,11	1.500,00
4.3	Caixa de ferramentas 50 cm	60	10	0,83%	200,00	12.000,00	66,39	55	07/09/2021	1,00	66,39	12.000,00
Totais						39.500,0					338,86	29.481,33
Índice de Entrega Ferramental - IEF												74,6%

217. Trata-se de uma planilha exemplificativa resumida, que apresenta dados hipotéticos, referentes a uma apuração realizada em relação ao mês 10/2021. Nesse exemplo, o ferramental do item 4.1 teria sido entregue em três lotes com datas distintas, a primeira delas no mês anterior ao avaliado. Nesse caso, o cálculo da depreciação deve ser feito utilizando-se a seguinte fórmula:

$$Pro\ rata = \frac{Q0 + Qm1 \times \frac{(Dm - De1)}{Dm} + Qm2 \times \frac{(Dm - De2)}{Dm}}{Qt}$$

Onde:

Qt = Quantidade total prevista para o item
Q0 = Quantidade já entregue até o final do mês anterior
Qm1 = Quantidade entregue no lote 1 do mês atual
De1 = Dia da entrega do lote 1 no mês atual
Qm2 = Quantidade entregue no lote 2 do mês atual
De2 = Dia da entrega do lote 2 no mês atual
Dm = Número de dias do mês atual

218. Nesse exemplo, o fator *pro rata* para o item 4.1 teria o seguinte valor:

$$Pro-rata = \frac{50 + 08 \times \frac{(30 - 05)}{30} + 12 \times \frac{(30 - 18)}{30}}{100} = \frac{61,47}{100} = 0,61$$

219. Essa fórmula pode ser generalizada para outras quantidades (lotes) de entrega. Ainda considerando os dados do exemplo, na avaliação do mês subsequente (11/2021), o valor de Q0 será igual a 70, visto ser esse o quantitativo entregue até o final do mês 10/2021.

220. Ao término de cada mês, e com o auxílio dessa mesma planilha, deverá ser calculado o Índice de Entrega Ferramental - IEF, dado pela razão entre os totais das colunas (I) e (E). No exemplo em questão, esse índice seria de 74,6% (= 29.481,33 * 100 / 39.500,00).

221. Decorridos os prazos de 30 (trinta) e 90 (noventa) dias iniciais mencionados no item 214, a cada apuração mensal subsequente para fins faturamento, a Contratada ficará sujeita à aplicação do Índice de Medição de Resultados – IMR correspondente, conforme disposto no Anexo 7 do edital – minuta de contrato, podendo sofrer glosas em razão da obtenção de índices IEF inferiores aos previstos.

222. Ao longo de toda a execução contratual, a disponibilidade de ferramentais em quantidades ou percentuais inferiores àqueles aqui estabelecidos deverá ser devidamente justificada pela Contratada.



SENADO FEDERAL

223. Decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, a Contratada estará sujeita à aplicação concomitante da respectiva penalidade contratual prevista neste edital e seus anexos, salvo em caso de justificativa aceita pela Fiscalização.
224. Não serão aceitas justificativas de atraso de execução de serviços por falta de ferramental.

J. Equipamentos de proteção

225. Conforme a legislação vigente, a Contratada deverá garantir condições seguras de trabalho para toda a equipe da Contratada. Nesse contexto, a Contratada deverá fornecer aos seus funcionários os EPIs necessários para execução dos serviços.
- 225.1. Alguns EPIs são de uso estritamente pessoal e individualizado, enquanto outros podem ser compartilhados. Parte deles é permanente, enquanto outros são consumíveis ou possuem maior desgaste. A Contratada deverá fornecer e repor os EPIs considerando esses aspectos.
226. Dessa forma, buscando maior transparência em relação ao que deverá ser fornecido, bem como isonomia entre as licitantes, os EPIs listados na Tabela 3 deverão ser obrigatoriamente fornecidos no âmbito do contrato. As especificações detalhadas de cada item estão no **Subanexo C do Anexo 2 do edital**.

Tabela 3 – Equipamentos de Proteção Individual

Código	Descrição	Quant. estimada p/ 12 meses
SF-00827	Calçado isolante elétrico	17
SF-00829	Capa de chuva	17
SF-00830	Capacete de segurança	17
SF-02587	Luva pigmentada	17
SF-02573	Luva isolante classe 2	4
SF-02574	Luva de cobertura para luva isolante	4
SF-02576	Vestimenta antichama classe 2	17
SF-00835	Máscara de proteção respiratória com válvula e com película de carbono FFP2	34
SF-00836	Óculos de segurança	34
SF-02580	Protetor auricular tipo abafador dielétrico	4
SF-00837	Protetor auricular de inserção	17
SF-03120	Creme protetor para as mãos	10
SF-00833	Lanterna para capacete	17
SF-02588	Protetor solar	20
SF-02363	Placa de sinalização em PVC 2mm	30
SF-03118	Colete refletivo	20
SF-00831	Cinto de segurança tipo paraquedista	4
SF-00841	Travaquedas Deslizante Para Corda	4
SF-00842	Travaquedas Deslizante Para Cabo de Aço	4
SF-00839	Talabarte de Posicionamento (Restrição de Movimento)	4
SF-00840	Talabarte em Y	4



SENADO FEDERAL

Código	Descrição	Quant. estimada p/ 12 meses
SF-03121	Fita zebra	20
SF-00838	Protetor facial	4
SF-03076	Descensor evacuador automático	2
SF-00832	Lanterna profissional	6

227. A Tabela 3 traz uma lista de EPIs mínimos a serem disponibilizados no âmbito da contratação. Da mesma forma, as especificações são as mínimas a serem seguidas para aquele tipo de equipamento, não sendo possível a substituição por um item de qualidade inferior com as mesmas funcionalidades.
228. Os quantitativos da Tabela 3 são estimados, conforme expectativa de uso elaborada pelo Senado Federal. Para fins de licitação, caberá a cada licitante estimar a quantidade que julgar adequada. Contudo, a execução contratual ditará o número exato de EPIs a serem fornecidos, podendo inclusive ser superiores ou inferiores as estimativas realizadas pelo Senado Federal ou pelas licitantes. Os EPIs sempre devem ser prontamente fornecidos quando necessários, independente de quantidade prevista na estimativa.
229. No caso de necessidade de EPIs adicionais, é de responsabilidade da Contratada o pronto fornecimento do material, buscando que os serviços sejam executados e concluídos de forma segura e tempestiva.
230. A Contratada poderá fornecer EPIs equivalentes ou superiores. Se eventualmente as circunstâncias ou as condições locais tornarem tecnicamente necessária a substituição de algum EPI especificado, a Fiscalização poderá autorizar o uso de itens tecnicamente equivalentes, desde que a funcionalidade e qualidade seja compatível com a especificação original. Não haverá pagamento adicional em caso de fornecimento de EPI equivalente ou superior.
231. Da mesma forma, a indicação de marca e modelo configura mera referência comercial, uma vez que sem tal indicação alguns itens se tornam de difícil descrição. Essa referência comercial será indicada quando for fundamental para a fixação do nível de qualidade necessário para tal EPI. A Contratada somente poderá aplicar os EPIs de fabricantes, marcas, especificações e modelos que possuírem qualidade igual ou superior às dos itens referenciados, não sendo aceitos itens de qualidade inferior ou incompatíveis com as especificações. Contudo, não há obrigação de a Contratada fornecer somente as referências comerciais listadas.
232. Os EPIs da Tabela 3 deverão estar sempre disponíveis para a equipe. Não serão aceitas justificativas de atraso de execução de serviços por falta de EPIs ou de equipamentos de segurança.
233. Conforme a legislação vigente, a responsabilidade da Contratada não se resume ao mero fornecimento dos EPIs. A equipe de segurança do trabalho da Contratada e o Responsável Técnico de Segurança do Trabalho deverão trabalhar ativamente para criar um ambiente de trabalho seguro. Em relação aos EPIs, a Contratada deverá, por meio de sua equipe de segurança do trabalho:
- 233.1. Estabelecer quais tipos de EPI serão necessários para cada atividade;



SENADO FEDERAL

- 233.2. Garantir que os EPIs estão adequados, na validade e em boas condições de uso para cada atividade;
- 233.3. Inspecionar periodicamente os EPIs;
- 233.4. Garantir que os colaboradores estejam com os EPIs disponíveis sempre que necessário;
- 233.5. Fornecer o treinamento e orientação de uso para cada EPIs;
- 233.6. Garantir que a equipe esteja utilizando os EPIs sempre que necessário;
- 233.7. Garantir que os EPIs estejam sendo utilizados da maneira correta.
- 234. Os dados relacionados aos EPIs sempre deverão ser disponibilizados para Fiscalização. Da mesma forma, os EPIs deverão estar disponíveis para inspeção pela Fiscalização sempre que solicitados.
- 235. É de responsabilidade da Contratada controlar a distribuição dos EPIs, elaborando e guardando Fichas de Distribuição de EPIs ou documentos equivalentes. Esses documentos deverão ser disponibilizados para Fiscalização sempre que solicitados.
- 236. O Senado Federal conta com políticas internas de segurança do trabalho, as quais eventualmente estabelecem o uso de EPIs obrigatórios em situações específicas. Cabe à Contratada e sua equipe seguir essas orientações.
- 237. Os EPIs deverão estar sempre em boas condições de uso, devem estar na validade e devem estar limpos e higienizados para uso. Além disso, os EPIs devem atender à legislação vigente e às normas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, sempre que aplicáveis.
 - 237.1. Ressalta-se que existem EPIs e equipamentos de segurança que não são abrangidos pelas normas brasileiras³. Nesses casos, a Contratada deverá se pautar nas normas e recomendações internacionais, além da boa prática de engenharia.
- 238. Os EPIs deverão ser substituídos sempre que necessário, nos termos da legislação vigente, e sempre que estiverem deteriorados ou em más condições de uso.
- 239. Alguns itens de uso diário e contínuo, como os uniformes, também atuam como EPIs (vestimentas antichama, botas isolantes etc.). Nesses casos, é fundamental que a Contratada valorize também o conforto, garantindo que a equipe tenha condições de utilizar os equipamentos continuamente sem dificuldades. Dessa forma, também devem ser levadas em consideração as diretivas contidas na Seção G.13, quando aplicável.
- 240. A Contratada deve observar que para alguns EPIs de uso contínuo/diário há necessidade de fornecimento de quantidades suficientes que permitam que parte do equipamento seja lavado/higienizado ao longo da semana (por exemplo, três conjuntos de uniforme antichama por funcionário, de tal forma que pelo menos um esteja limpo para uso todos os dias). Pela frequência de uso e desgaste, esse material também deve ser substituído com maior frequência. Não será admitido o fornecimento de EPIs em quantidades que não permitam o uso adequado e higiênico de forma razoável.

³ Um exemplo são os equipamentos de proteção relacionados a risco de arco elétrico.



SENADO FEDERAL

241. Não serão admitidas orientações que busquem “minimizar” o uso de EPIs, exigindo que os funcionários percam tempo colocando e tirando os equipamentos várias vezes ao dia de forma desnecessária. Da mesma forma, o compartilhamento de EPIs só será admitido nos termos da legislação vigente, e somente para equipamentos específicos (devidamente higienizados). As orientações sobre o uso de EPIs devem ter embasamento técnico e ser pautadas principalmente na melhor prática de engenharia, indo além do mínimo previsto pelas normas brasileiras.
242. Não haverá pagamento direto por parte do Senado Federal em relação a EPIs. O valor dos EPIs fará parte da composição de custos de mão de obra, e deverá ser indicado no campo apropriado no momento da apresentação da proposta. É de responsabilidade da Contratada estimar de forma adequada os custos dos EPIs da Tabela 3 (além de eventuais EPIs adicionais e gastos adicionais como substituição prematura dos equipamentos). Ressalta-se que o valor de referência de mão de obra estabelecido pelo Senado Federal levou em consideração o valor de mercado e as quantidades listadas na Tabela 3.
243. Adicionalmente, independente da análise de necessidade realizada pela Contratada, deverão ser mantidos à disposição da equipe residente, no Senado Federal, pelo menos dois conjuntos completos de proteção contra arco elétrico categoria 4 (vestimenta, capuz e balaclava).
244. Equipes externas que executarem serviços sob demanda ou auxiliares (subcontratadas ou não) também deverão utilizar todos os equipamentos de segurança do trabalho necessários para a atividade, conforme legislação vigente.

K. Anotações de responsabilidade técnica

245. Os profissionais da contratada deverão registrar no Crea-DF ou CAU/DF as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) / Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referentes às atividades do contrato.
246. Deverão ser registradas as ARTs/RRTs listadas abaixo:
 - 246.1. **Profissionais de Engenharia de Manutenção:** ARTs/RRTs referentes às atividades de apoio à fiscalização, conforme especificado neste Caderno de Especificações Técnicas e no restante da documentação contratual, que devem ser registradas pelos Responsáveis Técnicos da equipe residente;
 - 246.2. **Profissionais de Engenharia de Segurança do Trabalho:** ARTs/RRTs referentes às atividades de Engenharia de Segurança do Trabalho a serem realizadas no escopo da contratação, que devem ser registradas pelo Responsável Técnico de Segurança do Trabalho da equipe residente;
247. As ARTs/RRTs devem ser necessariamente registradas pelos Responsáveis Técnicos (Supervisores Técnicos) da contratação, que integrarão a equipe residente no Senado Federal e acompanharão diariamente os serviços a serem executados. Eles também devem ser Responsáveis Técnicos da Contratada, devidamente cadastrados junto ao CREA, e devem se responsabilizar por todo escopo contratual, incluindo a execução dos serviços, pelos procedimentos de campo adotados e pela qualidade e efetividade das atividades executadas no Senado Federal. É esperado que os Responsáveis Técnicos acompanhem pessoalmente (em campo) as atividades do contrato.
248. Adicionalmente, pelo menos um dos Supervisores Técnicos deverá ter acervo técnico compatível com o exigido para fins de habilitação da contratada no momento da licitação.



SENADO FEDERAL

249. A critério da Fiscalização, para os serviços com maior complexidade técnica, o acompanhamento pessoal de pelo menos um dos Responsáveis Técnicos será obrigatória.
250. Todos os Supervisores Técnicos da equipe residente deverão registrar as respectivas ARTs/RRTs, mesmo que já existam outros Supervisores Técnicos com ARTs/RRTs equivalentes.
251. Da mesma forma, as ARTs/RRTs devem ser registradas no âmbito da Contratada (ou seja, o campo “Empresa Contratada” da ART/RRT deverá ser a empresa que de fato assinou o contrato com o Senado Federal). Os Responsáveis Técnicos deverão ser funcionários da Contratada. Não serão aceitos Responsáveis Técnicos subcontratados ou prestadores de serviço.
252. O teor das ARTs/RRTs deve ser completamente compatível com este Caderno de Especificações Técnicas e demais diretivas do Edital, além das normativas do CREA, CONFEA e/ou CAU.
253. Eventualmente, a Contratada poderá optar por registrar ARTs/RRTs adicionais, inclusive por engenheiros e arquitetos que não façam parte da equipe residente, referentes a outras atividades previstas no âmbito contratual, ou até mesmo para atividades como coordenação, supervisão e direção realizadas no âmbito da Contratada.
254. Antes do registro definitivo de qualquer ART ou RRT, o rascunho deverá ser preenchido e apresentado para a Fiscalização. O registro só poderá ocorrer após aprovação do conteúdo pela Fiscalização.
255. O prazo para registro das ARTs/RRTs obrigatórias é de até 30 (trinta) dias corridos após a publicação do contrato.
 - 255.1. As ARTs/RRTs devem ser válidas por todo período de execução contratual.
 - 255.2. Em caso de renovação contratual ou outra alteração semelhante, as ARTs/RRTs devem ser atualizadas. A prazo para apresentação das novas ART ou RRT é de 30 (trinta) dias corridos após a publicação.
 - 255.3. Em caso de substituição de algum Responsável Técnico da equipe residente, a Contratada terá 30 (trinta) dias corridos após a saída do responsável técnico anterior para apresentar a ART ou RRT do substituto.
 - 255.4. Será considerada a data de registro efetivo da ART ou RRT no CREA-DF ou CAU/DF, quando a ART ou RRT já estiver disponível para consulta de situação junto ao órgão emissor. Dessa forma, não serão aceitos comprovantes de envio de ART ou RRT e comprovantes de pagamento como forma de comprovação do registro. A Contratada deverá se organizar para cumprir os prazos, observando inclusive os prazos bancários e do CREA-DF ou CAU/DF para registro dos documentos.
256. As ARTs/RRTs devem ser sempre apresentadas para a Fiscalização assinadas em pelo menos duas vias. Uma via será retida para registro interno do Senado Federal.
257. As ARTs/RRTs serão assinadas pela Fiscalização. Contudo, é de responsabilidade da Contratada a apresentação, a coleta das assinaturas e a armazenagem da documentação.
258. O Senado Federal não ressarcirá a Contratada pelos custos de emissão das ARTs e RRTs.



SENADO FEDERAL

259. As ARTs/RRTs devem seguir o seguinte padrão de conteúdo:

259.1. Dados do Contrato/Contratante:

259.1.1. **CNPJ:** 00.530.279/0001-15

259.1.2. **Tipo de contratante:** Pessoa Jurídica de Direito Público

259.1.3. **Contratante:** Senado Federal

259.1.3.1. **E-mail:** sinfra@senado.leg.br

259.1.3.2. **Fone:** (61) 3303-1415

259.1.4. **Contrato:** *Conforme número do Senado (exemplo: 999/2020)*

259.1.5. **Data do contrato:** *Conforme data da assinatura do contrato*

259.1.6. **Data fim do contrato:** *Conforme previsto no contrato*

259.1.7. **Valor da obra/serviço:** *Conforme valor global do contrato*

259.1.7.1. **CEP:** 70165-900

259.1.7.2. **Endereço:** Praça dos Três Poderes

259.1.7.3. **Número:** S/N

259.1.7.4. **Complemento:** Senado Federal

259.1.7.5. **Bairro:** Zona Cívico-Administrativa

259.1.7.6. **Cidade:** Brasília

259.1.7.7. **UF:** Distrito Federal

259.2. Dados da Obra/Serviço:

259.2.1. **Endereço/dados do proprietário:** *mesmo do Dados do Contrato, listados acima*

259.2.2. **Endereço da obra:** *mesmo do Dados do Contrato, listados acima*

259.2.3. **Coordenadas Geográficas:** Latitude -15.797778 / Longitude -47.864167 (alternativamente, Latitude 15° 47' 52" S / Longitude 47° 51' 51" O)

259.2.4. **Finalidade:** Outra

259.2.5. **Código/Obra Pública:** *em branco*

259.2.6. **Data de início das atividades do Profissional:** *conforme o caso, refletindo a data real de início das atividades técnicas no âmbito da contratação e respeitando as datas de início e fim do contrato.*

259.2.7. **Data de fim das atividades do Profissional:** *conforme o caso, refletindo a data real de início das atividades técnicas no âmbito da contratação e respeitando as datas de início e fim do contrato.*

259.3. **Arbitragem:** Não Concordo (*em desacordo com o previsto no contrato*)

259.4. **Declaração de acessibilidade:** Não (*Não se aplica*)



SENADO FEDERAL

- 259.5. **Observações da ART/RRT (apoio à fiscalização):** “ART referente às atividades de apoio à fiscalização do Senado Federal, conforme Edital do Pregão Eletrônico XXX/2024 (processo 00200.XXXXXXX/AAAA-XX) e Contrato XXX/2024. Detalhes da contratação disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal.” *Observação: alterar os campos conforme os dados efetivos da contratação, a serem fornecidos pelo Senado Federal.*
- 259.6. **Observações da ART/RRT (segurança do trabalho):** “ART referente às atividades de segurança do trabalho no âmbito do Contrato XXX/2024 (operação e manutenção do sistema elétrico do Senado Federal), conforme Edital do Pregão Eletrônico XXX/2024 (processo 00200.XXXXXXX/AAAA-XX). Detalhes da contratação disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal.” *Observação: alterar os campos conforme os dados efetivos da contratação, a serem fornecidos pelo Senado Federal.*
- 259.7. O texto do campo “observações” deve necessariamente citar o número do processo, o número do contrato e o número do Pregão Eletrônico. Eventualmente, o texto pode ser alterado ou complementado indicando outras informações relevantes.
- 259.8. **Atividades técnicas:**
- 259.8.1. A serem discutidas com a Fiscalização conforme as opções listadas no sistema, deixando claro que não se trata de apoio à fiscalização, e não atividade de execução de manutenção, elaboração de projetos ou de fiscalização em si.
- 259.8.2. As atividades listadas devem representar de forma mais fiel a atividade real da contratação.
- 259.9. O padrão de conteúdo listado acima é orientativo, mas deve ser seguido sempre que possível. Eventuais melhorias, alterações e correções podem ser discutidas previamente com a Fiscalização e devem representar a realidade da contratação.

L. Observações para o início da contratação

260. O início da efetiva execução contratual ocorrerá a partir da emissão pela Fiscalização de uma ordem de serviço específica, indicando a data de início das atividades. Esta ordem de serviço será denominada “Ordem de Serviço para Início das Atividades”.
- 260.1. As atividades não poderão ser iniciadas antes da data indicada na referida Ordem de Serviço para Início das Atividades. Não haverá pagamento por parte do Senado Federal pelo período sem atividades, mesmo que o contrato já esteja vigente.
261. A data para início das atividades será determinada pela Fiscalização, com base na realidade do Senado Federal.
- 261.1. A data para início poderá ser de até 90 (noventa) dias corridos a partir da data de publicação do contrato.
- 261.2. Excepcionalmente, a data poderá ser estendida, desde que seja de comum acordo entre as partes.



SENADO FEDERAL

- 261.3. Ressalta-se que não poderá haver concomitância de contratações com o mesmo objeto. Assim, as atividades só poderão ser iniciadas após a conclusão de contratações com objetos equivalentes.
262. Ressalta-se que existem algumas observações especiais para o início da execução contratual, conforme estabelecido neste edital e seus anexos. Destacam-se os itens abaixo:
- 262.1. A Contratada deverá apresentar a documentação referente à qualificação de sua equipe residente, conforme estabelecido no § 142;
- 262.2. A Contratada deverá fornecer os uniformes e EPIs necessários para execução das atividades desde o início das atividades;
- 262.3. A Contratada terá o prazo estabelecido no § 214 para disponibilização de Equipamentos e Ferramentas;
- 262.4. Durante o período sem obrigatoriedade de disponibilidade do sistema para controle de frequência (ver § 78), o controle de frequência deverá ocorrer de forma manual, conforme estabelecido no § 85;
- 262.5. A Contratada deverá providenciar a emissão das ARTs/RRTs, conforme prazo estabelecido no § 255;
263. É natural que exista dificuldade para preenchimento de todas as vagas da equipe residente no início da contratação. Assim, para o início das atividades, estabelece-se que:
- 263.1. Desde o início das atividades, pelo menos 75% das vagas devem estar preenchidas, inclusive todas as vagas para Supervisores / Responsáveis Técnicos;
- 263.2. Em até 60 (sessenta) dias corridos após o início das atividades, todas as vagas devem estar preenchidas;
- 263.3. Não haverá pagamento por postos que não estejam ocupados.
264. Os prazos para atendimento previstos na Seção F não serão modificados no início da contratação, cabendo à Contratada garantir que os prazos serão cumpridos mediante a disponibilização das principais ferramentas, EPIs, materiais e outros insumos desde o início da contratação. Contudo, a Fiscalização poderá analisar solicitações de dilatação de prazo (§ 45) para atividades mais complexas, tendo em vista o período de adaptação natural no início do contrato.

M. Fluxo de atendimento

265. Parte fundamental da execução contratual é o fluxo de atendimento, onde são estabelecidos os procedimentos para encaminhamento à Contratada das demandas do Senado Federal.
266. A formalização do fluxo de atendimento é importante, pois ela permite registrar as ações da Contratada, com o respectivo acompanhamento e autorizações da Fiscalização, sem perder a agilidade e a eficácia da execução contratual.
267. Ressalta-se que o fluxo exposto nesta Seção é orientativo, cabendo à Fiscalização e à Contratada realizar os ajustes necessários para viabilizar a execução contratual.
268. Em linhas gerais, existirão dois fluxos principais a serem seguidos pela Contratada:



SENADO FEDERAL

- 268.1. Fluxo de demandas específicas estabelecidas pelo Senado Federal;
- 268.2. Demandas geradas por meio da Engenharia de Apoio à Fiscalização.
- 269. Para as demandas específicas estabelecidas pelo Senado Federal, a Contratada receberá instruções do Senado Federal com instruções específicas sobre o que deverá ser acompanhado.
 - 269.1. Os Supervisores Técnicos serão responsáveis por receber as demandas e repassá-las para a equipe.
 - 269.2. Somente servidores específicos do Senado Federal poderão realizar a solicitações de demanda. Eles serão designados ao longo da execução contratual, mas em linhas gerais serão os servidores da COEMANT.
 - 269.3. As demandas serão registradas preferencialmente por e-mail. Contudo, demandas mais simples e pontuais poderão ser registradas por meios alternativos, em comum acordo entre as partes.
 - 269.4. As demandas repassadas poderão ser pontuais (ou seja, serviços específicos) ou mais amplas (acompanhamento de todas as atividades relacionadas a um contrato, por exemplo).
- 270. As demandas geradas por meio da Engenharia de Apoio à Fiscalização serão executadas conforme a disponibilidade da equipe.
 - 270.1. A Contratada deverá apresentar periodicamente as previsões de atividades (planejamento macro) geradas pela Engenharia de Apoio à Fiscalização, para aprovação prévia e ajustes por parte do Senado Federal se necessário.
 - 270.2. Caberá sempre o senso crítico da Contratada para verificar a efetividade da Engenharia de Apoio à Fiscalização, buscando criar um acompanhamento que te fato leve a resultados e foque na melhoria de desempenho de todas as contratações da COEMANT e da SINFRA.
- 271. A priorização das atividades deve ser realizada pela Contratada, porém com aprovação prévia do Senado Federal.
- 272. Independente da origem da demanda, caberá a Contratada documentar as atividades executadas, registrando a demanda em si e o resultado do acompanhamento, com recomendações se for o caso.

N. Comunicação com a Fiscalização

- 273. Parte fundamental da dinâmica contratual é a comunicação constante e contínua entre a Contratada e a Fiscalização. A Contratada deverá garantir e providenciar os meios necessários para que essa comunicação ocorra de forma fluida e sinérgica.
- 274. A comunicação será bidirecional (Contratada / Fiscalização e Fiscalização / Contratada), e deverá ocorrer tanto em tarefas de rotina como em situações atípicas e emergenciais.
- 275. A forma de comunicação será acordada entre as partes. Na falta de acordo, deverá ser providenciado um (ou mais) telefones celulares, com acesso à internet, para viabilizar a comunicação, além de endereços de e-mail próprios.



SENADO FEDERAL

- 276. A forma preferencial de comunicação com a Contratada será por intermédio dos Supervisores Técnicos, que devem interagir com a equipe sempre que necessário.
- 277. Os meios de comunicação não podem depender dos recursos do Senado Federal, pois em situações de crise eles podem estar indisponíveis. Eles também devem ser portáteis, de tal forma que as equipes possam utilizá-los em campo.
- 278. Não haverá pagamento adicional referente aos meios de comunicação e/ou sobreaviso da Contratada por parte do Senado Federal.

O. Relatório mensal de execução

- 279. Como condição do recebimento mensal dos serviços, será necessário que a Contratada elabore e entregue mensalmente um Relatório de Execução, que estará sujeito à aprovação da Fiscalização, previamente ao faturamento do mês de referência, detalhando as tarefas executadas durante o mês.
 - 279.1. A responsabilidade pela elaboração e assinatura do Relatório de Execução é exclusiva dos Responsáveis Técnicos pelos serviços objeto da contratação;
 - 279.2. O escopo do Relatório Mensal de Execução inclui as atividades realizadas pela contratada em um determinado mês;
 - 279.3. As informações constantes no Relatório de Execução devem ser consistentes com o Sistema de Gerenciamento de Manutenção do Senado Federal e com os demais registros de manutenção gerados pelo Senado Federal.
 - 279.4. O Relatório de Execução deverá ser entregue em formato digital. Relatórios em formato físico só deverão ser utilizados em situações excepcionais e com devida aprovação prévia da Fiscalização.

O.1 Tópicos básicos do Relatório de Execução

Equipe Técnica

- 280. Relação de empregados, contendo, pelo menos, nome, função, equipe (especialidade).
- 281. Relação de faltas, legais ou não, que não tiveram reposição.
- 282. Relatório de folgas com utilização de banco de horas.
- 283. Coberturas de colaboradores efetuadas no mês.
- 284. Previsão empregados em férias no mês seguinte.

Resumo das Atividades

- 285. Contratos acompanhados no escopo das atividades.
- 286. Descrição das principais atividades realizadas e em andamento, incluindo:
 - 286.1. Atividades demandadas diretamente pela Fiscalização;
 - 286.2. Atividades oriundas da engenharia de acompanhamento de atividades.



SENADO FEDERAL

- 287. Resumo técnico das principais premissas adotadas pela engenharia de acompanhamento de atividades;
- 288. Conclusões sobre as principais atividades acompanhadas.
- 289. Registros fotográficos.
- 290. Eventos relevantes registrados em um dado mês.
- 291. Sugestões para mudanças e melhorias, se necessárias.

Segurança do trabalho (da Própria Contratada)

- 292. Treinamentos, orientações, reuniões da própria contratada.
- 293. Observação: acompanhamento de atividades de segurança do trabalho dos demais contratos acompanhados serão relatados junto com as demais atividades.

Faturamento

- 294. Detalhamento do faturamento.
- 295. Períodos abrangidos pelo faturamento em relação a cada item faturado.
- 296. Glosas previamente efetuadas pela própria empresa.

Assinatura dos Responsáveis Técnicos pela Contratada

- 297. Assinatura dos Responsáveis Técnicos pela Contratada ao final dos Relatórios de Execução.

P. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

- 298. Os critérios e práticas de sustentabilidade estão detalhados no **Subanexo E do Anexo 2 do edital - Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS**.



SENADO FEDERAL

SUBANEXO C
ESPECIFICAÇÕES CONSOLIDADAS

DISPONIBILIZADO JUNTAMENTE AO EDITAL NO SISTEMA Compras.gov.br

1. Neste anexo, encontram-se as especificações técnicas consolidadas referentes a mão de obra, serviços sob demanda, materiais, ferramental, uniformes, EPIs e outros insumos abrangidos no escopo da contratação.
2. As especificações técnicas são apresentadas através de fichas específicas para cada item. Os itens têm designação em formato padronizado, com código no formato SF-XXXXX, onde XXXXX é um número sequencial único (exemplo: SF-12345).
3. Ressalta-se, conforme especificado **no Subanexo B do Anexo 2 do edital – Caderno de Especificações Técnicas**, que a indicação de marca e modelo configura mera referência comercial, uma vez que sem tal indicação alguns itens se tornam de difícil descrição. Não há obrigação de a Contratada fornecer exclusivamente as referências comerciais listadas – serão aceitos materiais e serviços tecnicamente equivalentes (similares) nos termos do **Subanexo B do Anexo 2 do edital**.



SENADO FEDERAL

SUBANEXO D
RELAÇÃO DOS ITENS DA CONTRATAÇÃO E CATEGORIAS PROFISSIONAIS

A. DIRETRIZES

1. Este subanexo traz a relação de itens da contratação, incluindo aspectos relacionados as categorias profissionais da serem contratadas.

B. PARCELA REFERENTE A MÃO DE OBRA

2. O item relativo à mão de obra, que compõe a Equipe de Dedicação Exclusiva, corresponde ao item nº 1 da contratação e está sumarizado na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Item 1 da Contratação: Equipe de Dedicação Exclusiva

Tabela 4 - Item 1 da Contratação: Equipe de Dedicação Exclusiva						
Subitem	Categoria (cargo)	Quant. de profissionais	Carga horária	Salário Base	Incidência de Adicional de Periculosidade	Incidência de Adicional Noturno
1.1	Supervisor Técnico – Apoio a Fiscalização e Segurança do Trabalho	1	44h semanais Jornada conforme Seção G.3 do Subanexo B	R\$ 10.800,00	30%	-
1.2	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Edificações	5		R\$ 4.193,29	30%	-
1.3	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Mecânica e Eletromecânica	6		R\$ 4.193,29	30%	-
1.4	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Eletrotécnica e Automação	4		R\$ 4.193,29	30%	-
1.5	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Segurança do Trabalho	1		R\$ 4.193,29	30%	-
Totais		17				
CATSER: 24597						

3. As licitantes deverão apresentar as planilhas de composição de custos e formação de preços de cada cargo, com detalhamento de todos os elementos que influam no custo operacional, conforme modelo proposto no Anexo 6 do edital de licitação.
4. Os empregados alocados na execução dos serviços deverão atender aos requisitos e desempenhar as atribuições previstas no **Subanexo B do Anexo 2 do edital – Caderno de Especificações Técnicas**, o qual também detalha a jornada diária de trabalho de cada categoria.



SENADO FEDERAL

5. Os valores salariais das categorias deverão estar compatíveis com Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) pela licitante, devendo ser observado, como valor mínimo, os salários-base informados pelo Senado Federal (Acórdão TCU nº 189/2011 – Plenário).

5.1. Em consonância com o inciso I, §1º e § 2º do Art. 2º da Resolução nº 3/2019 e conforme as justificativas indicadas no item 5 do Estudo Técnico Preliminar – ETP, manteve-se como salários-base aqueles praticados nas planilhas de custo da contratação de mesmo objeto a ser substituída, sem deixar de respeitar os limites mínimos de remuneração previstos em convenção coletiva de trabalho das categorias, conforme verificado na pesquisa de preços feita pelo COORC/SINFRA. A fixação de salários almejada nesta contratação visa:

5.1.1. Evitar a rotatividade dos profissionais, a qual é perniciososa à continuidade e à qualidade dos serviços prestados no Senado Federal. Os atuais profissionais já possuem experiência com as rotinas operacionais dessa Casa Legislativa, que segue uma cultura organizacional própria a ser respeitada. Portanto, diante de uma renovação de todo o quadro de colaboradores (no caso de um novo contrato que reduzisse os salários atualmente pagos) haveria evidente perda de produtividade, eficiência e eficácia nas primeiras semanas de adaptação aos processos, rotina, edificações e sistemas peculiares da Casa, trazendo prejuízos às atividades administrativas e legislativas e riscos operacionais ao Senado Federal.

5.1.2. Seguir a jurisprudência da Corte de Contas (Acórdão TCU nº 256/2005-Plenário e Acórdão TCU nº 290/2006 – Plenário) pela manutenção de pisos salariais em edital como medida de interesse público, quando devidamente justificada. Este entendimento está consolidado no TCU, de tal sorte que em suas próprias contratações envolvendo mão de obra, o Tribunal tem por padrão fixar pisos salariais, inclusive em patamares superiores àqueles constantes da convenção coletiva de trabalho.

6. É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.



SENADO FEDERAL

7. A licitante se responsabiliza pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT incidente sobre o contrato em decorrência de decisão judicial ou fato que afete o enquadramento sindical da CONTRATADA ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.
8. O adicional de periculosidade adotado na Tabela 4 deve ser obrigatoriamente observados pelas licitantes em suas propostas comerciais
9. Os custos associados aos uniformes e EPI/EPC que serão utilizados pela *Equipe de Dedicção Exclusiva* (listados no **Subanexo A do Anexo 2 do edital** e detalhados na Tabela 3 – Equipamentos de Proteção Individual do **Subanexo B do Anexo 2 do edital** – Caderno de Especificações Técnicas **Subanexo E do Anexo 2 do edital** – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS) deverão ser considerados e devidamente apresentados pelas licitantes nas planilhas de mão de obra.

C. INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO

10. Após a contratação, a empresa deverá apresentar os responsáveis técnicos pelos serviços, com a emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) no CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRTs), em particular as que seguem:
 - 10.1. **Profissionais de Engenharia de Manutenção:** ARTs/RRTs referentes às atividades de apoio à fiscalização, conforme especificado neste Caderno de Especificações Técnicas e no restante da documentação contratual, que devem ser registradas pelos Responsáveis Técnicos da equipe residente;
 - 10.2. **Profissionais de Engenharia de Segurança do Trabalho:** ARTs/RRTs referentes às atividades de Engenharia de Segurança do Trabalho a serem realizadas no escopo da contratação, que devem ser registradas pelo Responsável Técnico de Segurança do Trabalho da equipe residente;
11. Os Responsáveis Técnicos (Supervisores Técnicos) integrarão a equipe residente no Senado Federal e acompanharão diariamente os serviços a serem executados.
12. Ao menos um dos Supervisores Técnicos da equipe residente deverá deter acervo técnico compatível com exigências do item Capacidade-Técnico Profissional previstas no edital.



SENADO FEDERAL

13. Todos os Supervisores Técnicos da equipe residente também deverão estar devidamente cadastrados como Responsáveis Técnicos da empresa.
14. As ARTs/RRTs referentes aos serviços deverão ser apresentadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de início da efetiva prestação dos serviços, indicada na Ordem de Serviço Inicial.
15. A qualificação dos empregados deverá atender, no mínimo, às determinações contidas no **Subanexo C do Anexo 2 do edital - Especificações Consolidadas**.
16. A substituição de Responsável Técnico da Contratada dependerá da aquiescência formal do SENADO quanto ao substituto, que deverá possuir, no mínimo, as mesmas qualificações técnicas exigidas na habilitação da Contratada.
17. A Contratada designará formalmente um preposto para lhe representar frente à Administração, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”), ao art. 68 da Lei 8.666/93 e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo mostrado no **Subanexo G do Anexo 2 do edital – Modelo de Designação de Preposto**.
18. Deverá ser demonstrada a competência do respectivo signatário da Contratada para delegar poderes ao(s) preposto(s), mediante a apresentação de documentação comprobatória (contrato social, atas de assembleia, procurações etc.);
19. Caso os prepostos designados venham a se desligar da empresa, a Contratada deverá designar outro(s) preposto(s), de forma a sempre manter pelo menos um titular e um substituto.

D. DEMAIS ITENS DA CONTRATAÇÃO

20. Além da mão de obra, o escopo da contratação também abrange os itens relacionados na Tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Demais itens da contratação

Subitem	Descrição	CATMAT/CATSER
2.0	Depreciação de Ferramental	447834



SENADO FEDERAL

E. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO

21. As licitantes devem apresentar as planilhas de composição de custos preenchidas, conforme **Subanexo A do Anexo 2 do edital Planilhas de Composição de Custo**, indicando os custos unitários e totais necessários ao pleno atendimento do objeto.
22. No caso de ferramental, as referidas planilhas exibem a relação mínima dos itens que devem ser disponibilizados pela Contratada, devendo as licitantes considerar na elaboração de suas propostas os custos referentes a outros itens que eventualmente considere necessários à perfeita e completa execução dos serviços. A Contratada não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços que se mostrarem posteriormente necessários ao pleno atendimento dos objetos contratados, sem que isso implique em custo adicional ao SENADO.
23. O mesmo se aplica aos uniformes e aos equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI/EPC) básicos, que são detalhados no **Subanexo B do Anexo 2 do edital - Caderno de Especificações Técnicas** e no **Subanexo E do Anexo 2 do edital - Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS**, cujo custo deverá ser incluído nas planilhas de mão de obra dos respectivos cargos. Contudo, nesses casos, a quantidade estimada pelo SENADO é meramente orientativa, cabendo a cada licitante realizar a sua estimativa.
24. Ainda em relação ao ferramental, há previsão de pagamento mensal referente ao custo de Depreciação de Ferramental mobilizado para a contratação, baseado na disponibilidade de cada ferramenta, conforme especificação do **Subanexo B do Anexo 2 do edital - Caderno de Especificações Técnicas**.
25. As especificações do ferramental constante no **Subanexo B do Anexo 2 do edital - Caderno de Especificações Técnicas** deverão ser rigorosamente observadas pelas empresas licitantes para a formação da proposta comercial.

F. ESTIMATIVA DE CUSTO

26. O valor da proposta vencedora não poderá ser superior ao indicado por Pesquisa de Preço realizada pelo Senado Federal, cujo valor global de R\$ 2.598.446,76, distribuídos segundo os itens constantes na Tabela 6, a seguir.



SENADO FEDERAL

27. Tabela 6 – Estimativa de Custo

Item 1 - Subitens consolidados	Valor Total (R\$) Para 12 meses
Subitens 1.1 a 1.5 – Equipe de Dedicção Exclusiva	R\$ 2.673.700,20
Subitem 1.6 - Depreciação de Ferramental	R\$ 4.107,84
Total Estimado (Conforme disposto no Subanexo A do Anexo 2 do edital - Planilhas de Composição de Custo)	2.677.808,04

G. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇO UNITÁRIO

28. Os preços unitários indicados no **Subanexo A do Anexo 2 do edital** - Planilhas de Composição de Custo serão considerados preços máximos.



SENADO FEDERAL

SUBANEXO E
DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE - SMS

A. INTRODUÇÃO

1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser precedida das Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS abaixo detalhadas.
2. Estas exigências definem os deveres e as responsabilidades da Contratada e estabelecem as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente, que devem ser cumpridas com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do Senado Federal e da Contratada, bem como promover a preservação do meio ambiente e a aptidão ao trabalho dos seus empregados, em decorrência da execução dos serviços ora contratados.
3. Além das exigências contidas neste Anexo, a Contratada deve atender aos requisitos dos Aspectos de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente constantes da legislação e normas infralegais existentes em âmbito distrital e federal.

B. DA SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

4. A Contratada deverá fornecer aos seus funcionários e subcontratados todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) exigidos por regramento oficial, cumprindo, no que couber, as determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial: NR 1 – Disposições Gerais; NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 35 – Trabalho em Altura.
5. Complementarmente, em relação aos riscos de arco elétrico, devem ser observadas as orientações e normativos internacionais, incluindo a NFPA 70E, a IEEE 1584 e demais normas consolidadas, além das melhores práticas de engenharia, tendo em vista a ausência de normas brasileiras específicas sobre o assunto.
6. A seleção e a especificação técnica dos EPI devem ser definidas pela Contratada em função da avaliação dos riscos inerentes aos serviços contratados. Os EPIs devem ser eficazes e eficientes para garantir a preservação da saúde dos trabalhadores frente aos riscos do ambiente de trabalho onde os serviços serão desenvolvidos, conforme os



SENADO FEDERAL

níveis a que os empregados poderão estar expostos. Além disso, as especificações e EPIs mínimos previstos no **Subanexo B do Anexo 2 do edital - Caderno de Especificações Técnicas** e **Subanexo C do Anexo 2 do edital – Especificações Consolidadas** também devem ser observados.

7. A Contratada deve sinalizar, quando aplicável e em conformidade com a legislação, os locais e áreas de risco onde serão executados os serviços contratados, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
8. A Contratada deverá acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs e EPCs, podendo sofrer glosas e penalidades contratuais em caso de não observância.
9. Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à Contratada corrigir imediatamente tal desconformidade ou retirar o empregado da exposição aos riscos, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.
10. Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.
11. Caberá à Contratada comunicar à Fiscalização e, nos casos de acidentes, às autoridades competentes, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente ou incidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.
12. O Senado Federal realizará inspeções periódicas nos locais de execução dos serviços, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.
13. O Senado Federal também poderá estabelecer padrões e procedimentos mínimos de segurança, conforme cada caso. Nesses casos, a Contratada deverá seguir as orientações do Senado Federal, podendo exceder as exigências se entender que é necessário.
14. Caso a Fiscalização identifique alguma situação insegura, ela poderá solicitar a interrupção imediata da atividade. A Contratada deverá esclarecer a situação, e retomar a atividade caso seja autorizado. A interrupção da atividade insegura pela Fiscalização não isenta a Contratada de eventuais penalidades.



SENADO FEDERAL

15. Da mesma forma, o Senado Federal poderá exigir previamente o detalhamento e documentação de segurança das atividades a serem realizadas. Caso ela não seja apresentada, ou seja, apresentada de forma não satisfatória, intempestiva ou incompleta, a Fiscalização poderá não autorizar a execução do serviço. É obrigação da Contratada realizar as análises e planejamento com a devida antecedência. Nesses casos, eventuais atrasos serão responsabilidade da Contratada, sem abono ou extensão de prazo pela Fiscalização exceto em casos especiais.
16. A Contratada deverá indicar e manter durante a execução do Contrato Responsáveis Técnicos pelos serviços.

C. TRABALHO EM ELETRICIDADE

17. Em relação aos trabalhos com eletricidade, deverão ser seguidos as diretivas previstas na NR 10, além das recomendações adicionais especificadas abaixo.
18. As instalações do Senado Federal englobam instalações de extra-baixa, baixa e média tensão, além de painéis elétricos com correntes de curto-circuito estimadas em até 90 kA e categoria de arco 4 conforme a NFPA 70E. Algumas instalações contam ainda com múltiplas fontes de energia e configurações complexas, o que exige procedimentos específicos de segurança e manutenção.
19. A idade dos componentes do sistema elétrico do Senado Federal é variada, com diferenças nos padrões de montagem e segurança dos equipamentos instalados. Dessa forma, é obrigação da Contratada avaliar individualmente cada situação do ponto de vista de segurança, tomando a ação adequada conforme cada caso.
20. As intervenções deverão ser feitas preferencialmente com os sistemas desenergizados, exceto nos casos de medição e diagnóstico que exijam que os equipamentos estejam em funcionamento. Intervenções com o sistema energizado deverão ser excepcionais e devidamente analisadas e aprovadas pela equipe de segurança da Contratada.
21. Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo II da norma NR 10. Além disso, quando necessário, deverão utilizar EPI adequado à execução de tarefas em áreas com instalações elétricas de baixa e média tensão.



SENADO FEDERAL

22. Os colaboradores envolvidos nas atividades de manutenção elétrica nas áreas com risco de arco elétrico deverão fazer uso de vestimentas antichamas (macacão ou calça e camisa), grau de risco 2, conforme as normas NFPA 2112, NFPA 70E, ASTM F1959/99, ASTM F1506/10, NR 10 e NR 6. A título de padronização, o uso de vestimentas antichamas será obrigatório em todas as salas com risco elevado de arco, independente da distância do painel elétrico, sempre que o local estiver energizado.
23. Adicionalmente, a Contratada deverá realizar uma análise e determinar os EPIs que são obrigatórios para cada local.
24. A Análise de Risco deverá ser realizada sempre que necessário, especialmente em atividades de maior complexidade e risco como as manutenções de grande porte.
25. A depender do risco e complexidade da atividade, deverão ser elaborados procedimentos específicos, buscando mitigar os riscos e a possibilidade de erros. Os procedimentos deverão ser compartilhados e aprovados pela Fiscalização sempre que necessário. A Fiscalização poderá não autorizar a execução de um determinado serviço caso entenda que os procedimentos elaborados não são adequados.
26. Para atividades corriqueiras e frequentes, além de ações emergências já previstas, deverão ser elaborados Procedimentos Operacionais Padrão (POP), buscando padronizar as intervenções e maximizar a segurança dos envolvidos.
27. Buscando reduzir ao máximo os riscos, o uso de ferramentas isoladas é preferido, mesmo em painéis desenergizados. Ferramentas não isoladas só poderão ser utilizadas em situações específicas, com equipamentos desenergizados. A contabilização da quantidade de ferramentas deve ser empregada após cada manutenção, e antes da reenergização.
28. As técnicas e procedimentos de segurança deverão ser seguidos, incluindo o uso efetivo do aterramento temporário e de sistemas de bloqueio de energização (*Lock Out, Tag Out*).

D. TRABALHO EM ESPAÇOS CONFINADOS

29. Conforme a norma NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados, considera-se espaço confinado qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, que possua meios limitados de entrada e saída, cuja ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes ou onde possa existir a deficiência ou enriquecimento de oxigênio.



SENADO FEDERAL

30. Nos trabalhos em eventuais espaços confinados existentes nas dependências do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, de acordo com a situação de risco existente, a Contratada deverá seguir e atender às normas NBR 14787 e NR 33, dispor de sinalizações e barreiras necessárias, funcionários treinados, equipamentos de proteção individual, equipamentos de comunicação e iluminação e equipamentos de resgate necessários.
31. A Contratada deverá inclusive realizar quaisquer ensaios necessários para o reconhecimento e identificação dos espaços confinados existentes (incluindo possíveis testes quanto aos níveis de oxigênio, inflamáveis, gases/vapores tóxicos, poeiras/fumos/névoa tóxicos – conforme item 2 do Anexo A da norma NBR 14787:2002).

D.1 - Permissão de Entrada e Trabalho – PET em espaços confinados

32. Para os trabalhos em eventuais espaços confinados, o acesso a esses somente deve ser liberado por funcionários da Contratada treinados e apenas após a emissão, por escrito, da Permissão de Entrada e Trabalho –PET – inclusive conforme Anexo II da norma NR 33. A PET deve conter o conjunto de medidas de controle visando à entrada e desenvolvimento de trabalho seguro, além de medidas de emergência e resgate em espaços confinados.
33. A PET deve ser emitida, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, disponibilizada no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de forma a permitir sua rastreabilidade. A Contratada deverá apresentar prontamente à Fiscalização, sempre que solicitado, as Permissões de Trabalho.

E. PROTEÇÃO DO TRABALHO EM ALTURA

34. Deverão ser tomadas pela Contratada, além das medidas gerais de segurança do trabalho, as medidas para proteção dos seus empregados em trabalhos realizados em altura, nos termos da norma NR 35 – Trabalho em altura. Conforme a norma NR 35, considera-se trabalho em altura toda a atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.
35. Todas as atividades com risco para os trabalhadores devem ser precedidas de análise e o trabalhador deve ser informado sobre estes riscos e sobre as medidas de proteção implantadas pela empresa, conforme estabelece a norma NR 1 – Disposições Gerais. As determinações da norma NR 35 não isentam a Contratada da adoção de medidas



SENADO FEDERAL

para eliminar, reduzir ou neutralizar os riscos nos trabalhos realizados a qualquer altura, seja ela igual, superior ou inferior a 2,00 m.

36. Nas lacunas da norma NR 35 deverão ser buscados os dispositivos aplicáveis ao trabalho em altura nas demais normas regulamentadoras, normas técnicas nacionais ou internacionais e legislações vigentes aplicáveis.
37. Caberá à Contratada garantir a implementação de todas as medidas determinadas pela norma NR 35, compreendendo, dentre outros, os seguintes procedimentos previstos:
 - 37.1. Elaborar, emitir e encaminhar à Fiscalização as **Análises de Risco – AR, Permissões de Trabalho – PT e Procedimentos Operacionais**, nas situações previstas na norma NR 35;
 - 37.2. Assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e medidas complementares de segurança aplicáveis. A avaliação prévia deve ser realizada no local do serviço pelo trabalhador ou equipe de trabalho, considerando as boas práticas de segurança e saúde no trabalho;
 - 37.3. Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na norma NR 35 pelas empresas contratadas, nos casos de subcontratação permitidos;
 - 37.4. Garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;
 - 37.5. Garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na norma NR 35;
 - 37.6. Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível, dando ciência imediata à Fiscalização;
 - 37.7. Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;
 - 37.8. Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela Análise de Riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;
 - 37.9. Assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista na norma NR 35;



SENADO FEDERAL

- 37.10. Tomar todas as medidas para que seus empregados cumpram as disposições legais e regulamentares sobre trabalho em altura, inclusive os procedimentos expedidos pela Contratada;
 - 37.11. Orientar seus empregados a interromper suas atividades exercendo o direito de recusa, sempre que constatarem evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis para o prosseguimento dos serviços de forma segura e dará ciência imediata à Fiscalização;
 - 37.12. Assegurar que seus empregados zelem por sua segurança e saúde e a de outras pessoas que possam ser afetadas por suas ações ou omissões no trabalho;
 - 37.13. Dispor de equipe capacitada e treinada para trabalhos em altura, conforme item 35.3 da norma NR 35, de forma a garantir que todo trabalho em altura será planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado; e
 - 37.14. Avaliar o estado de saúde dos seus empregados que exercem atividades em altura, garantindo o previsto no item 35.4.1 da norma NR 35, mantendo cadastro atualizado que permita conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador para trabalho em altura. Tal cadastro poderá ser solicitado pela Fiscalização para averiguação.
38. No planejamento do trabalho em altura, devem ser adotadas as seguintes medidas pela Contratada, de acordo com a hierarquia abaixo, conforme item 35.4.2 da norma NR 35:
- 38.1. Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução. Adotar um meio alternativo de execução sem expor o trabalhador ao risco de queda é a melhor alternativa; e
 - 38.2. Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.

E.1 - Análise de Risco – AR para trabalhos em altura

39. Todo trabalho em altura deverá ser precedido de Análise de Risco. Análise de risco é um método sistemático de exame e avaliação de todas as etapas e elementos de um determinado trabalho para:



SENADO FEDERAL

- 39.1. Desenvolver e racionalizar toda a sequência de operações que o trabalhador executará;
- 39.2. Identificar os riscos potenciais de acidentes físicos e materiais; e
- 39.3. Identificar e corrigir problemas operacionais e implementar a maneira correta para execução de cada etapa do trabalho com segurança.
- 40. A Análise de Risco deve ser documentada e é fundamentada em metodologia de avaliação e procedimentos conhecidos, divulgados e praticados e, principalmente, aceitos pelo poder público, órgãos e entidades técnicas.
- 41. A Análise de Risco, além dos riscos inerentes ao trabalho em altura, deve considerar:
 - 41.1. O local em que os serviços serão executados e seu entorno;
 - 41.2. O isolamento e a sinalização no entorno da área de trabalho;
 - 41.3. O estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem;
 - 41.4. As condições meteorológicas adversas;
 - 41.5. A seleção, inspeção, forma de utilização e limitação de uso dos sistemas de proteção coletiva e individual, atendendo às normas técnicas vigentes, às orientações dos fabricantes e aos princípios da redução do impacto e dos fatores de queda;
 - 41.6. O risco de queda de materiais e ferramentas;
 - 41.7. Os trabalhos simultâneos que apresentem riscos específicos;
 - 41.8. O atendimento a requisitos de segurança e saúde contidos nas demais normas regulamentadoras;
 - 41.9. Os riscos adicionais ao risco do trabalho em altura, como riscos mecânicos, elétricos, contaminação, soterramento etc.;
 - 41.10. As condições impeditivas, ou seja, situações que impedem a realização ou continuidade do serviço que possam colocar em risco a saúde ou a integridade física do trabalhador;
 - 41.11. As situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir o tempo da suspensão inerte do trabalhador;
 - 41.12. A necessidade de sistema de comunicação; e
 - 41.13. A forma de supervisão.



SENADO FEDERAL

E.2 - Procedimento Operacional para trabalhos em altura

42. Para atividades rotineiras de trabalho em altura a Análise de Risco poderá estar contemplada no respectivo Procedimento Operacional. As atividades rotineiras são aquelas habituais, independente da frequência, que fazem parte do processo de trabalho da empresa. A Análise de Risco poderá estar contemplada nos Procedimentos Operacionais dessas atividades. Muitas atividades são executadas rotineiramente nas empresas. O disposto neste item diz respeito a excluir a obrigatoriedade de realização de uma Análise de Risco documentada anteriormente a cada momento de execução destas atividades, desde que os requisitos técnicos da Análise de Risco estejam contidos nos respectivos Procedimentos Operacionais.
43. O Procedimento Operacional para as atividades rotineiras de trabalho em altura deve conter, no mínimo, as diretrizes e requisitos da tarefa, as orientações administrativas, o detalhamento da tarefa, as medidas de controle dos riscos característicos à rotina, as condições impeditivas, os sistemas de proteção coletiva e individual necessários e as competências e responsabilidades.

E.3 - Permissão de Trabalho para trabalhos em altura

44. As atividades de trabalho em altura não rotineiras devem ser previamente autorizadas pelos Responsáveis Técnicos da Contratada mediante Permissão de Trabalho.
45. A Permissão de Trabalho deve ser emitida, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, disponibilizada no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de forma a permitir sua rastreabilidade. A Contratada deverá apresentar prontamente à Fiscalização, sempre que solicitado, as Permissões de Trabalho.
46. A Permissão de Trabalho deve conter os requisitos mínimos a serem atendidos para a execução dos trabalhos, as disposições e medidas estabelecidas na Análise de Risco além da relação de todos os envolvidos e suas autorizações.
47. A Permissão de Trabalho deve ter validade limitada à duração da atividade, restrita ao turno de trabalho, podendo ser revalidada pelo responsável pela aprovação nas situações em que não ocorram mudanças nas condições estabelecidas ou na equipe de trabalho.



SENADO FEDERAL

SUBANEXO F
FOTOS ILUSTRATIVAS DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇO NO
SENADO FEDERAL

DISPONIBILIZADO JUNTAMENTE AO EDITAL NO SISTEMA Compras.gov.br



SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL

SUBANEXO G
MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Titular: _____, brasileiro____, RG____, CPF____.

Substituto(s): _____, brasileiro____, RG____, CPF____.

A empresa _____, sediada/filial à [endereço], [cidade-UF], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], neste ato representada por seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, nomeia e constitui as pessoas acima qualificadas como seus Prepostos, para bem representá-la perante o Senado Federal no âmbito do contrato nº ____/20____, durante todo o período de vigência contratual e prorrogações legais, se houver.

Os Prepostos acima designados têm poderes bastantes e suficientes para receber e enviar – sempre por escrito – comunicações, notificações, reclamações e outros documentos, reportar-se à Fiscalização e ao órgão gestor do contrato sempre que necessário, debater assuntos administrativos e contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar e rubricar atas, comunicações e outros documentos, recorrer de qualquer instância administrativa, entregar documentos, requerer informações e providências, formular solicitações, registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade dos ocupantes dos postos de trabalho e orientá-los no que couber, requer internamente à empresa a adoção das providências que se façam necessárias para a plena execução contratual e para a correção das falhas detectadas, podendo enfim, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, pleno e perfeito desempenho da presente designação.

Local e data

Assinatura

(Diretor-Presidente da Empresa)

(CPF nº:_____)



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

ANEXO 3

**DESCRIÇÃO DA CATEGORIA, QUANTIDADE, JORNADA DE TRABALHO E
SALÁRIO BASE – EQUIPE EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

Item 1 – Equipe de Dedicção Exclusiva

Subitem	Especi- ficação	Categoria (cargo)	Quanti- dade	Jornada de Trabalho	Salário Base (R\$)	Adicion. de Peri- culo- sidade
1.1	SF-04678	Supervisor Técnico – Apoio a Fiscalização e Segurança do Trabalho	1	44 horas semanais	10.800,00	30%
1.2	SF-04679	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Edificações	5	44 horas semanais	4.193,29	30%
1.3	SF-01035	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Mecânica e Eletromecânica	6	44 horas semanais	4.193,29	30%
1.4	SF-01036	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Eletrotécnica e Automação	4	44 horas semanais	4.193,29	30%
1.5	SF-01041	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Segurança do Trabalho	1	44 horas semanais	4.193,29	30%
Total			17 profissionais			

Observações:

- Os adicionais de periculosidade indicados pelo Senado Federal na tabela acima têm por fundamento o Laudo Técnico Pericial de Avaliação de Adicionais Ocupacionais nº 01/2024 elaborado pelo Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho – SESOQVT.



SENADO FEDERAL

- A descrição dos requisitos e das atividades a serem desempenhadas pelos profissionais de cada categoria se encontra prevista no **Subanexo C do Anexo 2 do edital**.
- Os valores salariais das categorias deverão estar compatíveis com Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade do licitante, devendo ser observado, como valor mínimo, os salários-base informados na tabela acima (Acórdão TCU nº 189/2011 – Plenário)
- É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.
- A licitante se responsabiliza pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT incidente sobre o contrato em decorrência de decisão judicial ou fato que afete o enquadramento sindical da CONTRATADA ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

ANEXO 4

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇOS MÁXIMOS
ACEITÁVEIS

Subitem	TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA			
	CATEGORIAS	QTDE	Custo Unitário	Custo Mensal
1.1	Supervisor Técnico – Apoio a Fiscalização e Segurança do Trabalho	1	R\$28.567,87	R\$ 28.567,87
1.2	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Edificações	5	R\$12.140,03	R\$ 60.700,15
1.3	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Mecânica e Eletromecânica	6	R\$12.140,03	R\$ 72.840,18
1.4	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Eletrotécnica e Automação	4	R\$12.140,03	R\$ 48.560,12
1.5	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Segurança do Trabalho	1	R\$12.140,03	R\$12.140,03
	TOTAL MENSAL	17		R\$ 222.808,35
	TOTAL ANUAL (12 meses)			R\$ 2.673.700,20
	TABELA 2 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM DEPRECIAÇÃO FERRAMENTAL			
	Especificação – Conforme Subanexo A do Anexo 2 do edital.		Custo Mensal	Custo Anual (12 Meses)
2	Depreciação Ferramental			4.107,84

Observação: Para cada categoria deve ser apresentada uma planilha de formação de custos.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

ANEXO 5

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PARA EMPRESAS BENEFICIADAS
PELA DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NA LEI Nº 13.161/2015, QUE
ALTEROU A LEI Nº 12.546/2011
COM PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS**

Subitem	TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA			
	CATEGORIAS	QTDE	Custo Unitário	Custo Mensal
1.1	Supervisor Técnico – Apoio a Fiscalização e Segurança do Trabalho	1	R\$ 26.819,70	R\$ 26.819,70
1.2	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Edificações	5	R\$11.507,21	R\$ 57.536,05
1.3	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Mecânica e Eletromecânica	6	R\$11.507,21	R\$ 69.043,26
1.4	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Eletrotécnica e Automação	4	R\$11.507,21	R\$ 46.028,84
1.5	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Segurança do Trabalho	1	R\$11.507,21	R\$ 11.507,21
	TOTAL MENSAL			R\$ 210.935,06
	TOTAL ANUAL (12 meses)			R\$ 2.531.220,72
	TABELA 2 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM DEPRECIAÇÃO FERRAMENTAL			
	Especificação – Conforme Subanexo A do Anexo 2 do edital.		Custo Mensal	Custo Anual (12 Meses)
2	Depreciação Ferramental			4.107,84

Observação: Para cada categoria deve ser apresentada uma planilha de formação de custos.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025_

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

ANEXO 6

PLANILHA DE PREÇOS DE 1 (Um) PROFISSIONAL NOS TERMOS DA IN Nº 5/2017, DO MPOG/SLTI

Empresa

CNPJ

CCT ou ACT

Data Proposta

Empresa beneficiada com a desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011? () Não () Sim. Indicar fundamentação legal (norma, artigo e inciso).

LUCRO REAL / PRESUMIDO

CATEGORIA	Este modelo de planilha de custos é exemplificativo.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			
		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		
	Adicional Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Hora noturna adicional		
	Adicional de HE		



SENADO FEDERAL

Intervalo interjornada		
Outros		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Auxílio Transporte {(x...(dias) -6% s/ salário} (Decreto nº 37.940/2016 - GDF)		
Auxílio Alimentação (por dia útil de trabalho)		
Assistência Médica (Convenção Coletiva)		
Seguro de vida ou invalidez		
Auxílio funeral (convenção coletiva cláusula)		
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
Insumos Diversos		
Uniforme (EPI)		
Materiais (de consumo)		
Equipamentos		
Outros		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) c/c (art. 9º-A, inciso I-a, Lei nº 14.973/2024)		
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)		
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)		
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)		
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)		
(Variável de 1% a 3%)		



SENADO FEDERAL

SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		
TOTAL :		
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	
13º Salário		
Subtotal		
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário		
TOTAL :		
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade		
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		
TOTAL :		
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82%	
TOTAL :		
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES
Férias		
Adicional de Férias		
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		
Outros		
Subtotal		
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição		
TOTAL :		



SENADO FEDERAL

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS		-
4.2.	13º SALÁRIO		-
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE		-
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO		-
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		-
	TOTAL :		-
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	CUSTOS INDIRETOS (Taxa de Administração)		
B	LUCRO		
C	TRIBUTOS		
C.1	Tributos Federais (PIS)		
	Tributos Federais (COFINS)		
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)		
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 c/c (art. 9º-A, inciso I-a, Lei nº 14.973/2024). (Somente para empresa beneficiada pela desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011)		
	Subtotal		
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES



SENADO FEDERAL

	TOTAL UNITÁRIO	1	
	TOTAL GERAL	1	

Observações:

- 1) Especificar a Convenção Coletiva de Trabalho ou o Acordo Coletivo de Trabalho vigente tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de “vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante”, norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.
- 2) Apresentar memorial de cálculo dos itens variáveis da planilha (módulos I a IV)
- 3) O item Reserva Técnica não será aceito sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por este item, conforme disposto no Acórdão 593/2010 do TCU - Plenário. Serão observados os limites estabelecidos pelo Acórdão 1753/2008 do TCU - Plenário.

Módulo 1:

Apresentar memorial de cálculo dos itens da "Composição da Remuneração"

Módulo 2 :

De acordo com a CCT vinculada à proposta, no Módulo II, poderá haver variação na quantidade de itens contemplados. Não será aceita a inclusão do item "Treinamento/Reciclagem de Pessoal" (Acórdão 592/2010 - TCU - Plenário) nem do item "Supervisão e Fiscalização" (Acórdão 593/2010 - TCU - Plenário).

Módulo 3:

Apresentar memorial de cálculo dos itens especificados.

Módulo 4 :

Caso a empresa seja beneficiária da desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011, a fim de majorar os percentuais anteriores e facultar o retorno à opção pela oneração da folha de pagamento, deverá preencher este módulo prevendo esta condição.

Caso a empresa seja beneficiária da desoneração tributária, deverá observar a alíquota para o INSS, conforme art. 9º-A, Inciso I, “a” e “b”, da Lei nº 14.973/2024.



SENADO FEDERAL

O RAT (antigo SAT) contido Módulo IV poderá variar de 1,00% a 3,00% (com incidência do FAP, se for o caso), de acordo com o risco associado ao CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas Preponderante da empresa atribuído pelo Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999). O percentual fixado na planilha apresentada está sujeito a análise de adequação no momento da apresentação das propostas, na abertura do pregão.

Caso haja incidência do FAP, deve ser apresentada documentação hábil que comprove o fator incidente sobre o RAT considerado. Salienta-se, ainda, que não será possível a revisão contratual futura em decorrência de modificações neste tributo (seja por alteração no enquadramento ou alteração no FAP). Assim, se houver o conhecimento de situações que ensejarão alterações no futuro, estes fatores deverão ser considerados, bem como deve ser apresentada uma justificativa detalhada, que será avaliada no momento da validação das propostas.

Os percentuais referentes aos itens ‘Aviso Prévio Trabalhado’ e ‘incidência do 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado’ serão devidos apenas no primeiro ano de vigência do contrato.

Havendo a prorrogação contratual, esses itens serão reduzidos na planilha de custos do contrato, admitindo-se, a cada ano adicional de execução do contrato, parcela mensal no percentual máximo de 0,194%, a título de aviso prévio trabalhado, nos termos da Lei nº 12.506/2011, em atendimento ao exposto no Parecer nº 1/2020 da Auditoria do Senado Federal, em consonância com o Acórdão nº 1186/2017 - Plenário/TCU.

Os valores percentuais do “Aviso Prévio Trabalhado” e do “Aviso Prévio Indenizado” deverão ser complementares em até 100% da mão de obra contratada.

A exclusão do “Aviso Prévio Trabalhado” e da respectiva incidência da planilha não enseja a exclusão do item “Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado”

O valor percentual do item “Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado” será fixo e corresponderá a 3,82% (três inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) da remuneração do empregado.

Módulo 5 :

Não será possível a especificação dos percentuais de IRPJ e CSLL (módulo V), de acordo com a orientação do subitem 9.5.11 do Acórdão 1.595/2006 do TCU.

As alíquotas do Cofins e do PIS são 7,6% e 1,65%, respectivamente, no regime tributário Lucro Real. As alíquotas do Cofins e do PIS são 3,0% e 0,65%, respectivamente, no Lucro Presumido.

Caso a empresa seja beneficiária da desoneração tributária, deverá observar a alíquota para a CPRB conforme art. 9º-A, Inciso I, “a” e “b”, da Lei nº 14.973/2024.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

ANEXO 7

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e do outro, a empresa _____ para a **prestação de serviços de apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização exercidas pela Coordenação de Engenharia de Manutenção da Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada, durante 12 (doze) meses consecutivos.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____/____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº _____ do Processo nº. _____/____-____, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, e nº 15, de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de apoio técnico e operacional às atividades de fiscalização exercidas pela Coordenação de Engenharia de Manutenção (COEMANT) da Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal (SINFRA), com a disponibilização de mão de obra qualificada, durante 12 (doze) meses consecutivos, de**



SENADO FEDERAL

acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos, que integram este contrato para todos os fins.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I -** manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- II -** apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;
- III -** efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- IV -** manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;
- V -** designar formalmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, preposto para lhe representar durante toda a execução do contrato, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”), ao art. 118 da Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo constante do Subanexo G do Anexo 2 do edital, indicando números de telefone e endereços de correio eletrônico para contato.
 - a)** Deverá ser demonstrada a competência do respectivo signatário da CONTRATADA para delegar poderes ao(s) preposto(s), mediante a apresentação de documentação comprobatória (contrato social, atas de assembleia, procurações, etc.);
 - b)** Caso os prepostos designados venham a se desligar da empresa, a CONTRATADA deverá designar outro(s) preposto(s), de forma a sempre manter pelo menos um titular e um substituto.
- VI -** manter seus empregados e prepostos devidamente uniformizados, com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal, fornecendo-lhes, a partir do início da execução do objeto, uniformes e calçados de acordo com a respectiva categoria profissional e conforme especificações estabelecidas no Subanexo B do Anexo 2 do edital, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;



SENADO FEDERAL

VII - fornecer aos empregados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), obedecendo ao disposto nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e ao estabelecido no Subanexo B do Anexo 2 do edital – Caderno de Especificações Técnicas e no Subanexo E do Anexo 2 do edital – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS;

VIII - fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:

a) relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e

b) documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no SENADO.

IX - comunicar formalmente à gestão do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo SENADO, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos.

X - substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências de qualificação especificadas para o respectivo posto de trabalho, nos seguintes casos:

a) falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, nos termos do disposto na Seção G.8 do Subanexo B do Anexo 2 do edital – Caderno de Especificações Técnicas;

b) licenças decorrentes de afastamentos legais superiores a 15 (quinze) dias corridos, nos termos do disposto na Seção G.5 do Subanexo B do Anexo 2 do edital – Caderno de Especificações Técnicas;

c) solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;

d) automaticamente, após 03 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;

e) quando não possuir a qualificação mínima exigida; e

f) sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.



SENADO FEDERAL

XI - efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 44,07 (quarenta e quatro reais e sete centavos) por dia trabalhado, conforme definido pelo Ato do Presidente nº 13, de 2022, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XII - fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XIII - efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

XIV - efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculado(a) à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/1943;

XV - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados.

a) Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado neste inciso, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional;

b) A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços;

c) A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.

XVI - gerenciar os horários de trabalho dos profissionais, a fim de proporcionar otimização do período de cobertura de atendimento às demandas do SENADO, além de viabilizar o atendimento em horários atípicos, se necessário, tendo em vista situações excepcionais e emergenciais;

XVII - selecionar e responsabilizar-se pela qualificação dos empregados que irão prestar o serviço objeto deste contrato, bem como promover o treinamento e a reciclagem em relação às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis;



SENADO FEDERAL

XVIII - alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de forma a manter equipes capazes de executar, de modo eficiente e no mínimo, todas as tarefas descritas no Subanexo B do Anexo 2 do edital;

XIX - observar a legislação trabalhista e previdenciária, bem como Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida;

XX - manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado;

XXI - manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO;

XXII - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios;

XXIII - fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

XXIV - apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

- a) relação dos empregados terceirizados, contendo nome completo, cargo ou função, valor do salário, horário do posto de trabalho, número do registro geral (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de outros dados necessários à gestão;
- b) indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando couber;
- c) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente assinada pela CONTRATADA;
- d) exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços.

XXV - entregar ao gestor do contrato até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



SENADO FEDERAL

XXVI - entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

XXVII - entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XXVIII - apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XXIV;

XXIX - entregar o modelo de autorização constante no Anexo 14 do edital assinado, por ocasião da assinatura do contrato;

XXX - providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;

XXXI - viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:



SENADO FEDERAL

- a) o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;
- b) a obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;
- c) a obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

XXXII - apresentar ao gestor do contrato, até o último dia útil do mês posterior ao de referência, declaração de despesas relativas ao período de apuração, devidamente assinada por seu preposto, na qual conste:

- a) mês de referência;
- b) nome, matrícula e categoria dos empregados terceirizados;
- c) valor e data de recebimento do salário, discriminando-se as parcelas remuneratórias;
- d) valor e data de recebimento do vale-transporte e do vale-alimentação;
- e) campos para observações e assinaturas.

XXXIII - observar as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIV - responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração de ACT/CCT vinculada à proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria;

XXXV - observar as diretrizes de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 8, de 2018, constante do Anexo 15 do edital;

XXXVI - manter as informações atualizadas de controle de tarefas e atividade, inclusive no Sistema de Gerenciamento de Manutenção, conforme disposto Subanexo B do Anexo 2 do edital;

XXXVII - cumprir de forma ativa as atividades e responsabilidades descritas no Subanexo B do Anexo 2 do edital, em especial:

- a) a apresentação da documentação referente à qualificação de sua equipe residente, conforme estabelecido no item 142 do referido Subanexo;



SENADO FEDERAL

- b) o fornecimento dos uniformes e EPIS necessários para execução das atividades, desde o início da execução contratual;
- c) o prazo estabelecido para a disponibilização dos equipamentos e ferramentas, conforme item 214 do referido Subanexo;
- d) quanto ao controle de frequência de forma manual durante o período sem obrigatoriedade de disponibilidade do sistema para controle de frequência (item 78), conforme estabelece o item 85 do referido Subanexo;
- e) quanto à emissão das ARTs/RRTs, conforme prazo estabelecido no item 255 do referido anexo; e

XXXVIII - cumprir o disposto na Seção C do Subanexo D do Anexo 2 do edital, referente à indicação de pessoal técnico adequado.

XXXIX - manter no SENADO, sob sua responsabilidade, ferramentas e equipamentos previstos para esta contratação, de forma a garantir a execução das atividades técnicas relacionadas à prestação do serviço;

XL - fornecer prontamente à sua equipe de profissionais ferramentas e equipamentos previstos para esta contratação necessários à execução do objeto;

XLI - retirar das dependências do SENADO todos os bens de sua propriedade dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o término da vigência do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas previstas neste contrato deverão ser preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual, conforme Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de:

I - Eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

II - Erro de indicação de Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O disposto no Parágrafo Segundo deve igualmente ser observado para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte;

I - Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do SENADO, a Administração deverá efetuar o pagamento em observância às regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados,



SENADO FEDERAL

concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/20__.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

PARÁGRAFO NONO – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

I – Não haverá solicitação de folguistas, pelo SENADO.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, observado o disposto no §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA não poderá contratar para prestar os serviços objeto do presente contrato empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO que sejam ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011, e no Decreto Federal nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Durante o período de vigência do contrato, a CONTRATADA não poderá firmar novos contratos com o SENADO nos quais a Secretaria de Infraestrutura (SINFRA) e suas respectivas Coordenações e Serviços atuem como fiscais técnicos, tendo em vista o possível conflito de interesses na execução das atividades de apoio à fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de início da execução do objeto, a CONTRATADA, às suas expensas, deverá apresentar, assinadas em pelo menos 2 (duas) vias, as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs registradas junto ao CREA ou os Registros de Responsabilidade Técnica - RRTs registrados junto ao CAU, em particular as que seguem:

- I** - ART ou RRT referente à prestação do serviço de apoio técnico e operacional especificado neste contrato, no edital e seus anexos, registrada pelo(a) profissional ocupante do cargo de Supervisor-Técnico – Apoio à Fiscalização;
- II** - ART ou RRT referente às atividades de Engenharia de Segurança do Trabalho a serem realizadas no escopo da contratação, registrada pelo(a) profissional ocupante do cargo de Supervisor-Técnico – Apoio à Fiscalização;



SENADO FEDERAL

III - Eventualmente, a CONTRATADA poderá optar por registrar ARTs ou RRTs adicionais, inclusive por profissionais que não façam parte da equipe residente, referentes a outras atividades previstas no âmbito da contratação, ou até mesmo para atividades como coordenação, supervisão e direção eventualmente realizadas no âmbito da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Ainda sobre as ARTs ou RRTs citadas no parágrafo anterior, insta observar que:

- I** - Antes do registro definitivo de qualquer ART referente à presente contratação, o rascunho deverá ser preenchido pela CONTRATADA e apresentado para a Fiscalização. O registro só poderá ocorrer após aprovação do conteúdo pela Fiscalização
- II** - Não serão aceitos comprovantes de envio de ART e comprovantes de pagamento como forma de comprovação do registro;
- III** - A CONTRATADA deverá manter as citadas ARTs ou RRTs válidas por todo período de execução contratual;
- IV** - Em caso de renovação contratual ou outra alteração semelhante, as ARTs devem ser atualizadas.
 - a)** O prazo para apresentação das novas ART é de 30 (trinta) dias corridos após a publicação.
- V** - Em caso de substituição do(a) profissional ocupante do cargo de Supervisor-Técnico - Apoio à Fiscalização, a CONTRATADA terá 30 (trinta) dias corridos após a saída do(a) profissional anterior para apresentar a ART do(a) substituto(a).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - A comunicação formal entre o SENADO e a CONTRATADA se dará, preferencialmente, por meio do *e-mail*, a ser indicado após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberão ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

- I** - exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;



SENADO FEDERAL

II - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

III - permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

IV - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

V - efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

VI - exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

VII - fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;

VIII - fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

IX - solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações ou, ainda, que não atendam às necessidades do SENADO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de instrução referido no parágrafo segundo desta cláusula somente terá início após a verificação, por parte do Gestor da avença, acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previsto no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos



SENADO FEDERAL

fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato por meio de empregados alocados no SENADO (equipes residentes de dedicação exclusiva), devendo o início da efetiva prestação dos serviços se dar na data indicada na Ordem de Serviço para Início das Atividades, a qual poderá ser emitida pelo SENADO em até **90 (noventa) dias** corridos a partir da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos serviços será realizada no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, Residências Oficiais e áreas comuns do Congresso Nacional, localizado em Brasília – DF.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O detalhamento dos serviços a executar e os aspectos relacionados à jornada de trabalho dos empregados referidos no Subanexo D do Anexo 2 do edital (Relação



SENADO FEDERAL

dos Itens da Contratação e Categorias Profissionais) estão disciplinados no Subanexo B do Anexo 2 do edital (Caderno de Especificações Técnicas).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá cumprir as atividades e os prazos estabelecidos no Subanexo B do Anexo 2 do edital (Caderno de Especificações Técnicas), atender às convocações da Fiscalização para acompanhamento técnico de atendimentos urgentes e de serviços em horário e dias extraordinários, bem como para o acompanhamento de execução de serviços em datas e horários previamente programados.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA não poderá interromper a realização dos serviços sem justificativa aceita pela Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO - O objeto da contratação será recebido mensalmente após verificação dos aspectos referentes à execução técnica – por parte da Fiscalização –, bem como dos aspectos legais, fiscais e trabalhistas – por parte do órgão gestor do contrato –, de acordo com as condições estabelecidas no presente contrato, no edital e seus anexos.

PARÁGRAFO SEXTO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA SEXTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos neste contrato, no edital e seus anexos, de acordo com os níveis de serviço especificados nesta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA estará sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

PARÁGRAFO TERCEIRO - O indicador a seguir define os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR:

Indicador	
1 – Qualidade Técnica	
Item	Descrição
Finalidade	Aprimorar a efetividade das atividades realizadas no âmbito do contrato
Meta a cumprir	Baixa incidência de desconformidades



SENADO FEDERAL

Indicador	
1 – Qualidade Técnica	
Item	Descrição
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por planilha eletrônica, realizado pela Fiscalização, para verificação das desconformidades e cálculo da pontuação correspondente
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Conforme disposto no Subanexo B do Anexo 2 do edital
Início de vigência	A contar da emissão da Ordem de Serviço para Início das Atividades
Ajuste no pagamento	Conforme Tabela 8 – Glosas sobre o faturamento mensal
Sanções	Limite de 30 pontos por período de apuração. Após 30 pontos, aplicação da penalidade estabelecida no Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Quarta.

PARÁGRAFO QUARTO - Os níveis aplicáveis de glosa em razão das desconformidades verificadas quanto à qualidade técnica dos serviços (Indicador 1) serão apurados com base na Tabela 7 a seguir:

I – Os prazos constantes da Tabela 1 são contados em dias úteis.

Tabela 7 – Desconformidades referentes à qualidade dos serviços

Item	Descrição	Pontos	Incidência
1.	Deixar de realizar registros adequados e suficientes (fotos, texto, vídeos, medições, etc.) das atividades executadas, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência.
2.	Atrasar o acompanhamento de atividades sem necessidade de trabalho de campo (análise de ordens de serviço e tarefas, documentos, registros já realizados, etc.), sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência e por dia.
3.	Manter seus empregados com uniformes e calçados sujos, gastos, rasgados, descosturados e mal conservados, por empregado.	1	Por ocorrência e por dia.
4.	Deixar de registrar atividade executada, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência.
5.	Deixar de realizar em até 01 (um) dia útil vistorias solicitadas pela Fiscalização referentes a assuntos não emergenciais.	1	Por ocorrência e por dia.



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Pontos	Incidência
6.	Deixar de repassar à Fiscalização, em até 01 (um) dia útil, as informações e registros solicitados (por meio de fotos, vídeos, planilhas e/ou relato textual, conforme o caso), após executar vistorias a pedido da Fiscalização para acompanhamento de atividades de campo não emergenciais realizadas por meio dos contratos de manutenção nas edificações, sistemas e equipamentos sob responsabilidade da COEMANT e da SINFRA.	1	Por ocorrência e por dia.
7.	Deixar de comunicar tempestivamente à Fiscalização as anormalidades verificadas na execução dos serviços, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	2	Por ocorrência.
8.	Deixar de realizar acompanhamento de atividade indicada pela Fiscalização, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	3	Por ocorrência.
9.	Executar serviços sem autorização prévia da Fiscalização nos casos previstos neste contrato, no edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	3	Por ocorrência.
10.	Enviar relatório ou documento com erros graves, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência.
11.	Aprovar sem autorização da Fiscalização, orçamentos, materiais, projetos e serviços em nome da Fiscalização, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência.
12.	Deixar de prestar de forma efetiva a engenharia de acompanhamento de atividades, com acompanhamentos desalinhados com a realidade do Senado Federal, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência.
13.	Atrasar ou deixar de executar serviço previamente agendado, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência e por dia.
14.	Deixar de atender à convocação da Fiscalização para prestação de serviços urgentes, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência e por dia.
15.	Emitir ordens e instruções diretas para as demais empresas prestadoras de serviços de manutenção fiscalizadas, em nome da Fiscalização e sem prévia autorização desta, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	10	Por ocorrência.
16.	Não identificar serviço ou material em desacordo com as especificações técnicas do contrato de manutenção fiscalizado.	10	Por ocorrência.
17.	Deixar de avaliar e dar resposta à Fiscalização em até 01 (uma) hora corrida após ser acionada para verificação de solicitação de serviços (demanda) feitas por usuários para identificação da urgência real associada à demanda.	10	Por ocorrência e por hora.



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Pontos	Incidência
18.	Deixar de comunicar a Fiscalização de imediato, no momento em que a Contratada tomar conhecimento, sobre situações emergenciais, atípicas, anormais, excepcionais, que envolvam mau funcionamento ou interrupção no funcionamento de sistemas críticos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	15	Por ocorrência e por hora.
19.	Deixar de informar tempestivamente fato relevante à Fiscalização que envolva risco a pessoas, sistemas ou equipamentos, com necessidade de conhecimento e intervenção imediata, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	15	Por ocorrência e por hora.

PARÁGRAFO QUINTO - Ao final de cada mês será apurado o somatório de pontos relativos às desconformidades observados na execução dos serviços (Indicador 1). Em função dos resultados obtidos serão aplicadas glosas sobre o faturamento mensal, de acordo com a **Tabela 8** abaixo:

Tabela 8 – Glosas sobre o faturamento mensal

Indicador 01		Valor da Glosa
Nível	Somatório de pontos	
1	1 – 4	R\$ 500,00
2	5 – 14	R\$ 1.000,00
3	15 – 24	R\$ 2.000,00
4	25 – 30	R\$ 5.000,00
5	31 ou superior	Ultrapassado o limite máximo de glosa referente ao somatório de 30 (trinta) pontos da base de cálculo do indicador definido no IMR, será aplicada a multa específica prevista na Cláusula Décima Quarta do contrato.



SENADO FEDERAL

1.1. A aplicação de glosas em razão do IMR não isenta a Contratada em relação à eventual incidência de sanções contatuais, tratadas na Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITOS EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS) e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As verbas mencionadas no *caput* desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os depósitos de que trata o *caput* serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO QUARTO – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores provisionados na forma do *caput* desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

- I** - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- II** - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- III** - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e
- IV** - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no *caput* desta cláusula.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SÉTIMO – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração.

I - O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

PARÁGRAFO NONO – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no *caput* desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I – A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para a quitação das referidas verbas.

II – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à CONTRATADA efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exime a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* desta Cláusula.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os valores depositados em garantia serão remunerados nos termos do acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de R\$ _____ (_____), **correspondente a mão de obra**, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços e ou fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

TABELA 1 – RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM EQUIPE DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA				
Subitem 1	CATEGORIAS	QUANTI- DADE	CUSTO MENSAL (R\$)	CUSTO ANUAL (R\$)
1.1	Supervisor Técnico – Apoio a Fiscalização e Segurança do Trabalho	1		
1.2	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Edificações	5		
1.3	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Mecânica e Eletromecânica	6		
1.4	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Eletrotécnica e Automação	4		
1.5	Supervisor de Obras e Manutenção – Apoio de Campo – Segurança do Trabalho	1		
TOTAL MENSAL				



SENADO FEDERAL

TOTAL ANUAL (12 meses)	
------------------------	--

TABELA 2 – RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM DEPRECIAÇÃO		
Subitem 2	CATEGORIAS	CUSTO ANUAL (R\$)
2.0	Depreciação Ferramental	

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor mensal estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de R\$ _____ (_____) e o valor anual estimado é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.

I - O pagamento da depreciação ferramental ocorrerá de forma mensal, em conjunto com o pagamento da mão de obra e será calculado conforme o disposto na Seção I do Subanexo B do Anexo 2 do edital - Caderno de Especificações Técnicas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XIV da Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo Gestor e à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias vencidas relativas ao contrato, após o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

I - O pagamento mensal estará sujeito a ajuste pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) de que trata a Cláusula Sexta.

II - A CONTRATADA estará sujeita a glosas:

- Em decorrência de faltas legais ou não dos funcionários, conforme disposto no **Subanexo B do Anexo 2 do edital – Caderno de Especificações Técnicas**;
- Em razão de saldo negativo remanescente no banco de horas ao final do contrato, conforme disposto no **Subanexo B do Anexo 2 do edital – Caderno de Especificações Técnicas**;
- Quando a Fiscalização, ao rever seus atos, constatar pagamento pelo serviço prestado em valor superior aquele devido pelo regramento estabelecido neste contrato, no edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – Como condição para realizar o faturamento mensal, a CONTRATADA deverá:

- I** - Apresentar Relatório de Execução, assinado pelo Responsável Técnico pela CONTRATADA, em conformidade com o previsto no Subanexo B do Anexo 2 do edital;
- II** - A Fiscalização analisará previamente os arquivos apresentados, listados no Parágrafo Terceiro e, se necessário, solicitará que a CONTRATADA faça as devidas readequações.
- III** - O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês;
- IV** - Concluídas as verificações referentes à execução técnica, a documentação correspondente será encaminhada pela Fiscalização ao órgão gestor do contrato para autuação do processo de pagamento e avaliação dos aspectos legais e contratuais diretamente relacionados à mão de obra.
- V** - A CONTRATADA apresentará então, diretamente ao órgão gestor do contrato, o documento fiscal correspondente ao faturamento do mês, juntamente com toda documentação fiscal e trabalhista referente ao respectivo faturamento para as demais verificações.

PARÁGRAFO QUINTO – Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do Parágrafo Sétimo e à apresentação de:

- I** - documento fiscal correspondente ao faturamento do mês, discriminando os serviços executados e/ ou os materiais utilizados no mês de referência, com data de emissão posterior à do último dia do mês que se pretende faturar;
- II** - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes à remuneração mensal e, quando for o caso, de férias, do respectivo adicional e do 13º salário, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;
- III** - Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



SENADO FEDERAL

IV - espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

V - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

VI - tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

VII - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;

VIII - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário; e

IX - apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Sétima, serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* da referida Cláusula Sétima.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação da gestão do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO OITAVO – Eventual irregularidade constatada na apresentação dos documentos elencados nos incisos do Parágrafo Quinto ensejará a suspensão do pagamento até que haja sua regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sem prejuízo da possibilidade de depósito dos valores em conta vinculada, pagamento direto aos trabalhadores, aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO NONO – A falta de qualquer empregado, com exceção daqueles afastamentos legais inferiores a 15 (quinze) dias, sem a reposição prevista no inciso X da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista na Cláusula Décima Quarta.

PARÁGRAFO DÉCIMO – No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal mencionado no *caput* do Parágrafo Quinto, o prazo para pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Quinto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

É admitido o reajustamento dos valores que compõem os custos deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a ser contabilizado conforme os seguintes critérios:

I - repactuação do preço quanto aos custos referentes à mão de obra: a partir da data-base consignada no acordo, na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa vigente na época da apresentação da proposta;

II - reajuste do preço quanto aos insumos, materiais e equipamentos: a partir da data da apresentação da proposta, devendo ser observado o disposto no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os itens correspondentes às despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos, materiais, equipamentos e depreciação de ferramental constantes da Planilha de Composição de Custos que fundamenta a proposta da CONTRATADA e que não se refiram a obrigações decorrentes de norma coletiva de trabalho, decisão judicial ou disposição legal, serão reajustados com base na variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC, após 12 (doze) meses contados da data de celebração do contrato, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.



SENADO FEDERAL

I – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada por meio de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do ‘fato da administração’ e do ‘fato do príncipe’, com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O primeiro reajuste dos itens mencionados no Parágrafo Primeiro desta cláusula levará em conta, para fins de cálculo, a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais para cada categoria profissional, observando-se, quanto ao termo inicial da anualidade, o disposto no inciso I do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida, aplicando-se, no que couber, o disposto no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos à mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO OITAVO - O SENADO não se vinculará às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO NONO – Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Desde que acordado entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação da Convenção Coletiva ou do Acordo Coletivo de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nas repactuações baseadas em convenções coletivas de trabalho, não serão aplicados os índices apresentados pela CONTRATADA quando estes estiverem injustificada ou abusivamente mais altos que aqueles praticados no mercado relevante, hipótese em que será apurada a média dos índices utilizados nas convenções coletivas de trabalho relativas a períodos semelhantes, utilizando-se o percentual resultante como limite para a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a CONTRATADA deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A ausência de solicitação formal nas hipóteses previstas nos Parágrafos Décimo Primeiro e Décimo Terceiro desta cláusula configurará a renúncia, por parte da CONTRATADA, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO– A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O prazo para resposta aos pedidos de repactuação ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela CONTRATADA será de 90 (noventa) dias, prorrogável mediante comprovada justificação.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – O arredondamento de valores e preços deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010.

I – para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

II – quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza de Despesa _____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº ____, de ____ de _____ de 20____.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Sexto da Cláusula Sétima.

I – A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

II – Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;



SENADO FEDERAL

IV – obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por essa razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Anexo X do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A penalidade de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, e será aplicada à CONTRATADA por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:



SENADO FEDERAL

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - der causa à inexecução total do contrato;
- III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO QUARTO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Terceiro que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:

- I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUINTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo, Terceiro ou Quarto desta Cláusula, a autoridade competente poderá:

- I** – aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e
- II** – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita às multas moratórias, por dia de ocorrência, ou punitivas, em percentuais definidos



SENADO FEDERAL

nos quadros a seguir, incidente sobre o valor mensal vigente da parcela contratual referente à *Equipe de Dedicção Exclusiva* sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula:

GRAU 1	
De 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de cumprir obrigação contratual, desde que esta infração não esteja abarcada por outra já prevista, por ocorrência.
2	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por dia e por ocorrência.
3	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado e por dia.
4	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado.
5	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto, por dia.

GRAU 2	
De 0,3 (três décimos por cento) a 0,4% (quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
6	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por dia.
7	Atrasar, injustificadamente, o início ou a conclusão de serviço extraordinário, por dia.
8	Deixar de comunicar formalmente ao gestor/fiscal e de registrar em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo SENADO, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, por dia e por ocorrência.
9	Manter ou apresentar profissional sem a qualificação mínima exigida, por empregado.
10	Deixar de designar preposto por escrito, indicando dados para contato direto, conforme previsto neste contrato, por dia.
11	Deixar de fornecer previamente ao SENADO e manter atualizada durante toda a execução contratual relação contendo, no mínimo, nomes, categorias, endereços, telefones, números de RG e CPF dos empregados que terão acesso ao SENADO, bem como os demais documentos solicitados neste contrato, no edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por dia.
12	Deixar de manter equipe apta a realizar trabalhos eventuais em altura ou em interação com instalações elétricas, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por dia.
13	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato Responsável Técnico pelos serviços, conforme previsto neste contrato, no edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.
14	Deixar de substituir empregado nos casos descritos neste contrato, por ocorrência e por dia, sem justificativa aceita pela Fiscalização.



SENADO FEDERAL

GRAU 2	
15	Deixar de manter Sistema de Gerenciamento de Manutenção do SENADO devidamente atualizado.
16	Deixar de apresentar as ARTs ou RRTs referentes aos serviços conforme previsto neste contrato, no edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO, por dia.

GRAU 3	
De 0,5 (cinco décimos por cento) a 0,8% (oito décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
17	Deixar de cumprir as exigências relativas às normas disciplinares e às orientações de segurança e de prevenção de incêndios, por ocorrência.
18	Deixar de ter disponível no Senado Federal ferramenta ou Equipamento de Proteção Individual previsto no âmbito do Contrato, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por dia e por ocorrência.
19	Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por empregado.
20	Atrasar, injustificadamente, o início ou a conclusão de serviço previamente agendado, por dia.
21	Deixar de fornecer produtos, materiais, ferramentas, instrumentos de uso necessário à execução do objeto do contrato, de acordo com o especificado no edital.
22	Executar, ou permitir que seus funcionários executem, serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletivo (EPC), quando necessários, ou sem seguir os procedimentos de segurança apropriados, por ocorrência.
23	Atribuir atividade a profissional sem qualificação técnica para a execução daquele serviço, ou com atribuições profissionais incompatíveis com o trabalho a ser executado, por dia, por ocorrência.
24	Utilizar as dependências do SENADO para fins diversos do objeto do Contrato, sem justificativa aceita pela Fiscalização, por dia, por ocorrência.
25	Utilizar os recursos previstos no Contrato para fins diversos do objeto, por dia, por ocorrência.
26	Apresentar documento, declaração ou informação falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal dos responsáveis, por ocorrência.

GRAU 4	
De 0,9 (nove décimos por cento) a 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
27	Manter em serviço número de profissionais inferior ao contratado, por empregado.



SENADO FEDERAL

28	Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, por empregado.
29	Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniformes, calçados, ferramentas e EPIs por empregado, por ocorrência.

GRAU 5	
De 1,7 (um inteiro e sete décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
30	Interromper a realização dos serviços, por dia.
31	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato, por ocorrência.
32	Deixar de substituir empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010, por empregado

GRAU 6	
De 3,3 (três inteiros e três décimos) até 6,4% (seis inteiros e quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
33	Exceder o limite de pontuação referente ao IMR, conforme Tabela 8 do Parágrafo Quinto da Cláusula Quinta deste contrato, por ocorrência.
34	Atrasar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por empregado.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O somatório das multas moratórias previstas no Parágrafo Sexto desta cláusula não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a Administração.

PARÁGRAFO NONO – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.



SENADO FEDERAL

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A não apresentação da documentação prevista no inciso II do Parágrafo Quinto da Cláusula Oitava ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência, bem como à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto no inciso I do Parágrafo Quinto desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Segunda sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O atraso no adimplemento de outras obrigações, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Quarto desta cláusula e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Caso a mora nas ocorrências dos Parágrafos Sexto e Décimo Segundo seja superior a 30 (trinta dias), a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - as peculiaridades do caso concreto;
- III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - os danos que dela provierem para o Senado Federal;
- V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



SENADO FEDERAL

VI - a não reincidência da infração;

VII - a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII - a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Quarto desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes; ou

III – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/21 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Quarta deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXVII da Cláusula Segunda e do Parágrafo Quinto da Cláusula Oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.



SENADO FEDERAL

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

SENADO FEDERAL

Diretor da SADCON

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

Coordenador da COPLAC



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

ANEXO 8

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que esta empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____ possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Nº/Ano do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. O licitante deverá informar **todos** os contratos vigentes



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

ANEXO 9

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do Capítulo XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
e-mail:					
Dados Bancários:					
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
Instrumento de outorga de poderes: (informar o tipo de documento)					
Empresa beneficiária da desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011? ()Não ()Sim Indicar fundamentação legal (norma, artigo e inciso)					
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? ()Sim () Não					
Mão de Obra					
Item	Categoria	Carga horária diária	Total de funcionários	Valor unitário mensal (R\$)	Valor total mensal (R\$)
Valor total anual					R\$
SINDICATO DA CATEGORIA:					



SENADO FEDERAL

DATA BASE DA CATEGORIA: DIA/MÊS/ANO:			
Depreciação ferramental			
Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor total Anual (R\$)
1			
...			
...			
Valor total anual			
Valor global anual (total anual de mão de obra + total anual de materiais)			R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total mensal e total global anual da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

ANEXO 10

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

MODELO DE AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS aos trabalhadores, concernentes a este contrato, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte desta Empresa, até o momento da regularização.

Autorizo também o CONTRATANTE a reter da fatura o valor da garantia contratual, na hipótese de não apresentação da garantia no prazo acordado.

EMPRESA:

CNPJ:

Representante

Cargo:



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

ANEXO 11

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

**ACORDO ENTRE O MPU – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU -
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**

Acordo entre MPT e AGU impede a União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei nº. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária (art. 86 da Lei nº. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;



SENADO FEDERAL

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do *merchandise* é vedada pelo art. 3º da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO, embora laborem em situação fática idêntica à dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente aquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput, e 1º, III e IV, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de ser apurada a presença dos requisitos do art. 3º da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar política no sentido de: "8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores, velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo nº 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – serviços de limpeza;
- b) – serviços de conservação;
- c) – serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – serviços de recepção;
- e) – serviços de copeiragem;
- f) – serviços de reprografia;
- g) – serviços de telefonia;
- h) – serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;



SENADO FEDERAL

- i) – serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – serviços de auxiliar de escritório;
- k) – serviços de auxiliar administrativo;
- l) – serviços de office boy (contínuo);
- m) – serviços de digitação;
- n) – serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – serviços de ascensorista;
- q) – serviços de enfermagem; e
- r) – serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva) pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais.

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de



SENADO FEDERAL

serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juiz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.



SENADO FEDERAL

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO-GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS-FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO-MÁRIO LUIZ GUERREIRO

Subprocuradora-Regional da União-1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais
do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho – ANPT



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

ANEXO 12

ATO DA DIRETORIA-GERAL Nº 11, DE 2017

Institui os Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM nos Contratos de Terceirização de Mão de Obra no Senado Federal.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências conferidas pelo art. 252 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2015;

Considerando o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3205 de 2016 destinado a estudar e propor novas formas de contratação e pagamento nos processos de terceirização e mão de obra, **RESOLVE**:

Art. 1º Os editais de licitação e os contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Senado Federal deverão conter previsão de provisionamento de valores para o pagamento das férias, de 1/3 (um terço) constitucional das férias e 13º (décimo terceiro) salário, com seus respectivos depósitos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e encargos previdenciários; multa sobre FGTS, contribuição social e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da contratada, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

§ 1º As verbas mencionadas no caput deste artigo serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

§ 2º A última fatura apresentada pela contratada será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no caput deste artigo.

§ 3º Os depósitos de que trata o caput serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

§ 4º As quantias que serão retidas para o atendimento deste artigo serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da contratada.

§ 5º Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à contratada após a comprovação dos respectivos pagamentos.

Art. 2º Os valores provisionados na forma do artigo 1º serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:



SENADO FEDERAL

I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

III - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

IV - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das verbas descritas no caput do art. 1º.

§ 1º A hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa, e com o mesmo objeto.

§ 2º Ocorrendo a situação prevista no § 1º, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração. O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

§ 3º Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III deste artigo.

§ 4º A contratada deverá apresentar à Administração solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no **caput** em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo Senado, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I - A contratada será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para quitação das referidas verbas;

II - Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da contratada, o Senado Federal não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à contratada efetua-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do § 6º;

§ 5º O prazo previsto no § 4º não exime a contratada da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

§ 6º Na hipótese de inobservância do prazo previsto no § 4º, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a contratada quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao Senado Federal.



SENADO FEDERAL

§ 7º Os valores provisionados serão liberados à contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o **caput** do artigo 1º.

§ 8º Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à contratada após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

§ 9º Quando, por decisão da Diretoria-Geral, não for possível a realização dos pagamentos diretamente aos trabalhadores pela própria Administração, os valores provisionados serão depositados em consignação na Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e FGTS.

Art. 3º O Senado Federal firmará Acordo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, cuja minuta constará anexa ao Edital, o qual determinará os termos para a implementação de DGBM, bem como as condições de sua movimentação.

Art. 4º O Acordo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades do objeto do contrato administrativo e aos procedimentos internos da Instituição Financeira.

Art. 5º A assinatura do contrato de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra entre o Senado Federal e a empresa vencedora do certame será realizada antes dos seguintes atos:

I - Solicitação do Senado Federal à Instituição Financeira, mediante ofício, de implementação de DGBM;

II - A assinatura, pela empresa a ser contratada, do ato da regularização do DGBM perante a Instituição Financeira, a qual implicará expressa outorga de poderes ao Senado Federal para:

- a) ter acesso aos saldos e aos extratos;
- b) efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e/ou previdenciárias e de penalidades administrativas.

Art. 6º Os valores depositados em garantia serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

Art. 7º O Senado Federal poderá negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para implementação e manutenção de DGBM.



SENADO FEDERAL

§ 1º Os editais deverão informar aos proponentes que, em caso de cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

Art. 8º Compete à Diretoria Executiva de Contratações autorizar a movimentação dos valores depositados em garantia bloqueados para movimentação - DGBM.

Art. 9º Os DGBM serão adotados nos processos de licitação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra que forem autuados a partir da vigência desta norma.

Art. 10. A Administração promoverá novas licitações para suprir os objetos dos contratos em vigor, visando à implementação de DGBM, salvo hipótese de concordância das atuais contratadas com a adoção imediata do DGBM, nas prorrogações, repactuações ou aditivos dos contratos em curso, o que ocorrer primeiro.

§ 1º Em caso de concordância, conforme o caput deste artigo, os DGBM serão implementados nas prorrogações, repactuações ou aditivos que forem autuados a partir da vigência desta norma.

§ 2º Nos contratos em vigor, a adoção de DGBM poderá ser postergada por decisão fundamentada da Diretoria-Geral, desde que a próxima alteração contratual não exceda 180 (cento e oitenta) dias, contados da última alteração.

§ 3º A concordância da contratada implicará a obrigação de efetuar DGBM dos valores referentes à multa do FGTS e de outras verbas trabalhistas e previdenciárias já recebidas pela empresa e não pagas aos trabalhadores.

§ 4º A Diretoria-Geral poderá autorizar que os depósitos previstos no § 3º sejam parcelados em até 12 (doze) meses, mediante solicitação da empresa para compensação de seus créditos perante o Senado Federal.

Art. 11. Caberá à Comissão de Minutas-Padrão promover as alterações necessárias nos editais e nos contratos para a implementação de DGBM.

Art. 12. Poderá a Diretoria-Geral determinar a implementação do DGBM nos contratos em vigor ou em processos de contratação já autuados, bem como dispensar sua implementação nos contratos em vigor ou em novas contratações.

Art. 13. Revoga-se o Ato da Diretoria-Geral nº 2 de 2017.

Art. 14. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de março de 2017. Ilana Trombka, Diretora-Geral.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

ANEXO 13

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2022/0016

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SENADO FEDERAL E O BANCO BRASIL S/A, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO “DEPÓSITO EM GARANTIA”, VINCULADO A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SG/MP Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A **UNIÃO**, por intermédio do Senado Federal, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, inscrito no CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e o **BANCO DO BRASIL S.A.**, Agência 1607-1, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, estabelecido no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, Sala 601, Edifício Corporate Financial Center, CEP: 70.712-900, Brasília/DF, telefone: (61) 3104-5824/98157-3280, neste ato representado pelo seu Gerente-Geral, o Sr. THIAGO AUGUSTO DIAS CARVALHO BRAZ, Identidade nº 12926268, expedida pela SSP/MG, CPF nº 015.168.456-17, doravante denominado **BANCO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para gerenciamento de depósitos para Garantias de Contratos Administrativos, nos termos da Instrução Normativa SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores, por meio do denominado **DEPÓSITO EM GARANTIA**, e das demais normas pertinentes, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.



SENADO FEDERAL

3. Rubricas - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
4. Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação – são depósitos efetuados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL a título de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras a serem provisionados às empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na forma da Instrução Normativa/SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.
5. Contratos – instrumento formalizador do vínculo entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e o Prestador de Serviços materializado pelo sistema do BANCO por um “Evento” o qual possibilita à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL a individualização dos depósitos e a gestão de cada contrato.
6. Evento - é a representação no sistema do BANCO do Contrato entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e o Prestador de Serviços, onde é abrigado o Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação.
7. Usuário(s) - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
8. Administração Pública Federal - Administração Direta e Indireta da União, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.
9. ID Depósito: é o número que identifica o pré-cadastramento do Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação, que dará origem ao depósito após o envio dos recursos pelo depositante.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo BANCO, dos critérios para abertura de Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos de todos os “Eventos”, em conformidade com o Plano de Trabalho constante no anexo IX.

1. Os Contratos firmados entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e a empresa terceirizada serão albergados pelo Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
2. O Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação será destinado, exclusivamente, para recebimento dos recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.



SENADO FEDERAL

3. Os recursos depositados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL serão individualizados em Eventos específicos, abertas para cada contrato administrativo firmado com seus prestadores de serviços.
4. A movimentação ou encerramento do Depósito em Garantia se dará unicamente mediante ordem expressa da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e eventual saldo existente será debitado visando à destinação definida pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
5. Os recursos provisionados em Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação - serão corrigidos automaticamente, pelo BANCO, conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma *pro rata die*, ou outro índice que venha a substituí-lo.
6. A coleta e tratamento de dados da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL pelo BANCO se dará conforme cláusulas descritas no Anexo VIII do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL

A abertura, captação e movimentação dos recursos dar-se-á conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL firma o Contrato com o Prestador de serviços.
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, por meio do Ordenador de Despesas ou do servidor previamente designado por este, envia ao BANCO ofício, na forma do Anexo I do presente Termo, solicitando o cadastramento de Evento específico para acolhimento do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, que serão efetuados como provisionamento, em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.
3. Após cadastramento do Evento, o BANCO encaminha à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL ofício na forma do Anexo II, solicitando o comparecimento do Prestador de Serviços para assinatura do contrato e entrega de documentação.
4. Após assinatura do contrato pelo Prestador de Serviços, o BANCO encaminha à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL ofício na forma do Anexo III do presente Termo informando os dados do Evento cadastrado.
5. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL gera o ID Depósito na internet no endereço <https://www.bb.com.br> ou o solicita à sua agência de relacionamento.
6. De posse do ID Depósito, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL envia ao BANCO Ordem Bancária para abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
 - 6.1) Após geração do primeiro ID Depósito, novos depósitos para um mesmo Evento podem ser realizados da seguinte forma:
 - 6.1.1) Para que os recursos sejam depositados no mesmo Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação (depósito em continuação): utilize o ID Depósito do primeiro depósito ou



SENADO FEDERAL

o número do Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação para geração de novo ID Depósito;

6.1.2) Para que os recursos sejam depositados em Depósito em Garantia – bloqueados para movimentação distintos: gere um novo ID Depósito para cada depósito utilizando a opção “primeiro depósito”.

7. O BANCO recebe a Ordem Bancária transmitida via arquivo pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e efetua a abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

8. O BANCO envia à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL arquivo retorno em leiaute específico, contendo o número do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.

9. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, por meio do Ordenador de despesa ou do servidor previamente designado por este, solicita ao BANCO a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Termo.

10. O BANCO acata solicitação de movimentação financeira efetuada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, confirmando por meio de ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Termo.

11. O BANCO disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do BANCO, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o BANCO, para amparar a utilização do aplicativo Autoatendimento Setor Público para consulta dos saldos/extratos pela internet.

2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VI do presente Instrumento, servidores para os quais o BANCO concederá acesso aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento, com poderes para efetuarem consultas aos saldos e extratos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

3. Remeter ofícios à Agência do BANCO, solicitando o cadastramento do Evento que abrigará o Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

4. Remeter ao BANCO arquivos de Ordem Bancária em leiaute específico, para a abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

5. Remeter ofícios à Agência do BANCO, solicitando a movimentação de recursos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação diretamente para a conta do Prestador de Serviços.



SENADO FEDERAL

6. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, orientando-o a comparecer à Agência do BANCO, para providenciar entrega de documentos e assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável.
7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo BANCO.
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
13. Comunicar tempestivamente ao BANCO qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do BANCO possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Autoatendimento.
15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do BANCO.
16. Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUINTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

Ao BANCO compete:

1. Disponibilizar os sistemas de Autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.



SENADO FEDERAL

2. Gerar e fornecer chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo BANCO, por intermédio dos sistemas de Autoatendimento ou por outro meio de comunicação utilizado pelo BANCO.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Termo.
5. Processar os arquivos remetidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL destinados a abrir Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
6. Gerar e encaminhar via sistema de Autoatendimento, os arquivos retorno do resultado da abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
7. Efetuar a movimentação do Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação diretamente para a conta do Prestador de Serviços, de acordo com o solicitado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
8. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Termo.
9. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

Parágrafo Único: Não caberá ao BANCO qualquer responsabilidade além daquelas expressamente delimitadas neste Termo, ficando desde já ajustado que o BANCO não tem ingerência no processo de contratação administrativa de interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e que não decorrerão para o BANCO quaisquer obrigações que não estejam previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará por 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA OITAVA DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo de Aditamento, celebrado entre os Partícipes, passando esse termo a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal de Brasília-DF.



SENADO FEDERAL

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Brasília, ____ de _____ de 2022.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

THIAGO AUGUSTO DIAS CARVALHO BRAZ
BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA 1607-1

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

ANEXO 14

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

**AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEPÓSITOS
EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO - DGBM**

AUTORIZAÇÃO

Em cumprimento ao Ato da Diretoria-Geral do Senado Federal nº 11, de 2017⁴, do qual tomei conhecimento, **AUTORIZO** a União, representada pelo Senado Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, situado na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, a utilizar os Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM, para provisionar os valores para pagamento das férias, de 1/3 constitucional de férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários, multa sobre o Fundo de Garantia (FGTS), e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores encarregados da execução do objeto do Contrato nº ____/____, as quais serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente a esta CONTRATADA.

Estou ciente de que os depósitos acima citados serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, no mesmo percentual constante da minha proposta, conforme previsto na norma referenciada.

Autorizo também o Senado Federal a ter acesso aos saldos e aos extratos relativos aos valores do DGBM, bem como a efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias, e, nas condições contratuais, de penalidades administrativas, por meio do saldo existente no DGBM.

EMPRESA:

⁴ Anexo 12 do edital do Pregão Eletrônico nº 90016/2025



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

ANEXO 15

(Processo nº 00200.007186/2024-57)

ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 8, DE 2018

Dispõe sobre o procedimento para instrução preliminar de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi conferida pelo art. 138, § 2º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução do Senado Federal nº 58, de 1972, e consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018,

Considerando a proteção dos direitos fundamentais à dignidade da pessoa humana, previstos nos incisos III e IV do art. 1º; e nos incisos II, III e X do art. 5º; e dos direitos sociais trabalhistas, previstos nos incisos I e XXII do art. 7º; todos da Constituição Federal;

Considerando a adesão do Senado Federal ao Programa do Governo Federal Pró-Equidade de Gênero e Raça, que inclui o objetivo de criação de mecanismos de combate às práticas de desigualdade e discriminações e à ocorrência de assédio moral e sexual, com a criação do Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça do Senado Federal, nos termos do Ato da Diretoria-Geral nº 7.227, de 2011, e a criação do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, nos termos das Portarias da Diretoria-Geral nº 2511, de 2015, e nº 3083, de 2017;

Considerando o dever funcional de comunicação e de apuração de irregularidades no serviço público, insculpidos no inciso VI do art. 116 e art. 143, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, e no art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal;

Considerando a Carta de Compromissos do Senado Federal, constante do Anexo do Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2015, em especial o compromisso com a igualdade e com a qualidade de vida dos colaboradores;

Considerando o Ato da Diretoria-Geral nº 19, de 2014, que institui a Política de Qualidade de Vida no Trabalho do Senado Federal e se compromete com a diretriz de promover relações harmoniosas no meio ambiente de trabalho; e

Considerando o impacto prejudicial do assédio moral e sexual no meio ambiente de trabalho para a saúde dos trabalhadores e para a instituição, com o possível aumento dos índices de absenteísmo, queda de produtividade, prejuízo para o clima organizacional e degradação da imagem institucional perante a sociedade, **RESOLVE:**



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Ato dispõe sobre o procedimento para apuração de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

Art. 2º Para os fins deste Ato, consideram-se:

I - instrução preliminar: apuração de caráter meramente investigativo e sigiloso, que servirá de subsídio para eventual instauração de sindicância, processo administrativo disciplinar, ou procedimento trabalhista cabível;

II - trabalho: exercício regular das atribuições previstas em lei, resoluções e atos normativos, contratos administrativos, ou instrumentos congêneres, do Senado Federal;

III - meio ambiente de trabalho: local onde ocorrem o convívio entre os trabalhadores, e se realiza a prestação dos serviços internos e externos decorrentes das atribuições descritas no inciso anterior;

IV - trabalhador: servidor efetivo ou comissionado, terceirizado, estagiário, jovem aprendiz, e colaborador eventual;

V - ofendido: trabalhador que sofre ou tenha sofrido assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho;

VI - comunicante: qualquer pessoa que tenha conhecimento direto ou indireto de fato considerado assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal;

VII - denunciante: qualquer pessoa que registra a ocorrência de fato considerado assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

CAPÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL

Art. 3º Qualquer pessoa, devidamente identificada, comunicará fato considerado assédio moral ou sexual de que tenha conhecimento, praticado no meio ambiente de trabalho do Senado Federal, perante o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SESOQVT), para exercício das atribuições delineadas na alínea "c" do inciso XII do § 2º do art. 221 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Parágrafo único. As comunicações de que trata o caput terão seu acesso restrito e serão tratadas como sigilosas, preservada a identidade do comunicante, inclusive em face do ofendido e do suposto ofensor, nos termos do art. 28 do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, e dos arts. 6º e 31 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 4º Caso a comunicação não seja formalizada pelo próprio ofendido, o SESOQVT entrará em contato para dar-lhe ciência e disponibilizar acolhimento, acompanhamento e orientações sobre a prática de assédio moral ou sexual e sobre o procedimento de apuração dos fatos.



SENADO FEDERAL

§ 1º Os psicólogos e assistentes sociais estão dispensados do dever de comunicação, nos termos do inciso VI do art. 116 e art. 143, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, e no art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, em observância ao dever de sigilo profissional previsto, respectivamente, no art. 9º da Resolução nº 10, de 2005, do Conselho Federal de Psicologia, e no art. 17 da Lei nº 8.662, de 1993.

§ 2º O SESOQVT poderá orientar o comunicante e o ofendido a formalizar a denúncia prevista no art. 5º deste Ato.

§ 3º O SESOQVT fará o registro de todas as comunicações para fins estatísticos, respeitado o sigilo em relação aos trabalhadores envolvidos.

§ 4º O ofendido, mediante expressa manifestação de vontade, poderá receber acompanhamento psicológico pelo SESOQVT.

§ 5º Havendo concordância dos trabalhadores envolvidos, poderão ser realizadas sessões de mediação de conflitos pelo SESOQVT.

CAPÍTULO III

DA DENÚNCIA DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL

Art. 5º Qualquer pessoa, devidamente identificada, poderá registrar denúncia de ocorrência de fato considerado assédio moral ou sexual praticado no meio ambiente de trabalho do Senado Federal perante a Secretaria de Polícia (SPOL).

§ 1º Formalizada a denúncia de fato tipificado como infração de ação penal pública incondicionada, será imediatamente instaurado inquérito policial para apuração nos limites da competência regulamentar da Secretaria de Polícia ou encaminhada a denúncia para a autoridade competente.

§ 2º As denúncias de que trata o caput terão seu acesso restrito e serão tratadas como sigilosas, nos termos do art. 28 do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, e dos arts. 6º e 31 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 6º Havendo ou não tipificação penal do fato denunciado, o Diretor da SPOL encaminhará cópia da denúncia à Diretoria-Geral para autuar processo administrativo para proceder à instrução preliminar, nos termos do § 2º do art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Parágrafo único. Caso o fato denunciado como assédio moral ou sexual não tenha sido comunicado ao SESOQVT, a Diretoria-Geral encaminhará os autos administrativos àquela unidade técnica para os fins do art. 4º deste Ato.

CAPÍTULO IV

DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL



SENADO FEDERAL

Art. 7º Recebida a denúncia descrita no art. 5º deste Ato, o Diretor-Geral poderá adotar medidas administrativas acautelatórias em relação ao ofendido, para assegurar a efetividade da instrução preliminar prevista no § 1º do art. 138 do Regulamento Administrativo, ou para preservar a higidez do ambiente de trabalho ou de aprendizagem.

§ 1º Constituem medidas administrativas acautelatórias:

I - manutenção no exercício de função comissionada ou cargo em comissão durante a instrução preliminar;

II - alteração de lotação;

III - alteração do cumprimento da jornada de trabalho;

IV - solicitação à empresa contratada, e aos órgãos e entidades parceiros, para alteração de lotação ou do horário de cumprimento da jornada de trabalho do terceirizado, estagiário, ou jovem aprendiz, durante a instrução preliminar;

V - encaminhamento para sessões de mediação de conflito, nos termos do § 5º do art. 4º deste Ato.

§ 2º Caso um dos trabalhadores envolvidos esteja lotado em gabinete parlamentar, a aplicação das medidas de que trata o § 1º será decidida pelo Primeiro-Secretário.

§ 3º A autoridade competente para adotar as medidas administrativas acautelatórias poderá alterá-las ou revogá-las, de ofício ou mediante provocação dos interessados.

Art. 8º Durante a instrução preliminar, o trabalhador a quem se imputa a prática de assédio moral ou sexual deverá ser notificado para prestar esclarecimentos no prazo de dez dias. Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput se a instrução preliminar for arquivada liminarmente por não estarem presentes indícios mínimos de ocorrência de assédio moral ou sexual.

Art. 9º Independente da adoção de medidas administrativas acautelatórias, havendo indícios da prática de assédio moral ou sexual por servidor, a instrução preliminar será encaminhada à autoridade competente para apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos do § 2º do art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 10. Ao término da instrução preliminar, ausentes indícios da prática de assédio moral ou sexual, o processo será arquivado e eventuais medidas acautelatórias serão revogadas pela autoridade competente.

Art. 11. Constatada a má-fé do comunicante ou do denunciante, será apurada a sua responsabilidade administrativa e criminal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



SENADO FEDERAL

Art. 12. O disposto neste Ato aplica-se aos contratos e convênios administrativos firmados pelo Senado Federal, bem como outros ajustes congêneres, inclusive no âmbito dos Programas de Estágio e do Jovem Aprendiz, respeitada a legislação aplicável e os limites dos contratos administrativos.

§ 1º As empresas contratadas, órgãos e entidades parceiros serão incentivados a adotar em suas relações com o Senado boas práticas e medidas legais de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual que envolvam seus empregados ou representantes.

§ 2º As minutas-padrão de editais de licitação, contratos, convênios e demais ajustes administrativos a serem utilizados pelo Senado Federal conterão cláusula de observância às práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata este Ato.

§ 3º Os contratos e convênios administrativos, bem como outros ajustes congêneres em vigor serão objeto de aditamento para a inclusão do disposto neste artigo, em caso de concordância dos pactuantes.

§ 4º Caso um dos trabalhadores envolvidos seja terceirizado, será comunicado o fato considerado assédio moral ou sexual à empresa contratada, e aos órgãos e entidades parceiros, para aplicação das medidas que julgarem cabíveis nos termos contratuais e da legislação trabalhista.

Art. 13. O SESOQVT elaborará relatórios anuais com as estatísticas de comunicação e denúncia de assédio moral ou sexual no Senado Federal, respeitado o sigilo dos envolvidos, e proporá ações de prevenção visando garantir um meio ambiente de trabalho livre de violência. Parágrafo único. O relatório mencionado no caput deverá ser remetido, até o último dia útil do mês de janeiro, à Diretoria-Geral e ao Comitê Permanente pela Promoção da Equidade de Gênero e Raça.

Art. 14. Compete à Diretoria-Geral, em articulação com as unidades competentes, promover ações permanentes de prevenção à prática de assédio moral ou sexual no trabalho.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2018. Senador José Pimentel, Primeiro-Secretário.

Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 6664, seção nº 2, de 27 de dezembro de 2018, p. 1.